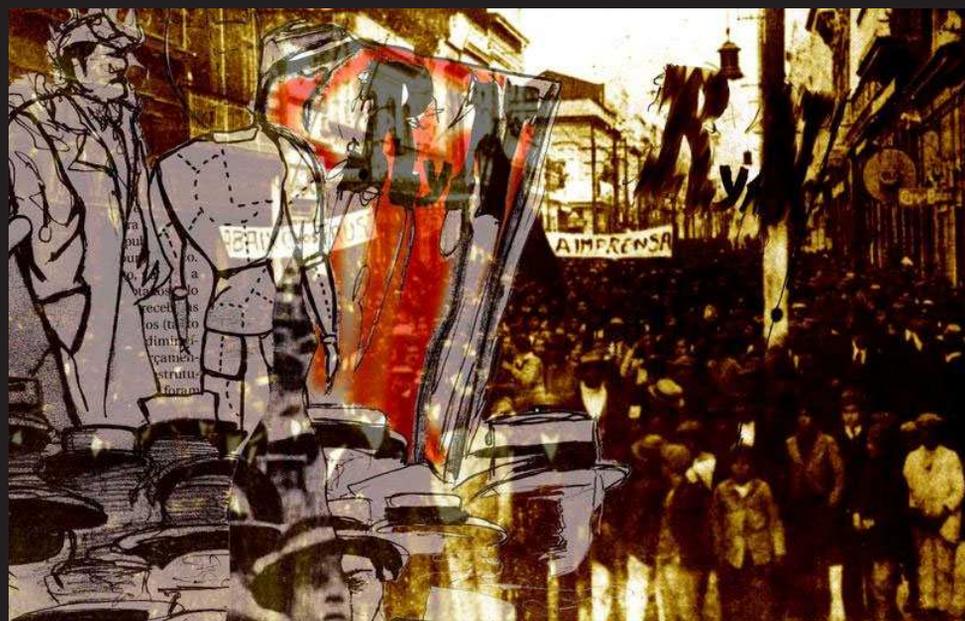


# IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA

**ANARQUISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS  
E PODER POPULAR**

**Felipe Corrêa**



# IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA

ANARQUISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS  
E PODER POPULAR

(C) Copyleft  
É livre, e inclusive incentivada,  
a reprodução deste livro, para fins estritamente  
não comerciais, desde que a fonte seja citada  
e esta nota incluída.

*Imagem de capa*  
Tharcus Aguilar  
*Diagramação e revisão*  
Fáisca Publicações Libertárias

**Fáisca Publicações Libertárias**

Rua Espártaco, 456 - V. Romana

05045-000 São Paulo - SP

Tel. 11-3864-3242

[www.editorafaisca.net](http://www.editorafaisca.net)

[faisca@riseup.net](mailto:faisca@riseup.net)

[vendasfaisca@gmail.com](mailto:vendasfaisca@gmail.com)

# IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA

ANARQUISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS  
E PODER POPULAR

Felipe Corrêa





*Para Camila, amada companheira que,  
há oito anos, proporciona diariamente  
todo o carinho, o apoio e o incentivo,  
fundamentais para a minha militância  
prática e teórica.*

*Para Rodrigo, irmão de sangue,  
parceiro de todas as horas e  
sob quaisquer circunstâncias.*



## SUMÁRIO

### **Apresentação**

09

### **Prefácio**

*Alexandre Samis*

17

## **IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA**

**25**

### **Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário**

Uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo,  
a partir das visões de Michael Schmidt,  
Lucien van der Walt e Alexandre Samis

27

### **A Estratégia de Massas de Neno Vasco**

113

### **Movimentos Sociais, Burocratização e Poder Popular**

Da teoria à prática

165



# APRESENTAÇÃO

Os três artigos agora reunidos em livro foram escritos durante o ano de 2010. Ainda que tratem de temas relativamente distintos, pode-se dizer que têm interesses similares. Tentarei, nas próximas linhas, sistematizar seu conteúdo, de maneira a permitir sua melhor compreensão e a demonstrar a intencionalidade que os cruza transversalmente.

Os textos surgem a partir de uma necessidade concreta de reflexão teórica que se deu em meio à militância prática, âmbito em que pude aprender, refletir ou mesmo aprofundar alguns dos temas em questão.

Primeiramente, evidencia-se o tema do anarquismo. Devido à significativa quantidade/qualidade de material publicado sobre o assunto, foi possível uma sistematização que aceita alguns dos pressupostos colocados na literatura, mas ao mesmo tempo rechaça outros. Ao definir o anarquismo como uma ideologia, busquei fundamentar minha argumentação no material produzido pelos grupos e organizações que hoje constituem parte orgânica ou orbitam em torno do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) e pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU), organização que contribuiu

decisivamente, desde meados dos anos 1990, para o campo teórico do anarquismo especificista brasileiro, que ainda segue em construção.

Nessa concepção ideológica do anarquismo, não se assume a leitura marxista de ideologia, considerando-a simplesmente como “falsa consciência”, mas, conforme expus nos dois primeiros artigos, de conjunto amplo de idéias, valores e aspirações que possuem relação direta com uma determinada prática política.

Foi necessário, a partir dessa noção do anarquismo como ideologia, buscar uma reflexão sobre o que é o anarquismo e localizá-lo no espaço e no tempo. Foi o que tentei realizar em “Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário”, o primeiro artigo do livro, quando, ao criticar a definição de anarquismo de outros autores, senti-me obrigado a propor minha própria definição. Foi o que realizei a partir de uma reflexão histórica do tema, tentando formalizar os conteúdos apreendidos nos últimos dez anos de leitura. Da mesma maneira, ao criticar as abordagens que não localizavam o anarquismo no espaço e no tempo, tive de pensar, levando em conta a definição assumida, quando e onde surgiu o anarquismo – o que me levou a assumir a posição de que esse é um fenômeno que se inicia na Europa em meados do século XIX.

Ainda nessa reflexão sobre o anarquismo, desenvolvi uma análise por meio de duas categorias que julguei fundamentais para a compreensão do assunto. A primeira, da ideologia, que constituiria o anarquismo em si, sua espinha dorsal, e a segunda, da estratégia, que implicaria os caminhos escolhidos pelo anarquismo ao longo dos anos para atingir seus objetivos revolucionários, socialistas e libertários. Foi a partir dessas duas categorias que tentei conceituar os princípios ideológicos fundamentais que, para mim, definem o anarquismo, e mencionar os principais debates estratégicos que, historicamente, deram-se internamente ao anarquismo.

A partir dessa noção, refuto a tese de que há “anarquismos”. Para mim, o que há é uma ideologia, o anarquismo, que, ao longo da história, adotou e continua a adotar diferentes estratégias – ou “formas históricas”, como vem colocando Alexandre Samis – para melhor avançar rumo aos seus objetivos. Uma dessas estratégias, como coloco no primeiro artigo, foi a do sindicalismo revolucionário – impulsionada pelos anarquistas mundialmente, os quais, na maioria dos casos, detiveram a hegemonia do movimento no que diz respeito à determinação de seu *modus operandi*.

O tema do sindicalismo revolucionário, relativamente bem discutido no campo da história, encontra agora uma visão que se pautava no (correto) argumento de que o que houve no Brasil da Primeira República foi sindicalismo revolucionário e não anarco-sindicalismo. Abordagem que tem como consequência, independente da intencionalidade, o desvínculo entre o anarquismo do sindicalismo revolucionário, atribuindo ao último caráter de ideologia própria. Desvincular o anarquismo do sindicalismo revolucionário no Brasil seria, a meu ver, realizar uma revisão historiográfica sem o menor fundamento nos fatos.

Foi esse o motivo que me incentivou a escrever “Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário” – fiz questão de colocar o mesmo título do livro que criticaria –, realizando uma resenha crítica do livro homônimo de Edilene Toledo e produzindo um texto em tom de polêmica. Tomo, para isso, duas referências fundamentais das produções contemporâneas sobre o anarquismo: os livros dos africanos Michael Schmidt e Lucien van der Walt (*Black Flame*) – referência central no tratamento do anarquismo em geral – e do brasileiro Alexandre Samis (*Minha Pátria é o Mundo Inteiro*) – referência central para o anarquismo no Brasil.

Foi no processo de crítica dos argumentos do livro em questão que pude utilizar as reflexões de ambos os livros, dos africanos e do

brasileiro, para construir uma argumentação construtiva, formulada a partir de suas posições e também de alguma reflexão própria. Era necessário, também, tentar formalizar os principais argumentos da discussão “sindicalismo revolucionário *versus* anarco-sindicalismo”, de maneira que fosse possível entender o que estava em jogo nas discussões realizadas. Terminei baseando minha distinção nos autores que tomei para o argumento construtivo, e também nas discussões que foram forjadas no anarquismo brasileiro em geral, e no de São Paulo em particular, que, desde os anos 1990, havia acumulado algo neste sentido.

Outra questão relevante era encontrar categorias que pudessem explicar essas diferentes estratégias; a proposta de Schmidt e van der Walt de se falar, em nível mundial, em “anarquismo de massas” e “anarquismo insurrecionalista”, pareceu-me adequada; no Brasil, com a pouca expressão do insurrecionalismo, creio que as categorias utilizadas por Samis, de “organizacionistas” e “antiorganizacionistas”, apesar de próximas das outras, adaptam-se melhor ao contexto do que foi o anarquismo no Brasil da Primeira República.

A escolha dos livros nos quais me baseei para os argumentos construtivos não foi acidental. Senti a necessidade de fugir do eurocentrismo que vem marcando muito das “histórias do anarquismo” que se tem publicado e, para isso, a utilização do livro dos africanos torna-se central por construir hipóteses para a interpretação do anarquismo em nível mundial, considerando mais de um século de teorias e práticas em todo o globo. A utilização da obra de Samis para o tratamento do Brasil também foi proposital, visando fugir da historiografia clássica sobre o tema, que incide em vários problemas metodológicos e muitas vezes distorcem suas posições teóricas por razão da adoção de um ou outro ponto de vista ideológico.

“A Estratégia de Massas de Neno Vasco”, o segundo artigo, tem exatamente a intenção de dar suporte ao argumento do primeiro,

demonstrando, fundamentado em material teórico produzido pelo autor, as noções do anarquismo como ideologia e do sindicalismo revolucionário como estratégia. Ainda que Neno Vasco não tenha dado tanta ênfase em seu tempo à construção de uma organização política especificamente anarquista, suas posições estão em completo acordo com muito daquilo que defendo como proposta de anarquismo e como estratégia a ser adotada. Ele defendia um anarquismo classista, que funcionasse como fermento e motor das lutas populares – o que caracteriza sua estratégia como sendo uma “estratégia de massas” –, e que deveria impulsionar o movimento sindical a partir de uma concepção programática, envolvendo a ação direta, a independência de classe e a neutralidade sindical, fortalecendo as lutas de curto prazo na medida em que elas pudessem contribuir com uma estratégia revolucionária, de ruptura, no longo prazo.

Estratégia esta que possui similaridades com a proposta dos anarquistas que atuavam na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e que inspirou a primeira onda do sindicalismo de intenção revolucionária, pré-CGT francesa, nas décadas de 1870 e 1880, assim como o sindicalismo revolucionário propriamente dito, tanto da CGT como de diversas outras localidades do mundo – incluindo o Brasil. É possível dizer, ainda, que essa estratégia possui muito em comum com a proposta de poder popular que os anarquistas especificistas vêm utilizando como base de sua estratégia e que tentei abordar em “Movimentos Sociais, Burocratização e Poder Popular”, o terceiro artigo.

Os dois primeiros artigos apóiam-se, fundamentalmente, em literatura teórica anarquista que poderíamos chamar de clássica: Bakunin e Malatesta, no primeiro, além das referências já citadas; Neno Vasco, no segundo – independente de não ter adquirido uma envergadura internacional como os dois primeiros, pode ser também considerado um clássico. O terceiro artigo, ainda que fuja um pouco à regra no que diz respeito às referências teóricas clássicas,

possui uma conexão direta com a discussão dos outros artigos, não pelos aspectos ideológicos, mas no que diz respeito à discussão de estratégia.

Buscando referências contemporâneas de teóricos dos movimentos sociais, esse artigo busca, a partir de uma constatação da burocratização dos movimentos sociais – o principal fenômeno que impede a construção de poder popular nos setores populares já organizados –, as causas dessa burocratização e propõe um programa antiburocrático a ser aplicado nos movimentos burocratizados. Levando em conta que, nesse artigo, trabalhei com uma concepção ampla de movimento social – que inclui também o sindicalismo –, creio que o programa proposto pode, em linhas gerais, subsidiar distintas discussões daqueles que estão envolvidos os diversos campos das lutas populares.

Desse programa antiburocrático, que não deixa de ter muita similaridade com o programa que era proposto pelos anarquistas para o sindicalismo revolucionário, surge a discussão sobre o poder popular. Ainda que o tema deva ser aprofundado – e eu mesmo tenho me dedicado atualmente neste sentido –, o debate sobre o poder popular, nessa concepção libertária, nada mais é do que pensar estrategicamente. Ou seja, refletir sobre os objetivos estratégicos, as linhas estratégicas e táticas para intervir na realidade, assim como adotar um método de análise que dê conta de uma interpretação dessa realidade e que potencialize o atuar. Foi buscando aportes nesse sentido que desenvolvi 20 teses sobre o poder popular, praticamente resumindo documentos e artigos contemporâneos que, desde o campo libertário, abordam a temática.

Em suma, posso dizer que os três artigos articulam-se em torno desses dois eixos: ideologia por um lado, e estratégia por outro. No que diz respeito à ideologia, objetivam pensar o anarquismo de maneira séria e honesta teoricamente, evidenciando teorias clássicas, trazendo discussões contemporâneas e refletindo criticamente so-

bre o material analisado. Buscam apresentar ao público em geral, e também àqueles com afinidades ideológicas, um anarquismo que seja digno de respeito no campo da esquerda e do socialismo; um anarquismo que possa retomar sua intensa e honrosa história de lutas que tiveram grande influência nos mais distintos movimentos populares em todo o mundo. Conceber um anarquismo que possa ter relevância política e, incidindo sobre a realidade, impulsioná-la no sentido desejado, mudando a correlação de forças que hoje se dá na sociedade e, passo por passo, entre conquistas de curto prazo, ter como chegar aos objetivos revolucionários e socialistas de mais longo prazo. No que diz respeito à estratégia, proporcionar aos libertários – anarquistas ou não, organizados politicamente ou não – plataformas possíveis para intervenção nos distintos campos da luta de classes. Ou seja, elementos programáticos que possam potencializar hoje a construção da sociedade que queremos amanhã.

*Ideologia e Estratégia* é, portanto, um livro saído do calor das lutas, buscando, em um movimento que se poderia chamar dialético, formalizar teoricamente uma série de conhecimentos que foram apreendidos tanto em teoria quanto em prática, de maneira que essa teoria agora produzida possa, em um futuro breve, retornar como contribuição, ainda que singela, às lutas e movimentos de nosso povo. Essa é, real e honestamente, a minha intenção e espero, com a devida humildade, poder submetê-la agora à apreciação crítica dos leitores.

Felipe Corrêa  
Maio de 2011



# PREFÁCIO

*Alexandre Samis*

No Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Centro Galego, no Rio de Janeiro, em abril de 1906, uma fração significativa do operariado brasileiro decidiu pela filiação ao projeto internacional do sindicalismo revolucionário. Uma orientação que, assim como em outras partes da América Latina, ganhou inúmeros adeptos nos anos que se seguiram. Os eixos estratégicos aprovados em 1906 eram bem simples, fato que muito contribuía para a pronta assimilação pela base social interessada, assim como para a sua disseminação entre os setores menos organizados do operariado. Desta feita, o boicote, a sabotagem, as greves parciais e mais destacadamente a greve geral, sendo esta uma possível porta de entrada para a revolução social, de fato formaram o que poderíamos chamar de uma “cultura política radical”.

Sobre os resultados do Primeiro Congresso, o anarquista português Neno Vasco diria ter sido o referido conclave, antes de tudo, uma vitória da classe trabalhadora. Para além do fato da adoção de postulados destacadamente libertários, que historicamente figuravam nos programas dos grupos anarquistas, as resoluções haviam

sido referendadas por trabalhadores, na sua maioria sem engajamento formal com qualquer doutrina política, mas que diante das circunstâncias enxergavam nas táticas aprovadas virtudes suficientes para a superação da permanente crise brasileira.

Neno Vasco, talvez o maior divulgador dos textos do italiano Errico Malatesta, e, como ele, entusiasta das organizações específicas anarquistas, defendia a presença sistemática dos militantes libertários nos sindicatos, agindo no interior deles sob a forma de minorias ativas, sem substituir o conjunto da classe, mas aconselhando, interferindo e ponderando sobre os rumos a serem assumidos coletivamente. Premissa, aliás, escrupulosamente seguida pelos coletivistas e aliancistas nos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores, no século XIX.

Não é exagerado afirmar que uma tradição “organizacionista” terminaria por se desenvolver no Brasil com o arrimo desta concepção, sendo dela tributária por muitos anos. Ainda que com o foco nas organizações de classe, meios privilegiados através dos quais era possível participar da luta social, em colaboração com outros trabalhadores, esses anarquistas entendiam ser fundamental a criação de organismos políticos específicos, de orientação definida. Núcleos nos quais a ideologia, robustecida pelas experiências concretas acumuladas nos sindicatos, vicejaria e se renovaria em favor da mais adequada elaboração das projeções de médio e longo prazo. De forma complementar, deveriam servir ao campo estratégico da revolução, sendo capazes de articular teoria e prática, ainda que em condições políticas adversas, e mesmo a despeito delas, identificando as necessárias alterações de tática ou estratégia.

Os organizacionistas percebiam, todavia, os limites do sindicalismo; alguns entre eles, e mais explicitamente Malatesta, já haviam inclusive antecipado a sua provável incapacidade de, por si só, superar o capitalismo. Viam-no, portanto, apenas como um meio. Importante, ou até mesmo fundamental em determinada

circunstância histórica, mas que, de maneira nenhuma, deveria ser confundido com um fim. Para tanto, o organismo político era fundamental, uma vez que era tarefa sua perceber a conveniência ou não de certos meios para a transformação social.

No período revolucionário de 1917-1919, que no Brasil pode ser aferido pelas inúmeras greves parciais e generalizadas, não apenas no Centro-Sul, mas em outras regiões do país, grupos como o Centro de Estudos Sociais, com o qual colaboravam José Oiticica, Astrojildo Pereira e José Elias, iniciaram, ainda que precariamente, na capital da República, uma pregação no sentido da articulação de organismos políticos anarquistas. Os esforços dos militantes do Centro haviam logrado realizar o Congresso Anarquista Sul-Americano, em 1915, posteriormente nomeado Congresso Anarquista Nacional do Rio de Janeiro, no qual, entre outras medidas, nomeava-se o jornal *Na Barricada*, órgão específico do anarquismo brasileiro. A nova diretiva tinha como propósito tornar evidente as singularidades entre as esferas política e social; a primeira a ser identificada pela ideologia anarquista e a segunda pelo sindicalismo. Desnecessário dizer que o novo jornal era legítimo representante da primeira.

Em observância de tais propósitos, no ano de 1918, no contexto da insurreição de novembro, foi criada a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. A Aliança não era ainda a tão desejada entidade postulada pelos organizacionistas, uma vez que seus princípios eram latos o suficiente para permitir o ingresso de outras correntes do pensamento libertário; no entanto, ela já representava uma realização importante no plano político. Tanto mais por ter se tornado uma forma de aglutinar anarquistas em tempos de pesada repressão policial.

No ano seguinte, quando as notícias da Revolução Russa chegavam ao Brasil desprovidas de contornos ideológicos mais precisos, um outro passo foi dado na direção da realização das aspirações

organizacionistas. A Primeira Conferência Comunista do Brasil, organizada por, entre outros, José Oiticica e Astrojildo Pereira, resultou na fundação de um Partido Comunista. Tal entidade, diversamente do sentido contemporâneo, propugnava pela revolução social e pela pronta derrubada do Estado, rejeitando a participação política formal e as mediações tipicamente reformistas. Era, em certa medida, a adaptação da fórmula sugerida por Malatesta de “partido anarquista”. Diferente da Aliança, o partido não chamava a unidade dos anarquistas através da propaganda, nem se consubstanciava apenas na necessidade da autodefesa; seu programa trazia elementos mais claros de um pacto orgânico. Para veicular as posições da organização, foi criado o jornal *Spártacus*, uma homenagem aos insurretos das comunas alemãs.

Ainda que importante, o aparecimento do Partido Comunista de cariz libertário não foi suficiente. Não impediu o esgarçamento do bloco organizacionista e a sua cisão, consumada em março de 1922, após a fundação de um segundo Partido Comunista, agora de orientação bolchevista. Recebido com perplexidade por muitos anarquistas, e com profunda desconfiança por uma outra parte, embora minoritária, a nova organização de fato trouxe imensa confusão para o projeto inicial, e não apenas isso; privou os meios organizacionistas de figuras centrais. Situação que, embora circunscrita inicialmente ao Rio de Janeiro, não demorou a ganhar eco no resto do país.

Tal realidade, agravada pela intensa repressão aos sindicatos e prisão de importantes lideranças anarquistas, comprometeu sobremaneira as iniciativas dos organizacionistas que, uma vez duplamente ameaçados viram-se obrigados a acorrer aos sindicatos e federações sob a sua influência para salvaguardá-los do assédio protagonizado pelo governo e pelos bolchevistas. A disputa com os sindicalistas “amarelos”, muitas vezes associados aos membros do PC, adicionava ainda outro perverso ingrediente.

Diante de tal conjuntura, agravada por uma repressão ascendente, até mesmo as energias, antes direcionadas para a organização política, ficaram concentradas no esforço de manter o funcionamento autônomo das organizações de classe. A urgência dos acontecimentos acabou por embotar os espíritos, obliterar as prioridades e, por fim, o projeto político anarquista cedeu quase que completamente às determinações sindicais.

Privado de seu corpo reflexivo, doutrinário e organizativo, estrito senso, foi muito difícil aos anarquistas, uma vez que praticamente inexisteriam espaços ideológicos de aglutinação, enfrentarem não apenas a sistemática oposição bolchevista, mas também o advento do sindicalismo corporativo formalizado com o movimento político-militar de 1930, talvez aí a mais efetiva impossibilidade. O novo sindicalismo inaugurado com Vargas, por seu caráter restritivo e burocratizante, na prática esfacelava o modelo anterior de organização livre das primeiras associações de classe. Condenava-as a uma lancinante agonia ao arrastar para os fóruns oficiais as querelas entre o capital e o trabalho, “ajustadas” antes nas ruas.

O avanço das relações trabalhistas tuteladas pelo Estado, a adesão a elas por comunistas e socialistas manifestamente reformistas, subtraiu aos anarquistas o seu vetor social mais importante. A inserção que já se fazia precariamente, uma vez que se encontrava amputada de sua metade política fundamental, não foi capaz de garantir a mesma visibilidade das três primeiras décadas dos noventa. As insuficientes tentativas de se erigir uma organização política anarquista, sem a qual não era possível pensar uma estratégia a ser assumida e implementada coletivamente, paralisaram os militantes anarquistas, limitaram seu campo de visão, atando-os incondicionalmente ao passado recente. Boa parte daquilo que havia significado o anarquismo para o movimento operário, morria nos anos 30, juntamente com a prática do sindicalismo livre dos primeiros tempos.

Mas se o anarquismo perde seu vetor social tradicional, e sofre com isso, situação análoga viverá o sindicalismo. Entregue a uma liturgia estatal árida e marcada pela ascendência de quadros militantes adestrados, não demorou para que os sindicatos experimentassem um acelerado processo de burocratização. Ainda que alguns deles permanecessem dominados por comunistas, virtuais defensores da revolução e apesar da alegada vinculação à causa da emancipação proletária, não fica difícil sustentar que o resultado foi o mesmo. Privados da ação direta, subordinados à participação política formal e orientados pelas diretrizes partidárias previamente deliberadas, os operários e seus sindicatos experimentaram um longo período de privação da autonomia; substituída esta, em certos momentos, pela acanhada legislação vigente e, em outros, pelas políticas longamente meditadas nos comitês do PC.

Em ambos os casos, a burocratização era evidente e, no que tange a ascendência vermelha, tal não se limitou aos sindicatos. Desdobrou-se, embora sem o mesmo sucesso, para outras esferas de produção. Foi ao campo, obteve algum logro nos movimentos de massa urbanos, mas sempre fiel à perspectiva de tutela, de subordinação. A elevação do método à condição de teoria deu aos burocratas vermelhos autoridade suficiente para naturalizar a separação entre “base e direção”, justificada no eufemismo de “vanguarda”. Um argumento tão mais poderoso quanto podia encontrar assemelhados em uma cultura política disseminada pelo corporativismo de Estado – uma assustadora complementaridade.

Não ficou difícil reduzir o sindicalismo ao economicismo, aos ganhos de curto prazo, e a tarefa sindical à contabilidade de resultados. Aliás, era inevitável, uma vez que a orientação da classe chegava sempre por fórmulas reveladas pelo partido.

Um quadro que, nos dias de hoje, pode ser estendido a muitos movimentos sociais que, no entanto, tem experimentado seu termo na ação inconformada das bases. Muitos movimentos, principal-

mente aqueles com características de massa, têm avançado na direção da retomada da ação direta e independente, arrancando do conforto teórico as vanguardas que, diante do imponderável, precisam freqüentemente, através de contorcionismos teóricos, rever seus vaticínios.

A despeito da empedernida lógica da burocracia, carente de argamassa conceitual e validade revolucionária, aqueles que fazem a história, seus protagonistas, inventam os novos tempos. As ferramentas do sindicalismo revolucionário, o boicote, a sabotagem, a greve geral, acrescidas de outras mais, mostram-se ainda vigorosas. Prestam-se a passar em revista o que de atual criou o movimento de base. Falta, todavia, no que toca o movimento libertário, um acerto de contas. Não se pode descuidar hoje da construção de organizações específicas anarquistas e de estratégias precisas a serem defendidas na atuação dos libertários nos movimentos populares. E para tal, esforços intelectuais como os de Felipe Corrêa são fundamentais, imprescindíveis, capitais.

Em boa hora chega às mãos dos leitores uma instigante e fecunda análise de questões relevantes para servirem ao cotidiano militante, e não apenas isso; o conjunto de três textos é uma bela fonte de inspiração a outras tantas questões de interesse a serem abordadas.



# IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA

ANARQUISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS  
E PODER POPULAR



# ANARQUISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo,  
a partir das visões de Michael Schmidt,  
Lucien van der Walt e Alexandre Samis

“O anarquismo é sindicalista desde o berço.”

Neno Vasco

Recentemente, tive a oportunidade de ler o livro *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, de Edilene Toledo, publicado em 2004 pela editora Perseu Abramo. Na realidade, nos círculos anarquistas já se comentava sobre o trabalho há alguns anos, principalmente pela sua tese central que busca desvincular o sindicalismo revolucionário do anarquismo no Brasil. Ao sustentar que no Brasil não houve anarco-sindicalismo, mas sindicalismo revolucionário, a autora tenta desfazer o vínculo deste com o anarquismo, por meio de uma série

de análises que não se sustentam após um exame mais detido e criterioso.

Demonstrando não conhecer e nem entender o anarquismo clássico e sua história – que acredito ter dado início à primeira onda de um sindicalismo de intenção revolucionária, ainda na década de 1860 – a autora equivoca-se nas premissas assumidas, o que resulta na distorção da maioria de suas conclusões. Impressiona, de fato, o número de afirmações equivocadas ou generalizantes, que demonstram significativo desconhecimento do tema tratado no livro.

Neste artigo, tentarei discutir os conceitos de anarquismo e sindicalismo revolucionário, colocando-os dentro de seus respectivos contextos históricos, tanto no Brasil como fora, e contrapor o que a autora sustenta em seu livro. Para isso, utilizarei dois ótimos livros publicados em 2009, mas que infelizmente ainda não estão disponíveis no Brasil: *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, de Michael Schmidt e Lucien van der Walt (África do Sul), e *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*, de Alexandre Samis (Brasil).

O primeiro, fruto de um trabalho de 10 anos, que possui uma análise global e discute anarquismo e sindicalismo no mundo todo, tanto a partir de uma análise política/sociológica, como histórica. O único livro ao qual tive acesso que baseia suas conclusões em análises dos acontecimentos que envolveram o anarquismo e o sindicalismo em todos os cantos do mundo. O segundo, também um trabalho que foi resultado de um largo período de pesquisa, que discute anarquismo e sindicalismo no Brasil e em Portugal, a partir da perspectiva histórica da bibliografia do organizacionista Neno Vasco. Sem dúvida, no meu entendimento, as duas melhores obras sobre anarquismo e sindicalismo publicadas recentemente, e que precisam com urgência de tradução e publicação no Brasil.

Antes de iniciar, é importante fazer alguns esclarecimentos. Este artigo não é somente uma resenha crítica do livro de Edilene, que trata de rebater seus argumentos com o material historiográfico mais conhecido do anarquismo. Isso poderia ser feito, mas não foi a minha escolha. O fato das obras de Schmidt, van der Walt e Samis terem sido escolhidas é proposital, e também tem o intuito de questionar a maneira como a história do anarquismo vem sendo abordada em diversas publicações, brasileiras ou não. Assim, o leitor mais afim com a temática do anarquismo pode também surpreender-se, visto que os pontos de vista aqui sustentados, além de contestarem o que é colocado em *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*, têm por objetivo apresentar uma outra leitura da história do anarquismo, que, modestamente, considero detida e criteriosa.

Os três autores escolhidos para isso desenvolvem seus trabalhos a partir de reflexões e pesquisas embasadas na teoria e, portanto, na realidade – buscando dela extrair ensinamentos para as análises históricas, políticas e sociológicas. Assim, eles não buscam encaixar a história em uma concepção ideológica própria; prática relativamente comum no campo da esquerda.

Muito do que se vem publicando em termos de história do anarquismo, apesar de apresentar inquestionáveis relevâncias, incorre em equívocos graves que são ocasionados pelas (in)definições em relação a o que são o anarquismo e o sindicalismo, e pela maneira de classificar os diferentes anarquistas e suas estratégias defendidas. E é nestes pontos que *Black Flame* e *Minha Pátria é o Mundo Inteiro* têm a contribuir, visto que ambos compreendem, dentro dos contextos em que trabalham, o anarquismo, o sindicalismo e essa relação que entendo ser entre ideologia e estratégia.

Esses conceitos de ideologia e estratégia serão utilizados no artigo para discutir anarquismo e sindicalismo revolucionário; cabe, assim, um esclarecimento em relação ao que é ideologia e o que é

estratégia. Trabalharei com aquilo que se chamou “significado fraco” de ideologia, que a considera “um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar comportamentos políticos coletivos” ou mesmo como “um sistema de idéias conexas com a ação”, que compreendem “um programa e uma estratégia para sua atuação”.<sup>1</sup> Portanto, não trabalharei com o chamado “significado forte” de ideologia, entendido como uma “crença falsa”, um “conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política”.<sup>2</sup> Em relação à estratégia, trabalharei com a concepção de que ela “é a técnica utilizada para alcançar um objetivo” e, portanto, é a “determinação da estratégia” e a “escolha dos meios mais eficazes” que farão com que se alcance os objetivos estabelecidos. “A estratégia deve estar subordinada à política, assim a tática está e não pode deixar de estar subordinada à estratégia”.<sup>3</sup> Ainda que não sejam conceitos desenvolvidos concomitantemente ao anarquismo e ao sindicalismo, entendo poder utilizá-los para essa análise sem incorrer em anacronismo.

Por muitas vezes não fazer esta distinção entre o que constitui a ideologia – conjunto de idéias e valores expressos em princípios político-ideológicos – e a estratégia – a escolha dos meios mais adequados para se atingir determinados fins – acredito que diversos autores terminaram misturando anarquismo, sindicalismo e se perdendo na hora de tentar entender e analisar ambos.

Para mim, o anarquismo é uma ideologia que se constituiu a partir da luta do proletariado europeu contra o desenvolvimento do capitalismo, constituindo um tipo de socialismo. Assim, pode-se afirmar que o anarquismo surgiu em um momento relativamente preciso do século XIX, e não pode ser identificado como uma corrente antiautoritária que sempre esteve presente na humanidade. O fato de pensadores que poderíamos chamar libertários, mas não anarquistas – como William Godwin e Max Stirner, por

exemplo – serem freqüentemente incluídos no rol dos anarquistas, faz com que, numa comparação entre esses libertários e anarquistas como Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin, a única similaridade entre eles seja o antiestatismo. Conclusão semelhante vem por parte daqueles que tendem a definir o anarquismo como uma simples oposição ao marxismo.

E não concordo que anarquismo seja a mesma coisa que antiestatismo – assim como o definiram diversos historiadores –, principalmente por entender o anarquismo como um tipo de socialismo, e, portanto, por princípio, anticapitalista. Assim, trabalharei com a idéia de que desde sempre houve traços antiautoritários na humanidade, que poderiam ser chamados de libertários. No entanto, não podemos chamar todos os libertários de anarquistas, visto que o aparecimento do anarquismo está ligado a um contexto histórico específico – surgimento do capitalismo, nascimento do proletariado e desenvolvimento do socialismo – e a algumas práticas sociais que permitem entender o que foi, de fato, historicamente, seu surgimento e seu desenvolvimento. Trabalharei também com a idéia de que o anarquismo e o marxismo surgem de um mesmo movimento popular, possuindo, portanto, similaridades e diferenças.

Essa premissa escolhida poderia gerar polêmica, visto que por ela é possível estabelecer um critério para se definir o que, ou quem é ou não, ou foi ou não, anarquista. Não é meu intuito ser juiz e dizer a quem pertence a ideologia, quem é ou não aceito por ela. É simplesmente uma questão de método. Para mim, a simples auto-identificação não é um critério correto, visto que, historicamente, alguns dos que foram anarquistas não se identificaram como tal, ao passo que outros, que se identificaram como anarquistas, tiveram práticas que em pouco ou nada se aproximaram daquilo que foi, e em certa medida ainda é, o anarquismo, se ele for definido a partir de uma prática social amplamente reconhecida.

O anarquismo, entendido a partir dessa prática social, ao longo de seu desenvolvimento histórico, teve diferentes posições estratégicas. No anarquismo, como uma ideologia constituída por seus princípios político-ideológicos, nunca foi possível encontrar uma unidade em relação às melhores estratégias e táticas a serem utilizadas. Como considero e tentarei demonstrar, o sindicalismo revolucionário não constituiu uma ideologia diferente do anarquismo, mas uma das estratégias adotadas pelo anarquismo.

Dessa maneira, o critério utilizado nessa análise considera que o anarquismo nasce e desenvolve-se em um contexto específico, que o que é libertário não necessariamente é anarquista, que a auto-identificação não é a maneira mais adequada de se determinar quem é anarquista e o que é o anarquismo e que o anarquismo defendeu historicamente posições estratégicas distintas. O critério, portanto, busca a realidade dos fatos assumindo essas premissas.

Por esse motivo, buscarei, ao discutir com alguma profundidade os conceitos de anarquismo e sindicalismo revolucionário, me remeter a algumas referências que parecem as mais relevantes sobre o tema. Por isso, ainda que o livro de Edilene Toledo tenha seu foco no Brasil, no momento de se discutir e definir conceitos, abordagens e argumentações, irei, muitas vezes, utilizar referências internacionais, que entendo serem centrais sobre os temas. Darei um enfoque específico sobre o Brasil mais ao final do artigo.

Finalmente, questionarei com esse artigo uma classificação que, historicamente, vem tendendo a considerar “anarco-sindicalistas” todos os anarquistas que defenderam a atuação nos sindicatos e como “anarco-sindicalismo” todo movimento sindical que teve ampla influência anarquista. Como veremos, a tradicional classificação dos anarquistas entre anarco-sindicalistas, anarco-comunistas e anarco-individualistas não dá conta da realidade, e estabelece categorias que se sobrepõem e que não permitem esclarecer as questões fundamentais de ideologia e estratégia. Por isso, traba-

lharei com novas classificações e com uma distinção entre anarcosindicalismo/sindicalistas e sindicalismo/sindicalistas revolucionário(s) – o que também coloca em questão parte significativa da historiografia sobre o tema.

Acredito, portanto, que, ao mesmo tempo em que farei uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, irei propor novos pontos de vista para o debate, levantando questões relevantes para uma construção histórica, política e sociológica do anarquismo e do sindicalismo revolucionário. Gostaria de receber comentários, críticas e sugestões, pois sei que muitos dos pontos de vista sustentados precisam de aprofundamento. E não julgo estar propondo algo acabado, mas, tão-somente, uma leitura distinta, que questiona diversos aspectos do tema em questão, e que está em permanente construção. E tenho a devida humildade de reconhecer que novos aportes são necessários e mesmo fundamentais.

## **ANARQUISMO: IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA**

Como colocado, acredito que o principal objetivo do livro de Edilene Toledo é desvincular o anarquismo do sindicalismo revolucionário. Portanto, entendo ser imprescindível discutir os conceitos de um e outro. Discutamos primeiramente, com alguma profundidade, o conceito de anarquismo. Para a autora,

“anarquia, etimologicamente, significa sem governo, ou seja, o anarquismo é a doutrina política que prega que o Estado é nocivo e desnecessário, existindo alternativas viáveis de organização social voluntária. Anarquista era – e é – quem, por meio da livre experimentação, se propõe a criar uma sociedade sem Estado, modificando-a pouco a pouco, cuja base são comunidades autogeridas, em que haja o

máximo de liberdade com o máximo de solidariedade e fraternidade.”<sup>4</sup> “Os anarquistas desejavam uma transformação completa da sociedade: a solidariedade, o bem-estar de todos, a liberdade, o fim da violência, das religiões, da propriedade privada, dos governos, dos parlamentos, do exército, da polícia, da magistratura e de todas as instituições que consideravam autoritárias e violentas. Propunham, ao contrário, uma sociedade organizada por livres associações e federações de produtores e consumidores, formadas e modificadas segundo a vontade dos associados, guiados pela ciência e pela experiência e livres de toda imposição que não derivasse das necessidades naturais. Essas transformações, porém, para grande parte dos anarquistas, não poderiam ser impostas pela violência, mas deveriam ser alcançadas pela vontade humana: os homens deveriam desejá-las. Cabia aos anarquistas a tarefa de transformar os homens, convencê-los, despertar-lhes a vontade criadora e transformadora.”<sup>5</sup>

Portanto, para Edilene, a ideologia anarquista se oporia ao Estado – o que se destaca em sua primeira definição, colocando o anarquismo como antiestatista – e às instituições autoritárias, como a propriedade privada – o que, em sua segunda definição, coloca o anarquismo também em oposição ao capitalismo. Os meios para esta transformação seriam, majoritariamente, a educação e o convencimento, visando modificar a realidade progressivamente, pouco a pouco, sem a utilização de violência. Com isso, o anarquismo buscaria criar uma nova sociedade, que estaria baseada em comunidades autogeridas, associações e federações de produtores e consumidores, guiadas pela ciência e pelas necessidades naturais.

Esta definição possui alguma relação com o anarquismo, mas confunde ideologia com estratégia e, o que me parece mais complicado, generaliza estratégias do anarquismo.

As definições do anarquismo sempre variaram muito, tendo sido, durante a história, significativamente diferentes. Uma metodologia que foi amplamente utilizada para definir o anarquismo e sua história baseou-se na auto-identificação e nos traços comuns em tudo aquilo que poderia ser chamado de libertário. Como já enfatizei, essa metodologia não me parece correta, tendo contribuído muito com o problema de definição colocado. A utilização dessa metodologia fez com que fossem considerados anarquistas diversos pensadores e movimentos que, por uma análise mais criteriosa, não poderiam ter sido.

A própria autora identificou em seu livro essa problemática metodológica, ao afirmar que “era próprio dos anarquistas se referirem à história do anarquismo como a do desenvolvimento do espírito antiautoritário através da história da humanidade”, considerando que “sua doutrina estava de acordo com as aspirações fundamentais do homem e que em todos os tempos os povos lutaram neste sentido”. Portanto, o “espírito libertário” seria “inerente à natureza humana, remontaria à presença do homem sobre a Terra”, abordagens que certamente foram defendidas, inclusive, por personalidades de respeito do anarquismo, pontualmente ou não, como Kropotkin e Max Nettlau. Desta forma, “seguidores de Tolstói” consideravam “Jesus Cristo o verdadeiro fundador da anarquia”, “outros reivindicavam Rabelais e La Boétie” e “filósofos do século XVIII”. Apesar dessas interpretações de que a história do anarquismo remontaria à própria essência da humanidade, Edilene Toledo reconhece que “o anarquismo como movimento, porém, surge num contexto histórico muito preciso de crítica ao capitalismo e sua história envolve uma grande complexidade e diversidade de visões”.<sup>6</sup>

Meus argumentos aqui serão, em grande medida, baseados nas posições de Schmidt e van der Walt, ainda que com pequenas divergências e contribuições a fazer, fundamentalmente em torno das questões que envolvem Pierre-Joseph Proudhon. Primeiramente, o que concordo com a autora, é que, historicamente, podemos situar o anarquismo como uma corrente socialista, e, portanto, como uma resposta ao capitalismo que se desenvolvia na Europa do século XIX. Desta forma, entendo que **não se pode falar de anarquismo antes do capitalismo e nem em anarquismo fora do campo socialista**. Neste momento e nesta localidade em que nasce o anarquismo, penso que é possível compreendê-lo como uma ideologia que apresenta propostas estratégicas determinadas. Com a sua generalização pelo mundo, e com o passar do tempo, acredito que é possível identificar as estratégias e táticas posteriores que, apesar de distintas, não questionaram ou colocaram em xeque o cerne dos aspectos ideológicos do anarquismo, caracterizados por seus princípios político-ideológicos.

O critério estabelecido para esta análise, aqui, será identificar – historicamente, a partir de uma prática social amplamente reconhecida – quais são esses princípios político-ideológicos, que constituem a espinha dorsal do anarquismo e suas diferentes estratégias e táticas adotadas ao longo do tempo. A definição da ideologia anarquista e o estabelecimento de seus princípios político-ideológicos permitirá analisar, mais adequadamente, o que é o anarquismo e quais são os pensadores e movimentos que foram, ou ainda são, herdeiros dessa tradição ideológica.

Cabe, neste momento, realizar um comentário que marca uma das poucas divergências que tenho com as posições defendidas em *Black Flame*, que se dá em torno do pensamento e da prática de Proudhon. Estou de acordo com a visão sustentada pelos africanos de que o anarquismo incorporou dele “a noção da autogestão dos meios de produção, a idéia de livre federação, o ódio do capi-

talismo e do poder dos proprietários de terra e a profunda desconfiança do Estado”.<sup>7</sup> Minha divergência se dá em relação à interpretação da teoria proudhoniana, principalmente, quando eles afirmam que Proudhon defendia uma transformação pacífica da sociedade; que suas concepções estratégicas ligavam-se tão-somente a um setor de artesãos e pequenos produtores, não podendo ser generalizadas para o campesinato e o operariado; que defendia a pequena propriedade; e quando generalizam seu pensamento com o dos mutualistas que o seguiram.

Não entrarei profundamente neste debate, mas acredito que a leitura de Schmidt e van der Walt tenha sido determinada por algumas interpretações do pensamento de Proudhon, fato que se evidencia quando verificamos que todas as afirmações e conclusões são feitas a partir de leituras interpretativas e não das obras originais do autor.<sup>8</sup> É importante considerar que há outras interpretações centrais do pensamento proudhoniano em que a leitura dos originais é fundamental, buscando uma interpretação própria para este relevante tema. Não se pode esquecer que muito do que foi escrito sobre Proudhon considerou somente parte da sua obra e/ou tomou como base as acusações de Marx ou mesmo escritos de outras correntes que buscavam diminuir ou desvalorizar sua contribuição.

Nesse sentido, considero importante trazer uma interpretação de Pierre Ansart, em sua obra *O Nascimento do Anarquismo*<sup>9</sup>, que é diferente da dos autores africanos. Para Ansart, Proudhon fez parte do movimento operário que tomou corpo no mutualismo e sua obra deve ser entendida como a teorização de um sistema de idéias, valores e aspirações que estava presente em um setor do operariado: os trabalhadores da indústria da seda, particularmente os chefes de oficina lioneses, chamados de *canuts*. No entanto, deve-se notar que, apesar de terem se inspirado nessa fração de classe – de trabalhadores oprimidos e não de pequeno-burgueses –, a teoria e

o sistema proudhoniano não são feitos para essa fração de classe e propõem-se a uma generalização que deveria abarcar a totalidade da sociedade global. A análise e a estratégia de transformação proudhonianas reconhecem a centralidade da luta de classes<sup>10</sup> como um antagonismo gerado por um sistema fundado na propriedade privada e, conseqüentemente, na exploração. A estratégia proudhoniana é revolucionária, assim como reconheceu Bakunin, já que propõe a destruição do capitalismo e a construção do socialismo – que envolveria transformações econômicas, políticas e sociais. Seu mutualismo, no âmbito econômico, buscava integrar de maneira autogestionária as três esferas da produção: a grande indústria, as médias empresas e o artesanato, e o campesinato, sempre norteado pela noção da posse – dos trabalhadores serem os donos dos seus próprios meios de produção – e não da propriedade privada, que permite a exploração. No âmbito político, o mutualismo previa um funcionamento autogestionário das comunidades. A base do acúmulo de força para a realização da revolução social estaria no campo econômico, devendo realizar-se por meio das associações operárias. Essa revolução, que deveria ser levada a cabo de baixo para cima e pelas massas, se iniciaria com a associação operária e com a apropriação progressiva das forças econômicas. A radicalização das sociedades de socorros mútuos, que se transformam em sociedades de resistência – base das insurreições de 1831 e 1834 – e a gestão direta da produção pelos próprios produtores constituiriam o início dessa revolução, um longo e prolongado processo que se finalizaria somente com a construção da nova sociedade. Para Proudhon, a revolução é a força colocada em prática pelo movimento operário na luta, fora do Estado, para se impor e criar uma nova ordem. Ela tem como elementos necessários a consciência de classe (da luta de classes e da capacidade política da classe), a teoria (realizada pela própria classe e indissociável da prática), e a prática (que deveria tomar corpo no mutualismo). Apesar

das posições de Proudhon contra a violência revolucionária, o modelo que o inspirou, do mutualismo lionês, foi responsável por evoluir, transformando-se de uma luta econômica em uma luta política, e culminando nas citadas insurreições, carregadas de violência revolucionária. Assim, a estratégia revolucionária defendida por Proudhon previa a generalização da organização federalista pela base, podendo insurgir-se e realizar uma luta política, buscando criar uma nova relação de poder por meio de uma violência controlada e contida. Proudhon estaria preocupado em evitar as revoluções políticas que, sem a preparação necessária das massas, substituiriam por meio da violência a gestão do Estado e dariam continuidade ao sistema de exploração e dominação. Finalmente, é possível afirmar a necessidade de se diferenciar a análise e a estratégia de Proudhon do mutualismo, pois, se é verdade que muito do mutualismo o inspirou, não podemos dizer que todos os mutualistas, ainda que se reivindicassem proudhonianos, seguiam estritamente sua análise e estratégia, o que se evidencia, por exemplo, nas posições de Tolain que, da maneira como as entendo, teriam sido contestadas por Proudhon por serem divergentes.

Tomando como base essa interpretação, se poderia dizer que Proudhon não era reformista, e sua estratégia revolucionária não previa uma transformação pacífica da sociedade. Apesar de ter se inspirado em uma fração da classe, sua proposta era que o modelo fosse generalizado. Ele não defendia a propriedade, mas a posse, ainda que ela significasse para as médias empresas, o artesanato e o campesinato um certo tipo de propriedade individual, bastante diferente da propriedade privada, já que não permitia a exploração.

Coloco essas questões, pois, para Schmidt e van der Walt, apesar de Proudhon ter tido uma influência absolutamente determinante no nascimento do anarquismo, seria somente com Bakunin e a Aliança da Democracia Socialista (ADS) que o anarquismo surgiria, tomando corpo na fundação da ADS em 1868 e

definindo-se claramente no ano seguinte, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Para eles

“é crucial notar que foi dentro do ambiente socialista que as idéias identificadas com Bakunin, Kropotkin e o movimento anarquista surgiram, e já que a Primeira Internacional era um movimento da classe trabalhadora, foi do movimento e das associações da classe trabalhadora que o anarquismo nasceu”.<sup>11</sup> “Bakunin e a Aliança apareceram publicamente pela primeira vez no Congresso da Basileia de 1869 da Primeira Internacional, em que Bakunin predominou por sua surpreendente oratória e força pessoal.”<sup>12</sup>

Assim, para os africanos, apesar das influências anteriores, o fato é que o anarquismo só passaria a existir, concretamente, nesses fins dos anos 1860, surgindo como uma ideologia política que representava uma forma de socialismo. O fato de, para eles, Proudhon ser mais o pai do anarquismo do que o anarquismo em si próprio é caracterizado, fundamentalmente, pelas três questões discutidas anteriormente.

Assim, deixo aqui apontada a necessidade de investigação mais aprofundada sobre esses aspectos da teoria proudhoniana, pois, se a interpretação de Ansart é correta, essa questão do momento de nascimento do anarquismo poderia ser repensada. Isso não invalida a afirmação feita anteriormente de podermos identificar precisamente o nascimento do anarquismo. Essa dúvida sobre Proudhon, na realidade, somente possibilita considerar que, talvez, esse momento de nascimento não esteja nos anos 1860, mas nos 1840.

Considerando que a interpretação de Ansart esteja correta, buscando dar uma posição própria em relação ao assunto e considerando o que está especificado em *Black Flame*, pode-se chegar a algumas posições em comum. Primeiramente, que o anarquismo

definitivamente surge do seio do movimento operário do século XIX, seja esse movimento o das associações nas quais se inseriu o mutualismo lionês ou da AIT, ambos movimentos de trabalhadores oprimidos que buscavam encontrar formas de luta contra o capitalismo que se desenvolvia. No entanto, parece possível afirmar, ainda levando em conta as posições de Ansart, que o anarquismo tenha surgido realmente em Proudhon, prevendo uma análise da sociedade e uma estratégia de transformação. Nessa análise, as conclusões sobre o capitalismo e o Estado como pilares da exploração e da dominação e sobre a centralidade da luta de classes, apontam para a necessidade de destruição da sociedade presente e da construção de uma nova, prevendo uma estratégia que estaria baseada no acúmulo de forças pelas associações de massas no campo econômico. Uma luta que poderia tornar-se política e mesmo aceitar a violência, ainda que de maneira controlada e contida, mas necessariamente com participação ampla popular. Este processo revolucionário deveria apontar para um socialismo de mercado, com igualdade e liberdade, fundado na autogestão e no federalismo tanto na economia quanto na política; um sistema que integraria a propriedade coletiva com a propriedade individual, funcionando com a noção de posse e impedindo a exploração e a dominação.

No entanto, não há dúvidas que, ainda que os elementos apresentados acima estejam corretos, houve um salto qualitativo e quantitativo desse anarquismo que surgia em Proudhon, para o anarquismo que, a nosso ver consolida-se plenamente, de fato, com Bakunin e a ADS – um anarquismo que se poderia chamar da maturidade. O fato do anarquismo de Bakunin e a ADS funcionar de maneira organizada e coletiva permite afirmar essa maturidade, para além de outras questões. Estas poderiam ser colocadas em dois campos: um, cujas posições de Proudhon de fato opõem-se a princípios anarquistas, especificamente suas posições em relação à mulher; outro, das posições controversas que, com o passar do tempo,

foram mais esclarecidas e aprofundadas por Bakunin e a ADS, como, por exemplo, as questões da revolução social, da necessidade de violência, do sujeito revolucionário, das lutas reivindicativas, das cooperativas, da sociedade futura, entre outras.

Portanto, acredito **que o anarquismo pode ter surgido em Proudhon, desenvolvendo suas principais linhas, mas dá um inegável salto qualitativo com Bakunin e a ADS, passando a existir em sua plenitude e maturidade, consolidando-se como uma ideologia cujas bases encontram-se no movimento popular do século XIX e que preconiza uma prática política organizada e coletiva.**<sup>13</sup>

Feitas essas discussões, pode-se dar continuidade à discussão sobre a definição do anarquismo, considerando o que colocam Schmidt e van der Walt.

“A prática de falar em anarquismo classista ou em anarquismo social algumas vezes é provavelmente necessária, mas ela implica que exista uma tradição anarquista legítima que seja contra a luta de classes ou que seja anti-social, o que é incorreto. [...] Em nossa opinião, o termo anarquismo deve ser reservado a uma forma particular, racionalista<sup>14</sup> e revolucionária, de socialismo libertário que surgiu na segunda metade do século XIX. O anarquismo era contra a hierarquia econômica e social, assim como a desigualdade – e especificamente, capitalismo, o poder dos proprietários de terra, e o Estado – e defendia uma luta de classes internacional e uma revolução desde baixo por uma classe trabalhadora e um campesinato auto-organizados, com o objetivo de criar uma ordem social autogerida, socialista e sem Estado. Nesta nova ordem, a liberdade individual estaria em harmonia com as obrigações comuns por meio da cooperação, da tomada de decisões democrática e da igualdade econômica, social e a coordenação econômica aconteceria

por meio de formas federais. Os anarquistas enfatizaram a necessidade de meios revolucionários (organizações, ações e idéias) para prefigurar os fins (uma sociedade anarquista). O anarquismo é uma doutrina libertária e uma forma de socialismo libertário; portanto nem todos os pontos de vista libertários ou socialistas libertários são anarquistas. [...] O anarquismo foi e é uma ideologia política que adota métodos racionalistas de análise para formular sua crítica, sua estratégia e suas táticas. Seu maior componente moral, no entanto, é também importante – e não pode ser comprovado cientificamente.”<sup>15</sup>

Levando em conta que a interpretação de Ansart está correta, é possível afirmar que essa definição contempla a teoria proudhoniana, com mínimas exceções. No entanto, não há dúvidas que ela se aplica completamente ao anarquismo que se desenvolveu de Bakunin e a ADS em diante. Assim, consideraremos que é em Bakunin e na ADS que o anarquismo passa a existir em sua plenitude e maturidade e, portanto, quando nos referirmos ao anarquismo clássico – fundamentalmente na discussão de princípios e estratégia e nas comparações entre anarquismo e sindicalismo revolucionário – levaremos em conta, majoritariamente, suas posições, que entendemos estarem bem delineadas a seguir. No Brasil, parece-me que as maiores influências do anarquismo internacional tenham sido de Kropotkin e Errico Malatesta e, para discutir o anarquismo brasileiro, quando houver referência ao anarquismo internacional, utilizarei os escritos de Malatesta, principalmente pelas referências que são feitas a ele no livro resenhado e também no livro de Samis.<sup>16</sup>

Voltemos às definições de anarquismo: de um lado, a definição de Edilene Toledo, cuja fundamentação não é explicitada; de outro, a dos autores africanos, realizada a partir de uma pesquisa global do anarquismo, que investigou experiências concretas e

teoria dos quatro cantos do mundo, incluindo o Brasil. É possível notar que ambas são significativamente diferentes.

Ainda que Edilene coloque na segunda parte de sua definição a oposição ao capitalismo, quando se refere à rejeição da propriedade privada, na primeira parte ela parece considerar o anarquismo como sinônimo de antiestatismo, o equívoco citado anteriormente e que é cometido por grande parte dos historiadores. Para uma definição do anarquismo, e para negar que anarquismo seja a mesma coisa que antiestatismo, é fundamental considerá-lo uma corrente do socialismo e situá-lo no tempo e no espaço. A meu ver, o anarquismo não pode ser definido como uma simples oposição ao marxismo, já que ambos surgem das mesmas origens operárias, possuindo influências semelhantes, como a dos socialistas ditos socialistas utópicos e de Proudhon. Obviamente que, com isso, não se pode afirmar a similaridade entre anarquismo e marxismo, mas parece que colocar o anarquismo tão-somente como uma oposição ao marxismo seja um equívoco; ambos possuem similaridades e diferenças. Nascendo de um mesmo movimento popular, cada um representa uma ideologia que estava presente no operariado da época; ambos possuem uma crítica semelhante ao capitalismo e propõem uma transformação social que leve ao socialismo. As diferenças fundamentais se dão em torno do método de análise e dos meios para a luta – o que envolve diretamente a discussão sobre o Estado (período de transição, ditadura do proletariado etc.). Nesse sentido, já que o anarquismo é uma forma de socialismo, ele necessariamente se opõe ao capitalismo. Apesar disso, é central colocar, também, que ele se opõe às formas de exploração e dominação pré-capitalistas e às opressões que se dão fora do âmbito econômico.

Situar o anarquismo no tempo e no espaço permitirá notar que, no momento de seu surgimento, ele constitui-se com princípios político-ideológicos relativamente bem definidos e não se pode

considerar as similaridades entre libertários que vão desde Jesus e os anabatistas, até Bakunin e Kropotkin, passando por Rabelais, La Boétie, Godwin e Stirner – ou seja, utilizar o mínimo denominador comum entre todos esses libertários – para forjar uma definição do anarquismo.

Pode-se questionar amplamente a afirmação de Edilene Toledo de que a estratégia da maioria dos anarquistas é de uma transformação progressiva, que deveria se dar pela educação e pelo convencimento, sem a utilização de violência. Ainda que se deva reconhecer que tal estratégia tenha sido pontualmente defendida no anarquismo, isso não significa que a maioria tenha optado por ela. Também não significa que aqueles que optaram pela ênfase na educação e no convencimento tenham negado a necessidade de violência revolucionária ou abandonado a perspectiva de uma revolução social. Anarquistas como Élisée Reclus – que entendia imprescindível um trabalho de educação e convencimento a ser realizado antes da luta para a revolução<sup>17</sup> – consideravam que uma revolução pacífica poderia até ser possível, mas nunca negaram completamente a necessidade do uso de violência e nem a necessidade de uma revolução social.

Os anarquistas, no geral, sempre consideraram a educação e o convencimento estrategicamente fundamentais. No entanto, há uma diferença relevante sobre o momento e o contexto para se investir nessas medidas de educação e convencimento que tomam corpo em posições distintas entre aqueles que colocavam o papel da educação e o convencimento necessariamente como um processo anterior ao de mobilização e luta pela revolução – a posição de Reclus, por exemplo – e aqueles que consideravam que se deveria educar e convencer em meio às lutas, já que elas próprias teriam um papel pedagógico fundamental – a posição de Bakunin, por exemplo. Parece que, analisando o anarquismo no mundo, a partir dessa perspectiva histórica, a posição de Bakunin, ou seja, de um processo

de educação e convencimento que ocorresse dentro do contexto das lutas, tenha sido majoritária.

Nesse sentido, concordo com Schmidt e van der Walt, discordando de Edilene Toledo, que os anarquistas não consideravam uma transformação progressiva pela educação e pelo convencimento, sem a utilização de violência. Diferentemente, o anarquismo sempre foi revolucionário e não negou a necessidade da violência revolucionária e nem da revolução social, que deveria ser levada a cabo, dentro de uma perspectiva classista, por trabalhadores e camponeses. Para esse processo revolucionário, os anarquistas sempre consideraram central o papel da educação e do convencimento, mas divergiram em relação ao momento e ao contexto para sua aplicação. A estratégia majoritária considerou a educação e convencimento no contexto da luta de classes, buscando organizar e mobilizar as massas e/ou prepará-las para a revolução social. Nesse sentido não se pode falar que o anarquismo nega a revolução social ou a violência revolucionária, que ele prega o pacifismo ou algum tipo de reformismo.<sup>18</sup>

Outra questão generalizada por Edilene é a da ciência e das necessidades naturais que, se foram defendidas, por aqueles que se aproximaram do positivismo, como é o caso de Kropotkin, não podem ser generalizadas e muito menos representar todo o anarquismo, já que anarquistas, também centrais, como Bakunin e Malatesta, defendiam posições de que o anarquismo estaria no campo da ideologia – e, portanto, das idéias, aspirações e vontades – e não da ciência. Assim, é possível afirmar que essa tentativa de aproximar a ciência e as necessidades naturais do anarquismo esteve presente na tradição anarquista, mas não é verdade afirmar que ela representou todo o anarquismo, ou mesmo que tenha sido amplamente majoritária já que um setor bastante significativo defendeu posições diferentes.

Pelas questões discutidas, parece que a definição de Schmidt e van der Walt seja bem mais adequada que a de Edilene Toledo. A definição dos africanos considera o anarquismo como uma ideologia, um tipo de socialismo revolucionário, que surge no século XIX colocando-se no campo social e sem desconsiderar as desigualdades da sociedade<sup>19</sup>, e por isso tem uma herança histórica, ideológica e teórica determinada. Possuindo elementos morais de relevância, o anarquismo não pode ser considerado uma ciência, apesar de utilizar métodos racionais para a leitura da realidade – posicionando-se contra a exploração e a dominação – para a criação de uma perspectiva de sociedade futura e também para o estabelecimento de estratégias e táticas. O anarquismo defende uma transformação social revolucionária, em nível internacional, que deve ser levada a cabo de baixo para cima, ser protagonizada pelos diferentes sujeitos oprimidos e fazer com que os meios de luta estejam de acordo com os fins que se pretende atingir. Como objetivo, o anarquismo propõe a criação de um socialismo autogestionário e federalista, sem capitalismo e sem Estado, que concilie a liberdade individual, a liberdade coletiva e a igualdade.

A partir da definição colocada acima, pode-se extrair os princípios político-ideológicos que dão corpo à espinha dorsal do anarquismo, sendo este entendido como uma ideologia – e, portanto, não como ciência –, e como uma corrente do socialismo revolucionário.

-A compreensão das relações de exploração e dominação presentes na sociedade e o julgamento, a partir de valores éticos, de que elas **devem ser transformadas**. Essas relações de exploração e dominação se dão em diversos campos (economia, política e cultura) e, assim, a busca pela transformação dessas relações exige uma oposição ao capitalismo, ao Estado e às diversas formas de dominação (imperialismo, gênero, raça etc.).

- A transformação dessas relações implica que exista uma **prática política**, que está necessariamente **inserida na sociedade e faz parte da sua correlação de forças**. Essa prática significa uma luta contra a exploração e a dominação por meio de uma leitura da realidade e do estabelecimento de caminhos para essa luta.
- A leitura da realidade e o estabelecimento de caminhos para a luta implicam em um **método de análise** e um **conjunto de estratégia e tática**, ambos **estabelecidos racionalmente** e implicando uma **teoria**.
- O método de análise e o conjunto de estratégia e tática baseiam-se na compreensão de que a sociedade, cujas bases estão nas relações de exploração e dominação, é fundamentalmente uma **sociedade de desigualdade**. Essa desigualdade encontra suas bases nas **classes sociais** e é natural que essas classes – como conjuntos de exploradores/explorados, opressores/oprimidos, etc. – tenham **posições distintas na sociedade** e que, portanto, estejam em **contradição** e em **luta permanente**. Assim, anarquismo baseia-se no **classismo**, que reconhece a **luta de classes** e a necessidade de caminhos que apontem para o **fim das classes sociais**.
- O classismo implica necessariamente uma noção de associação e de interesses comuns entre aqueles que são vítimas do sistema de exploração e de dominação. Portanto, entende-se que a iniciativa para uma **luta pela transformação** desse sistema deve ser **internacional, guiada pelos interesses de classe**, e não por interesses nacionais, o que significa sustentar o **internacionalismo**.
- A leitura da realidade e o estabelecimento de objetivos e caminhos significam a **concepção de estratégia e tática**, ou seja, caminhos para a transformação social que se deseja realizar.
- A teoria e a prática geradas pelas análises e estratégia são necessariamente guiadas por uma **concepção ética**, determinada por valores morais específicos.

- As práticas voltadas ao combate da ordem de exploração e dominação devem ser **realizadas por quem sofre as conseqüências** dessa ordem, por meio da **ação direta**, sem intermediários, pessoas ou instituições que estabeleçam relações autoritárias ou que alienem essas práticas que devem, portanto, ter **autonomia**.

- A luta pela ação direta é realizada **de baixo para cima, a partir da base**, sem direções autoritárias que tirem daqueles que lutam a capacidade e o protagonismo. Essa luta envolve necessariamente **elementos espontâneos e emocionais**.

- A **solidariedade** e o **apoio mútuo** entre as classes exploradas e dominadas colocam a necessidade de uma **associação permanente entre essas classes e não a priorização de uma ou outra** delas.

- Os **meios** estabelecidos para a prática política devem estar em **coerência com os fins** que se deseja atingir.

- A **transformação social** é **necessariamente revolucionária** e não se encontra dentro do capitalismo ou do Estado.

- A **autogestão** e o **federalismo** norteiam toda a prática política e são elementos fundamentais da sociedade futura, **organizando e articulando** horizontalmente, por meio da **democracia direta, as estruturas econômicas, políticas e sociais**.

- A **liberdade e a igualdade** são necessariamente base do **socialismo** que se coloca como objetivo pós-revolucionário para a criação de uma **sociedade futura**.

Esses são, a meu ver, os princípios político-ideológicos que definem a ideologia anarquista, tomando como base a definição de Schmidt e van der Walt, e colocando pequenas contribuições próprias.

Como enfatizado anteriormente, a ideologia que se expressa nesses princípios difere da estratégia, que é “a escolha dos meios

mais adequados para se atingir os fins determinados”. Nesse momento, deixarei a questão da ideologia para entrar na discussão de estratégia. A visão que está sendo sustentada é que a matriz ideológica do anarquismo – ou seja, o que define o que é o anarquismo – é constituída pelos princípios político-ideológicos que tentei conceituar e discutir anteriormente.

É relativamente comum ver, atualmente, a afirmação de que haveria diversos “anarquismos”, o que não parece verdade. O que há são estratégias distintas dentro do anarquismo e é com base nessa afirmação que se deve rechaçar a divisão clássica “dos anarquismos” ou das correntes anarquistas em três fundamentais: anarco-sindicalismo, anarco-comunismo e anarco-individualismo. Na realidade, essa divisão parece apresentar sobreposições de categorias e uma metodologia que não permite enxergar, entender e distinguir a totalidade das estratégias anarquistas. Assim, é possível concluir que **existe um anarquismo, definido pelos seus princípios político-ideológicos, e diferentes estratégias.**

Para o estudo dessas diferentes estratégias anarquistas e seus desdobramentos táticos, utilizarei as categorias sugeridas por Schmidt e van der Walt, que consideram que, no anarquismo, há duas estratégias fundamentais: o “anarquismo insurrecionalista” e o “anarquismo de massas”.

“A primeira estratégia, o anarquismo insurrecionalista, afirma que as reformas são ilusórias e que os movimentos de massa organizados são incompatíveis com o anarquismo, dando ênfase à ação armada – a propaganda pelo fato – contra a classe dominante e suas instituições, como o principal meio de despertar uma revolta espontânea revolucionária”.<sup>20</sup>

Essa estratégia sustenta uma posição contrária à organização, colocando-se contra os movimentos populares organizados. A par-

tir dessa posição, o sindicalismo é considerado um movimento burocrático que busca exclusivamente as reformas (ganhos de curto prazo), constituindo um perigo ao anarquismo, que é essencialmente revolucionário. O “anarquismo insurrecionalista” considera que as lutas populares de massas são inúteis e somente ajudam a fortalecer o *status-quo* e, por esse motivo, essa estratégia busca somente a revolução; as reformas são condenadas ou consideradas supérfluas, já que afastariam os trabalhadores desse objetivo revolucionário. Essa estratégia considera que o anarquismo não deve ser difundido pelas palavras ou pelos escritos, mas por fatos, considerando, por estes, atos de violência contra capitalistas/burgueses e membros do Estado que deveriam tomar corpo em assassinatos, atentados à bomba ou mesmo insurreições – nesse caso, sem base e respaldo popular. Essa estratégia insurrecional, conhecida também por “propaganda pelo fato”, considera que são esses atos individuais de violência, que teriam influência nos trabalhadores e camponeses, gerando, a partir deles, movimentos insurrecionais e revoltas populares, capazes de levar a cabo a revolução social. É importante ressaltar que essa estratégia sustenta a utilização da violência – essa forma de vingança popular – fora e sem o respaldo de movimentos populares amplos, ou seja, uma violência sem respaldo popular difundido fora do âmbito da classe oprimida organizada. Muito do que se chamou “individualismo anarquista” foi praticamente todo incentivador e/ou adepto dessa estratégia, principalmente por suas posições contrárias à organização. Apesar de ser historicamente minoritária, essa estratégia foi a que mais se difundiu no imaginário popular, que ficou forjada na imagem do anarquista conspirador e terrorista. O “anarquismo insurrecionalista” foi defendido por anarquistas como Luigi Galleani, Emile Henry, Ravachol, Marius Jacob, Nicola Sacco, Bartolomeo Vanzetti, Clément Duval e Severino DiGiovanni. Foi defendido também por agrupamentos, como os franceses do Bando de Bonnot e os russos

do Chernoe Znamia e do Beznachalie. O “anarquismo insurrecionalista” também encontrou respaldo, por algum tempo, em anarquistas como Nestor Makhno, Kropotkin e Malatesta que, apesar de terem defendido na maior parte de suas vidas o “anarquismo de massas”, passaram por um período de defesa do insurrecionalismo.<sup>21</sup>

“A segunda estratégia – a qual nos referimos, por falta de um termo melhor, como anarquismo de massas – é muito diferente. Ela enfatiza a visão de que somente os movimentos de massa podem criar uma transformação revolucionária na sociedade, que tais movimentos são normalmente construídos por meio de lutas em torno de questões imediatas e de reformas (em torno de salários, brutalidade policial ou altos preços etc.), e que os anarquistas devem participar desses movimentos para radicalizá-los e transformá-los em alavancas da transformação revolucionária”.<sup>22</sup>

Essa estratégia é completamente favorável à organização e defesa de que a transformação social só pode se dar pelo protagonismo dos movimentos populares, sejam eles construídos nos locais de trabalho (pelos sindicatos ou outras estruturas) e/ou nas comunidades, sempre em torno da necessidade. O anarquismo de massas defende as reformas – desde que elas sejam conquistadas pelos próprios movimentos populares e não vindas “de cima”, como obra dos capitalistas ou dos governos –, considerando que elas são os primeiros objetivos da luta popular. Essa luta, que deve constituir-se com a mobilização social, fortalece a solidariedade de classe, aumenta a consciência e melhora as condições do povo, quando há conquista de reformas. Concordando que as idéias anarquistas também deveriam ser difundidas pelos fatos, os defensores dessa

estratégia de massas acreditam que esses fatos são as mobilizações populares de massa e não os atos isolados de violência. A violência, também defendida pelo “anarquismo de massas”, não deve ser realizada com o objetivo de criar movimentos insurrecionais, mas deve ser perpetrada a partir de movimentos populares amplos já existentes, e, portanto, ter significativo respaldo popular; uma violência que deve ser levada a cabo pela própria classe organizada. É por meio das lutas em torno das questões de curto prazo e buscando a conquista de reformas que os defensores dessa estratégia sustentam poder construir tais movimentos que poderão, no devido momento, engajar-se na violência revolucionária, gerando insurreições e conquistando a revolução social, sem acabar com um ou outro representante do capitalismo ou do Estado, mas com todo o sistema, construindo um novo. Assim, reformas e revolução não são contraditórias, mas complementares; é na luta pelas reformas que se forjam as condições para realizar a revolução. A sociedade futura poderia ser baseada no coletivismo (distribuição segundo o trabalho realizado) ou no comunismo (distribuição segundo as necessidades). Essa estratégia foi majoritária historicamente e defendida, entre outros, por militantes como Bakunin, Buenaventura Durruti, Fernand Pelloutier, Rudolf Rocker, Volin, Ricardo Flores Magón, Kubo Yuzuru, Mikhail Guerdzhikov, Thibedi, Ba Jin, Osugi Sakae. Na maioria do seu tempo de militância, Makhno, Kropotkin e Malatesta também defenderam o “anarquismo de massas”.

A partir dessa definição das categorias estratégicas, entende-se que a diferença entre elas se dá em relação a algumas questões fundamentais: **organização, movimentos populares, reformas, melhor maneira de difusão do anarquismo e forma de aplicação da violência revolucionária**. De acordo com o argumento sustentado, as distintas posições em relação a essas questões não colocam em xeque os princípios político-ideológicos anarquistas – por isso, **ambas estratégias são necessariamente anarquistas** –, mas marcam

as diferentes posições que definem essas duas estratégias anarquistas. Nesse sentido, pode-se dizer que as principais diferenças estratégicas no campo do anarquismo são:

- Em relação à questão da **organização**, tendo aqueles que a **defendem e crêem que ela é imprescindível para a transformação social** e aqueles que acreditam que ela é **desnecessária ou mesmo autoritária**.

- Sobre os **movimentos populares**, tendo aqueles que acreditam que eles são a **única forma de organizar o povo para a luta pela revolução social** e aqueles que acreditam que **eles são inúteis e em nada podem ajudar o anarquismo em sua luta revolucionária**.

- Em relação às **reformas**, há aqueles que defendem que, no seio de um movimento popular, é a **luta pelas reformas que motiva a organização em torno da necessidade** e que essas **reformas melhoram as condições** do povo, além de serem consideradas um **caminho para a revolução**. Há também aqueles que acreditam que as **reformas não contribuem com os objetivos revolucionários e são insignificantes**, portanto, os **anarquistas devem lutar somente pela revolução** e não pelas reformas.

- Para **difundir o anarquismo**, alguns defendem que a melhor forma é **em meio às organizações das lutas populares** (construindo e participando dessas lutas), outros que é com os **atos de violência contra a classe dominante**, que se deve inspirar outras ações semelhantes, dando corpo a um amplo movimento revolucionário.

- Sobre a **violência revolucionária**, há aqueles que defendem que ela deve ser aplicada com um **amplo respaldo popular**, derivando de um **movimento já existente**; e há aqueles que consideram que os **atos de violência revolucionária são os próprios geradores desse movimento insurrecional** e que, por isso, não há problemas se não

houver respaldo popular, já que são esses atos que levarão a esse respaldo.

Além dessas diferenças centrais que caracterizam o “anarquismo de massas” e o “anarquismo insurrecionalista”, outras questões foram motivo de divergências e debates no seio do anarquismo ao longo dos anos e nos diversos lugares do mundo, visando estabelecer as melhores posições estratégicas e táticas: necessidade de organização específica anarquista ou não, entrar nos movimentos populares já existentes ou criar novos, atrelar mais ou menos os movimentos populares ao anarquismo, mobilizar pelo local de trabalho e/ou de moradia, sistema de distribuição e recompensa pelo trabalho realizado na sociedade futura, como estruturar a autogestão e o federalismo depois da revolução, entre outras.

Dando continuidade ao debate estratégico do anarquismo e tentando situá-lo historicamente, pode-se afirmar que foi a estratégia do “anarquismo de massas” a adotada no momento em que o anarquismo atinge sua maturidade, com a ADS e Bakunin. Essa estratégia, que se poderia chamar “bakuninista”, enfatiza a necessidade dos movimentos populares, construídos em torno da necessidade – ou seja, das questões de curto prazo – para radicalizar-se e operar a transformação revolucionária. Para Bakunin, a AIT deveria ser este movimento e, por isso, propôs para ela uma metodologia e um programa determinados, que confirma essa estratégia. Bakunin diz em 1869:

“A Associação Internacional dos Trabalhadores, fiel a seu princípio, jamais apoiará uma agitação política que não tenha por objetivo imediato e direto a *completa emancipação econômica do trabalhador*, isto é, a abolição da burguesia como classe economicamente separada da massa da população, nem qualquer revolução que desde o primeiro dia,

desde a primeira hora, não inscreva em sua bandeira *liquidação social*. [...] Ela dará à agitação operária em todos os países um caráter essencialmente *econômico*, colocando como objetivo a diminuição da jornada de trabalho e o aumento dos salários; como meios, a *associação das massas operárias* e a formação das *caixas de resistência*. [...] Ela ampliar-se-á, enfim, e organizar-se-á fortemente atravessando as fronteiras de todos os países, a fim de que, quando a revolução, conduzida pela força das coisas, tiver eclodido, haja uma força real, sabendo o que deve fazer e, por isso mesmo, capaz de apoderar-se dela e dar-lhe uma direção verdadeiramente salutar para o povo; uma organização internacional séria das associações operárias de todos os países, capaz de substituir esse mundo político dos Estados e da burguesia que parte.”<sup>23</sup>

Assim, a estratégia de massas proposta por Bakunin estava clara: um amplo movimento popular criado internacionalmente pelo conjunto de classes oprimidas, lutando ao mesmo tempo pelas questões imediatas e pela revolução social, que pudesse superar o capitalismo e o Estado e construir uma sociedade de liberdade e igualdade.

Aprofundando um pouco essa estratégia de Bakunin e da ADS, poderíamos enfatizar que ela tomava como base o materialismo como método de análise, defendendo uma dialética que, diferente da hegeliana, negava o determinismo econômico do materialismo histórico marxista e afirmava uma influência múltipla entre aspectos econômicos, políticos e sociais. A partir dessa análise, entendia o sistema de capitalismo e Estado como uma sociedade de opressão, que deveria ser transformada, dando lugar a uma nova sociedade. Essa sociedade de liberdade e igualdade se constituiria a partir de transformações econômicas (socialização da produção, federação

das associações produtivas, distribuição de acordo com o trabalho realizado – coletivismo – fim da herança, da propriedade privada e da divisão entre trabalho manual e intelectual), de transformações políticas (fim da autoridade infalível e o estabelecimento do federalismo político) e das transformações intelectuais e morais (instrução integral e conhecimento a serviço do povo). Os meios mais adequados para se chegar a essa nova sociedade seriam: a revolução social violenta, a internacionalização da revolução, um movimento de massas amplo que permitisse o protagonismo popular de trabalhadores e camponeses por meio da solidariedade econômica. Esses meios previam ainda uma atuação que se daria além do nível social, dos movimentos de massas, pelo nível político. Esse trabalho, que tomaria corpo na organização política revolucionária, teria por objetivo garantir ao nível social a perspectiva revolucionária, funcionando com caráter de minoria ativa, de maneira horizontal, com unidade de programa, responsabilidade coletiva, unidade de ação, e disciplina.

Essa estratégia do anarquismo proposta por Bakunin e a ADS constitui, a meu ver – no que diz respeito ao nível de massas – o embrião do que viria a ser o sindicalismo revolucionário. Examinarei o sindicalismo revolucionário mais à frente, contrastando com as definições de Edilene Toledo, mas, por ora, basta dizer que para mim, o sindicalismo revolucionário tem suas raízes no anarquismo – mais especificamente nas posições defendidas Bakunin e a ADS, que, ao desenvolverem as posições de Proudhon e proporem uma metodologia e um programa para a AIT, constituíram suas bases fundamentais. Estou de acordo que

“o verdadeiro fundador do sindicalismo revolucionário foi Bakunin. Eis o que ignoram em demasia, ou que silenciam não sei por qual motivo, pois, nas construções teóricas e táticas quanto ao objetivo e às tarefas históricas do sin-

dicalismo, Bakunin contribuiu com um conjunto de pensamentos de uma riqueza e de um dinamismo que não só não foram superados, como jamais foram iguados por qualquer outro pensador.”<sup>24</sup>

É em Bakunin e na ADS, com suas propostas para a AIT, que se pode identificar o berço desse sindicalismo de intenção revolucionária que ficaria conhecido anos a frente pelo termo sindicalismo revolucionário.

Um pouco depois da morte de Bakunin, o “anarquismo de massas” deu lugar, por uma série de fatores, ao “insurrecionalismo”. Esta estratégia insurrecional, descolada dos movimentos populares, se em alguns casos significou certo desespero de anarquistas que constataavam a perda do “vetor social do anarquismo”<sup>25</sup>, em outros, representava uma expectativa que estes atos insurrecionais – como atentados, assassinatos e ações armadas sem respaldo popular – pudessem estimular a criação desses movimentos. Pode-se dizer que grande parte do movimento anarquista endossou essa estratégia, sendo o Congresso de Londres de 1881 o marco dessa posição em nível mundial.

Nos fins do século XIX, o anarquismo sai desta fase insurrecionalista e, com a retomada do sindicalismo de intenção revolucionária, de forte inspiração bakuninista, volta ao seio das classes exploradas e dos movimentos de massa. Essa orientação, que remonta à estratégia dos anarquistas na AIT, diferia da estratégia do “anarquismo insurrecionalista”, conforme analisa Samis. Para ele, o objetivo da estratégia de massas, nessa retomada dos fins do século XIX, era para o anarquismo

“buscar uma inserção, tornar o povo co-partícipe do processo, servir o revolucionário de fermento, agir junto às massas, não na sua frente ou em seu nome, eram as novas

abordagens e mesmo uma outra inspiração metodológica para se por em prática. Um abalo na convicção dos métodos de ação anteriores produziu um rearranjo das forças e um realinhamento teórico tentava dar conta das demandas sociais mais prementes. Uma inflexão tática, com epicentro na velha França, por volta de 1894-95, muito provavelmente por lá existirem estruturas operárias expressivas e atuantes, estava em curso. As ‘Bolsas de Trabalho’ impulsionadas por, entre outros, Fernand Pelloutier, ganhavam na dinâmica organizativa das federações sindicais modelo ‘guesdista’ e, desde 1892, vinham comprovando, pela força e atitudes, a superioridade frente às antigas corporações.”<sup>26</sup>

Foi assim que o sindicalismo revolucionário da Confédération Générale du Travail (CGT) francesa, que contava com diversos anarquistas, foi fundamental para esta retomada do caráter classista e popular do anarquismo, o que se reflete na Carta de Amiens de 1906, quando reafirma que a CGT agrega os trabalhadores conscientes da luta, independente de suas posições políticas, e que

“essa declaração é um reconhecimento da luta de classes, que opõe no terreno econômico os trabalhadores em revolta contra todas as formas de exploração e opressão, tanto materiais como morais, postas em ação pela classe capitalista contra a classe operária”.<sup>27</sup>

Émile Pouget, outra referência militante da CGT, resumia:

“O problema é este: sou anarquista, quero semear as minhas idéias; qual é o terreno onde elas germinarão melhor? Já tenho a oficina, o *bistrot*... quero qualquer coisa de melhor: um lugar onde encontre os proletários dando-se

conta da exploração que sofremos e matando a cabeça (*sic*) para encontrar remédio para isso. Esse lugar existe? Sim, Santo Nome de Deus! E é só um: é o agrupamento corporativo.”<sup>28</sup>

A partir do surgimento da CGT, a estratégia revolucionária do sindicalismo, agora sob o epíteto de sindicalismo revolucionário, espalha-se pelo mundo. Apesar disso, não parece correto afirmar que a estratégia do sindicalismo revolucionário só passa a existir e a se espalhar pelo mundo nos anos 1890, década de fundação da CGT e a partir do seu modelo sindical. E isso marca uma outra divergência em relação ao livro de Edilene Toledo, já que, segundo ela, o sindicalismo revolucionário “vai se constituindo num projeto internacional, a partir da década de 1890”.<sup>29</sup> Como contrapõem Schmidt e van der Walt,

“a noção de que o sindicalismo<sup>30</sup> ‘nasceu na França’ no final do século XIX está equivocada. A doutrina do sindicalismo, como argumentamos, pode ser reconhecida nos tempos da corrente anarquista da Primeira Internacional. A isso deve ser adicionado que houve uma significativa onda sindical nos anos 1870 e 1880.”<sup>31</sup>

Sustentando esta tese, os autores exemplificam com o sindicalismo de intenção revolucionária que se desenvolveu na Espanha, em Cuba, nos EUA e no México nesse período anterior à década de 1890.<sup>32</sup>

A origem desse sindicalismo de intenção revolucionária não pode resumir-se, portanto, ao surgimento do termo “sindicalismo revolucionário” – este sim dos anos 1890 e, em grande medida, associado à CGT – e nem mesmo ao surgimento da própria CGT.

Em acordo com os argumentos colocados, pode-se sustentar que **o berço do sindicalismo revolucionário é a AIT e que as experiências dos anos 1870 e 1880 não se diferenciam significativamente do sindicalismo revolucionário que seria praticado e defendido pela CGT nos anos 1890.** Assim, as origens do sindicalismo revolucionário estariam na AIT e nas experiências sindicais que tomaram corpo, dentro de uma perspectiva revolucionária, na Espanha, em Cuba, nos EUA e no México, independente do termo “sindicalismo revolucionário”, que apareceria somente na França anos mais tarde.

Fechando essa primeira parte, pode-se afirmar que o anarquismo, como uma ideologia determinada por seus princípios político-ideológicos, teve sempre em seu seio diferentes estratégias. E essas estratégias diferenciadas não fazem com que uns sejam mais ou menos anarquistas que outros; elas marcam os diversos caminhos adotados pelo anarquismo. Uma dessas estratégias foi o sindicalismo de intenção revolucionária que começa a desenvolver-se significativamente já nos anos 1860.

## **SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: IDEOLOGIA OU ESTRATÉGIA?**

Entremos na tese central do livro de Edilene Toledo. Ela reconhece que

“havia socialistas engajados no movimento sindicalista revolucionário que acreditavam que o sindicalismo fosse o verdadeiro herdeiro do socialismo. Havia também anarquistas que viam no sindicalismo revolucionário o verdadeiro anarquismo. E havia ainda os militantes que reconheciam o sindicalismo revolucionário como uma corrente

política autônoma em relação ao socialismo e ao anarquismo.”<sup>33</sup>

Portanto, como ela reconhece, as interpretações sobre as matrizes ideológicas do sindicalismo revolucionário estavam em disputa. E toda a tese de seu livro baseia-se nesta terceira posição, de que o sindicalismo revolucionário seria uma ideologia própria, “um movimento que, em várias partes do mundo, se transformara em uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo e o socialismo”.<sup>34</sup> Assim, ela define o sindicalismo revolucionário como

“um fenômeno internacional, uma prática sindical que se constitui como corrente política autônoma; é um movimento em defesa do sindicato como o único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não-associação deste último a qualquer corrente política, o que se traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores.”<sup>35</sup>

E neste sentido, o sindicalismo revolucionário teria imensas diferenças com o anarquismo:

“Enquanto para os anarquistas o sindicato era algo a ser combatido ou instrumentalizado como espaço de propaganda que desapareceria na sociedade futura, assim como todas as outras instituições do mundo burguês, para os sindicalistas revolucionários o sindicato seria a base da sociedade futura, por meio da qual os trabalhadores organizariam a produção e a distribuição das riquezas, subs-

tituindo a autoridade e as funções do Estado. Enquanto os primeiros sonhavam com uma federação de indivíduos, os segundos imaginavam um mundo que fosse uma federação de sindicatos. Uns apostavam na solidariedade moral, outros numa solidariedade de classe. Enquanto para os sindicalistas revolucionários as vantagens obtidas pelos trabalhadores eram a preparação da sua emancipação, para muitos anarquistas eram parte de um fenômeno nocivo que faria que a sociedade capitalista se perpetuasse.”<sup>36</sup>

Afinal de contas, “para a teoria sindicalista revolucionária convergiam idéias socialistas como a luta de classes, que os anarquistas recusavam como base de sua doutrina”<sup>37</sup> e “as organizações pautadas no princípio do sindicalismo revolucionário procuravam obter vantagens a curto prazo no quadro do sistema existente (o que era contestado por muitos anarquistas)”.<sup>38</sup> E, finalmente, citando uma discussão entre anarquistas defensores do sindicalismo e outros que se opunham a ele, a autora sublinha a acusação dos primeiros, interpretada à sua própria maneira, de que “era possível ser anarquista na teoria”, “mas não na prática”.<sup>39</sup>

Assim, Edilene toma suas posições. Na polêmica disputa sobre a matriz ideológica do sindicalismo revolucionário, ela considera que ele constituiria uma ideologia própria – e, portanto, separada completamente do anarquismo – cuja estratégia se basearia em um movimento internacional e no sindicato como única forma de luta por conquistas de curto e longo prazo – devendo constituir, inclusive, as bases da sociedade futura. Além disso, o sindicalismo revolucionário defenderia a luta de classes, a ação direta, a autonomia operária e sindical e a neutralidade política do sindicato. Para o anarquismo, segundo sua comparação, os sindicatos não seriam meios de luta, mas “algo a ser combatido” ou no máximo utilizado como espaço para a propaganda de seu ideal, em uma tarefa de

educação e convencimento. O anarquismo, além disso, pretendia criar uma sociedade futura baseada em uma federação de indivíduos, defenderia a solidariedade moral, posicionando-se contra a luta de classes e, na maioria dos casos, contra as reformas, podendo, em alguns casos, resumir-se a uma simples teoria.

Nessa diferenciação entre anarquismo e sindicalismo revolucionário, que é embasada até pela classificação da polícia<sup>40</sup>, Edilene Toledo comete o grave equívoco de considerar as posições estratégicas dos anarquistas, que estão dentro do que definimos anteriormente como o “anarquismo insurrecionalista”, como princípios político-ideológicos que definiriam o anarquismo. Algumas posições que ela utiliza para definir o anarquismo e diferenciá-lo do sindicalismo revolucionário não se encontram, como se viu, nos princípios da ideologia anarquista, mas no campo da estratégia: a negação do sindicato como espaço de atuação, a sociedade futura baseada em federações de indivíduos e a negação da luta pelas reformas. As outras nos parecem afirmações sem fundamentos: que o anarquismo poderia ser somente uma teoria sem implicar uma prática, que o anarquismo é contra a luta de classes<sup>41</sup> e que ele se basearia tão-somente na solidariedade moral.

Outro equívoco é que, além de considerar posições estratégicas como princípios, ela freqüentemente generaliza estratégias minoritárias do anarquismo, como se elas fossem majoritárias. Em nível mundial, é possível afirmar que o “anarquismo de massas” sempre foi muito maior do que o “anarquismo insurrecionalista”. No Brasil, que discutiremos mais à frente, poderíamos dizer que o “anarquismo de massas” foi, em grande medida, o que se chamou aqui de “organizacionismo” e o “anarquismo insurrecionalista” tenha feito parte do que, no Brasil, chamou-se de “antiorganizacionismo” – ainda que nesta estratégia brasileira houvesse uma significativa quantidade de anarquistas que eram contra a organização, mas que defendiam o “educacionismo” – uma concepção

de que as massas deveriam ser educadas e convencidas para promover a transformação, ainda que sem organização, e contando com alto grau de espontaneísmo. No Brasil, a tradição do “organizacionismo” foi bem maior que a do “antiorganizacionismo”. Portanto, não é correto generalizar aspectos estratégicos do “anarquismo insurrecionalista” ou do “antiorganizacionismo” como se representassem toda a estratégia anarquista. Conforme colocado, certamente as estratégias “insurrecionalistas” ou “antiorganizacionistas” existiram, e constituem parte da ideologia anarquista. No entanto, não foram e nem representam a principal e mais significativa estratégia do anarquismo.

Essa generalização das posições estratégicas minoritárias do anarquismo é feita, na maioria dos casos, pelas citações de exemplos, dando a entender que eles seriam generalizáveis. Por exemplo, quando ela afirma: “Oreste Ristori, que se declarou contrário a qualquer tipo de sindicalismo”<sup>42</sup>, dando a idéia que essa posição é majoritária ou generalizável, o que sabemos que não é. A própria autora reconhece que “apesar dos objetivos comuns, os anarquistas divergiam muito sobre as estratégias, os caminhos a percorrer”<sup>43</sup> e por isso, se é verdade que havia os que, como Ristori, defendiam posições de crítica à organização, aos sindicatos, às reformas etc., havia outros que possuíam posições completamente distintas.

E Edilene Toledo sabe dos anarquistas que defendiam os sindicatos, pois afirma que muitos anarquistas “mergulharam nas idéias e na prática do sindicalismo revolucionário e viram no sindicato seu principal e mais eficiente espaço de atuação”.<sup>44</sup> E mais, “muitos anarquistas também decidiram participar do movimento sindical inspirado pelo sindicalismo revolucionário”<sup>45</sup>, como foi o caso dos “anarquistas reunidos no jornal *Il Libertário*, que na prática atuavam no sindicato como sindicalistas revolucionários”.<sup>46</sup> Inclusive, ela sabe que “para alguns militantes, no entanto, a despeito das críticas ao anarquismo, sobretudo às suas divisões e à sua

impotência, o sindicalismo revolucionário seria uma corrente nova, mas dentro do próprio anarquismo: o anarquismo operário”.<sup>47</sup>

Com estas declarações é possível começar a discutir alguns argumentos de Edilene Toledo. Nessas próprias citações, pode-se notar que havia anarquistas que não queriam somente combater o sindicato e utilizá-lo para propagandear seu ideal, como ela mesma colocou em sua comparação. Havia aqueles que viam “no sindicato seu principal e mais eficiente espaço de atuação”. Se havia aqueles que consideravam os sindicatos o “principal e mais eficiente espaço” e se havia aqueles que defendiam o sindicalismo revolucionário como um “anarquismo operário”, então decorre disso que nem todos eram contra a luta de classes, as reformas e que muitos anarquistas estavam bem ancorados na prática e não só no trabalho teórico. Isso porque o sindicalismo revolucionário estava fundamentado na luta de classes entre trabalhadores e patrões, na luta por conquistas de curto prazo – como a redução de jornada de trabalho e aumentos salariais – e na prática sindical, que ia muito além da teoria.

Definido o sindicalismo, Schmidt e van der Walt afirmam que ele

“é uma *variação* do anarquismo, e o movimento sindicalista é parte da ampla tradição anarquista. Isso é aplicável a todas as principais variantes do sindicalismo: o anarco-sindicalismo (que se situa, explicitamente, dentro da tradição anarquista), o sindicalismo revolucionário (que não faz de maneira explícita esta conexão por ignorância ou por uma negação tática de sua ligação com o anarquismo), o deleonismo (uma forma de sindicalismo revolucionário que se reivindica marxista) e o sindicalismo de base (uma forma de sindicalismo que constrói grupos independentes de base que se envolvem com sindicatos ortodoxos, apesar de serem

independente deles). O sindicalismo, na essência, é uma *estratégia* anarquista e não um rival do anarquismo. Quando utilizamos o termo sindicalismo sem prefixos ou qualificações, o fazemos de maneira a descrever todas estas variantes do sindicalismo.”<sup>48</sup>

Não aprofundarei as discussões sobre o deleonismo e o sindicalismo de base, detendo-me ao sindicalismo revolucionário e ao anarco-sindicalismo, cujas diferenças serão discutidas mais a diante.

Retomando, pode-se dizer que “há duas principais correntes no anarquismo, definidas por suas orientações estratégicas: o anarquismo de massas e o anarquismo insurrecionalista”. O sindicalismo

“foi uma forma do anarquismo de massas que ilustrava a visão de que os meios devem prefigurar os fins e que as lutas diárias poderiam gerar um contra-poder revolucionário, e a grande maioria dos anarquistas o abraçou. [...] O sindicalismo foi uma estratégia anarquista e deve ser entendido como tal.”<sup>49</sup>

Edilene Toledo, como se viu, afirma que o sindicalismo revolucionário é uma ideologia, diferente do anarquismo. Diferentemente, para mim, conforme a tese de Schmidt e van der Walt, e de acordo com as discussões feitas anteriormente sobre ideologia e estratégia, **o sindicalismo revolucionário foi uma estratégia da ideologia anarquista para o movimento de massas**. Cabe verificar e discutir com algum detalhe quais são os argumentos de Edilene Toledo que sustentam a tese de que o sindicalismo revolucionário é uma ideologia, opondo-a com essa posição, de que ele seria uma estratégia do anarquismo. Edilene afirma que a

“novidade do movimento sindicalista revolucionário foi a sua vinculação da autonomia operária à ação sindical, ou seja, o sindicato passa a ser visto como o instrumento da autonomia. [...] Autonomia em relação aos partidos e à política era, portanto, uma exaltação da capacidade de autogoverno dos trabalhadores.”<sup>50</sup>

Além de significar “capacidade de autogoverno dos trabalhadores”, esta autonomia provaria o completo desvinculo do sindicalismo com o anarquismo. Representada pela neutralidade e pela independência, a autonomia dos sindicatos deveria se dar em relação “aos partidos e às doutrinas” referindo-se “tanto ao socialismo como ao anarquismo, que, na época, era chamado de partido anarquista.”<sup>51</sup> Segundo a interpretação de Edilene, “a neutralidade do sindicato defendida pelos sindicalistas revolucionários era um compromisso que visava justamente superar a luta travada entre socialistas e anarquistas no interior das organizações operárias”.<sup>52</sup> As próprias resoluções do Congresso Operário de 1906 reforçariam esta sua posição, já que se recomendava “pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política e religiosa, ou de um programa eleitoral”.<sup>53</sup> Portanto, se o sindicalismo revolucionário defendia a autonomia, a neutralidade e a independência, ele não poderia ser anarquista, já que o anarquismo é uma ideologia, uma posição política definida e determinada, constituindo, às vezes, até “um partido” e o fato de no sindicato poderem estar todos os trabalhadores, independente de suas posições políticas e ideológicas, demonstraria que o sindicalismo revolucionário não estaria relacionado com o anarquismo.

Além disso, Edilene Toledo utiliza algumas vezes o exemplo do sindicalismo revolucionário na Itália, que se desenvolveu a partir de uma dissidência do partido socialista. Segundo ela, “vários histo-

riadores italianos consideram que a ideologia sindicalista revolucionária aproximava-se mais do marxismo que do anarquismo”.<sup>54</sup> A defesa de uma cultura classista<sup>55</sup>, das cotas mensais para os trabalhadores<sup>56</sup> e dos funcionários pagos<sup>57</sup> diferenciariam ainda mais o sindicalismo revolucionário – que a seu ver sustentava todas essas posições – do anarquismo – que, segundo sua interpretação, seria contrário a tais posições.

Esses argumentos levam-na a acreditar, por fim, que “o movimento operário foi, em vários momentos, muito mais sindicalista revolucionário do que anarquista”<sup>58</sup>, afirmando, em conclusão, que “o sindicato não era anarquista pois era aberto a todos os trabalhadores, fossem eles ligados a alguma corrente política ou não”.<sup>59</sup>

Sistematizemos as posições de Edilene. Primeiramente, a autonomia proposta pelo sindicalismo revolucionário (que para ela teria surgido nos anos 1890) era uma novidade. Depois, seria esta nova autonomia – representada pela neutralidade e a independência sindical – que incentivaria a associação operária sob bases econômicas, e não políticas ou religiosas. Desta maneira, o fato de os sindicatos estarem abertos a todos os trabalhadores desvincularia o sindicalismo revolucionário tanto do socialismo como do anarquismo. Além disso, o exemplo da Itália demonstraria que não foram os anarquistas que impulsionaram o sindicalismo revolucionário no mundo todo, havendo até autores que o afirmam como uma derivação do marxismo. Finalmente, o sindicalismo revolucionário defendia a cultura classista, as cotas e os funcionários pagos, o que seria rejeitado pelo anarquismo. Tudo isso levaria à conclusão que o sindicalismo revolucionário é uma ideologia independente, diferente do anarquismo e completamente separada dele.

Como coloquei anteriormente, acredito que o sindicalismo revolucionário não surge nos anos 1890, tendo suas origens nos anos 1860 e desenvolvendo-se durante os anos 1870 e 1880. No

berço do sindicalismo revolucionário, a AIT, fundada em 1864, esta “nova autonomia” já estava presente. Vejamos algumas posições de Bakunin em 1869:

“Pensamos que os fundadores da Associação Internacional agiram com grande sabedoria ao eliminar inicialmente do programa desta Associação todas as questões políticas e religiosas. Sem dúvida, não lhes faltaram, em absoluto, nem opiniões políticas, nem opiniões anti-religiosas bem definidas; mas eles abstiveram-se de emitilas nesse programa, pois seu objetivo principal era unir acima de tudo as massas operárias do mundo civilizado numa ação comum. Tiveram necessariamente de buscar uma base comum, uma série de simples princípios sobre os quais todos os operários, quaisquer que sejam, por sinal, suas aberrações políticas e religiosas, por pouco que sejam operários sérios, isto é, homens duramente explorados e sofredores, estão e devem estar de acordo. Se eles arvorassem a bandeira de um sistema político ou anti-religioso, longe de unir os operários da Europa, eles os teriam dividido ainda mais. [...] [O fundamento único da AIT era] apenas a luta exclusivamente econômica do trabalho contra o capital, porque eles [os fundadores da AIT] tinham certeza de que, a partir do momento que o operário põe o pé neste terreno, a partir do momento que, adquirindo confiança tanto em seu direito como na força numérica, ele engaja-se com seus companheiros de trabalho numa luta solidária contra a exploração burguesa, ele será necessariamente levado, pela própria força das coisas, e pelo desenvolvimento dessa luta, a logo reconhecer todos os princípios políticos, socialistas e filosóficos da Internacional.”<sup>60</sup>

Com este trecho, pode-se começar algumas reflexões. Primeiro, que a autonomia não era uma questão nova no movimento operário dos anos 1890, sendo defendida pelos anarquistas e militantes de outras ideologias já na década de 1860. Posições estas, que reforçavam as da própria AIT, como se pode ver nos Estatutos votados pelo Congresso de Genebra em 1866 que, entre outras coisas, afirmava:

“Que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores; [...] Que a sujeição econômica do trabalhador aos detentores dos meios de produção, quer dizer, das fontes da vida, é a primeira causa de sua servidão política, moral, material; Que a emancipação econômica dos trabalhadores é conseqüentemente o grande objetivo ao qual todo movimento político deve estar subordinado como meio.”<sup>61</sup>

Dessa maneira, é possível afirmar que o argumento de que a autonomia era um elemento novo no sindicalismo dos anos 1890 é falso, visto que os próprios anarquistas, e mesmo outros membros do movimento operário dos anos 1860, já defendiam a associação dos trabalhadores sob bases econômicas, e não políticas (ideológicas) ou religiosas. Defendiam, além disso, a emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores e a luta de classes como uma contradição em meio à qual esses trabalhadores se engajariam na luta pela emancipação.

Segundo, que, também como se pode ver, a autonomia, a neutralidade ou a independência do movimento popular já era defendida por Bakunin. Neste sentido, a estratégia anarquista, conformada naquele momento pelos escritos de Bakunin e outros aliancistas, não previa transformar toda a AIT em anarquista (socialista revolucionária ou coletivista, como preferiam se chamar), defen-

dendo-a como um movimento da classe trabalhadora que recebesse em seu seio todo trabalhador disposto a lutar. A estratégia anarquista daquele momento previa um estímulo às organizações de massas de trabalhadores sob bases econômicas, não subordinadas a qualquer idéia ou partido político ou religioso – e portanto organizações autônomas, neutras e independentes – que deveriam agrupar trabalhadores da cidade e do campo para, em meio à luta de classes, reivindicar questões de curto prazo e, com o acúmulo de força necessário, promover a revolução social e erigir o socialismo libertário. Apesar de, para anarquistas deste período, sua organização política (ADS) ter uma função de catalizadora do movimento de massas (AIT), sua estratégia previa que a transformação fosse feita pelos próprios trabalhadores, e não pelos anarquistas, que eram somente um setor destes trabalhadores. Portanto, na clássica discussão entre “partido” e “movimento de massas”, é possível afirmar que, para os anarquistas, era o nível social, ou seja, o movimento de massas – e neste caso a AIT – que deveria protagonizar a transformação social, e não o nível político, ou seja a organização política revolucionária anarquista (partido).

Terceiro, a luta pelas conquistas de curto prazo (reformas), quando os trabalhadores organizam-se no terreno da luta de classes, tem validade, pois dão confiança aos trabalhadores e acumulam forças para a revolução social. E foi por isso que Bakunin afirmou ser necessário “falar-lhes [aos trabalhadores] de reformas econômicas da sociedade”<sup>62</sup>, e defender a associação operária como um meio de tornar a vida dos trabalhadores melhor, fazendo com que se tornassem aptos à organização e à gestão da sociedade:

“Associemo-nos em empresas comuns para fazer nossa existência um pouco mais suportável e menos difícil; formemos em toda parte, e tanto quanto nos seja possível, essas sociedades de consumo, de crédito mutual e de pro-

dução, que, conquanto incapazes de emancipar-nos de uma maneira suficiente e séria nas condições econômicas atuais, habituam os operários à prática dos negócios e preparam germes preciosos para a organização do futuro.”<sup>63</sup>

Bakunin reconhecia que as associações de classe, ainda que não fizessem imediatamente a revolução, poderiam contribuir na organização e na luta dos explorados por conquistas de curto prazo, melhorando sua condição de vida e habituando os trabalhadores à luta, à organização e à gestão de suas próprias vidas, elementos fundamentais para o horizonte das conquistas de longo prazo.

Portanto, a estratégia do anarquismo, nesse momento da maturidade, baseava-se, fundamentalmente, na conformação de um movimento de massas, amplo e popular, que agregasse a maioria dos trabalhadores, sem distinções políticas ou religiosas, proporcionando as devidas condições para que realizasse esta dupla função: lutar pelas questões de curto prazo e encabeçar, ele mesmo, o processo revolucionário rumo ao socialismo.

O que dizer desta estratégia defendida pelos anarquistas no seio da Internacional? Que ela não era anarquista? Utilizando a argumentação de Edilene Toledo, que afirma que o sindicalismo revolucionário não faz parte da tradição anarquista, poderíamos afirmar que Bakunin e os aliancistas – ou seja, o anarquismo da maturidade que se desenvolveu depois de Proudhon – também não eram anarquistas, ou ainda, que eles seriam mais “sindicalistas revolucionários” do que anarquistas, o que parece um imenso engano.

Quarto, sobre o caso do sindicalismo revolucionário na Itália. Aqui novamente, a autora confunde o leitor ao pegar um episódio de exceção da história do sindicalismo revolucionário mundial e generalizá-lo, insinuando que ele poderia constituir uma regra. Vejamos como Schmidt e van der Walt tratam do tema da influ-

ência do anarquismo no sindicalismo em nível mundial e também do caso da Itália. Dizem eles:

“No período glorioso e depois, os anarquistas e sindicalistas estabeleceram ou influenciaram sindicatos em diferentes países como Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Egito, El Salvador, França, Alemanha, Guatemala, Irlanda, Itália, Japão, México, Holanda, Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, África do Sul, Espanha, Suécia, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.”<sup>64</sup>

Diferentemente do que afirma de Edilene Toledo, quando enfatiza que “é difícil avaliar o grau de penetração da ação anarquista”<sup>65</sup>, os africanos afirmam:

“Se utilizarmos o critério um tanto limitado de influência no movimento sindical para determinar a influência da ampla tradição anarquista na classe trabalhadora, Argentina, Brasil, Chile, Cuba, França, México, Peru, Portugal e Uruguai constituem, todos, países em que o anarquismo e o sindicalismo eram [para além do caso da Espanha] uma força política dominante entre os trabalhadores organizados; a Holanda também é um caso de influência fundamental. [...] [Isso se forem excluídos os] movimentos camponeses com ampla influência anarquista [que] se desenvolveram, entre outros lugares, na Bulgária, na Manchúria, no México e na Ucrânia, assim como na Espanha. [...] Mesmo onde a ampla tradição anarquista teve menos influência do que o sindicalismo ortodoxo ou o socialismo político, seu impacto foi freqüentemente considerado; uma condição minoritária não deve ser confundida com insignificância.”

E continuam: “A Itália nos oferece um importante exemplo da necessidade de levar em conta o impacto cultural e informal da ampla tradição anarquista. A falta de uma organização anarquista ou sindicalista desde os tempos da Primeira Internacional até o surgimento da USI em 1912 é facilmente interpretada como uma indicação da insignificância da ampla tradição anarquista. Tal abordagem vem da tradição da ‘velha história do trabalho’, que enfatiza a organização formal e a liderança. A ‘nova história do trabalho’, que enfatiza a história social das classes populares e a necessidade de examinar os movimentos populares de baixo para cima, oferece uma necessária correção a estas perspectivas, por sua observação das formas culturais e organizações informais. Utilizando uma abordagem de história social, o trabalho inovador de Carl Levy sobre o anarquismo italiano sugere que o movimento teve um impacto maior na cultura da classe trabalhadora e na esquerda em nível local, fornecendo grande parte de sua linguagem, símbolos e táticas, além de influenciar seções do PSI [Partido Socialista Italiano] e da CGL [Confederação Geral do Trabalho].”<sup>66</sup>

Tal análise sustenta que, para além do fato de o sindicalismo revolucionário ter sido, hegemonicamente, uma estratégia anarquista para o movimento de massas em nível mundial, mesmo nos lugares em que o anarquismo não foi hegemônico, houve uma difusão de sua estratégia que se generalizou, impregnando e influenciando outras práticas sindicais ao longo do mundo. Assim, entendemos que considerar o caso italiano para demonstrar a não-influência do anarquismo no sindicalismo revolucionário não parece correto, primeiro pelo caso da Itália não ser regra, e sim exceção; depois pelas práticas do sindicalismo revolucionário terem se generalizado pelo mundo, possuindo ampla influência.

Quinto, deve-se condenar a tentativa de dar ao sindicalismo revolucionário uma filiação marxista. No seio da AIT, em que a nosso ver mostraram-se, na prática, as principais diferenças entre o anarquismo e o marxismo, o que separou “libertários” de “autoritários” foi justamente a diferença de estratégia: ao passo que os primeiros queriam mobilizar as massas pelas necessidades econômicas, dando a ela a responsabilidade da revolução social e pela gestão da nova sociedade sem classes e sem Estado, os segundos buscavam constituir a classe em partido da classe, subordinando o movimento econômico ao político-ideológico, com a imposição de um programa político-ideológico para o movimento popular, que incluía uma concepção de socialismo como fase intermediária de centralização do poder econômico e político no Estado.

Sexto, e finalmente, foi o sindicalismo revolucionário, como estratégia anarquista, que promoveu a cultura popular no seio das massas, e demonstração disso são os centros de cultura que foram impulsionados pelos anarquistas, além de suas iniciativas de educação e instrução popular que ajudaram a forjar esta cultura em setores significativos dos trabalhadores e camponeses. Em relação às cotas, os anarquistas sempre defenderam as contribuições dos militantes, fato que pode ser atestado com as cotizações que houve, ao longo dos anos, para suas publicações e associações de classe. Sobre os funcionários pagos, os anarquistas buscaram evitá-los, mas, em casos imprescindíveis, pregavam que estes não recebessem mais do que um operário, ou seja, terminaram convivendo com isso.

Ainda em relação aos argumentos colocados na comparação de Edilene entre anarquismo e sindicalismo revolucionário, citemos novamente Bakunin em relação a duas questões. Sobre o internacionalismo, enfatizava:

“Uma associação operária isolada, local ou nacional, mesmo que pertença a um dos maiores países da Europa, jamais poderá triunfar. [...] Para obter este triunfo, não é preciso nada menos que a união de todas as associações operárias locais e nacionais numa associação universal, faz-se necessário a grande Associação Internacional dos Trabalhadores.”<sup>67</sup>

Sobre a luta de classes, afirmava:

“O antagonismo que existe entre o mundo operário e o mundo burguês assume um caráter cada vez mais pronunciado. Todo homem que pensa seriamente, e cujos sentimentos e imaginação não são absolutamente alterados pela influência amiúde inconsciente de sofismas interessados, deve compreender hoje que nenhuma reconciliação entre eles é possível. Os trabalhadores querem a igualdade, e os burgueses querem a manutenção da desigualdade. Evidentemente, uma destrói a outra.”<sup>68</sup>

Podemos colocar, portanto, que anarquismo defende: que o capitalismo é uma sociedade de classes; que existe uma luta de classes entre os trabalhadores e seus exploradores; um movimento popular internacional de trabalhadores; que este movimento constitua-se sobre as bases econômicas, e portanto da autonomia, da neutralidade e da independência, permitindo que todos os trabalhadores, sem distinções políticas ou religiosas, façam parte dele; que são os próprios trabalhadores, ou seja, o próprio movimento popular que deve emancipar-se por si mesmo – o que seria chamado futuramente de “ação direta”; que este movimento tenha uma dupla função nas lutas de curto prazo (reformas) e na construção

de uma força popular capaz de realizar a revolução social e erigir o socialismo libertário. Pode-se afirmar, ainda, que o anarquismo: impulsionou a primeira onda do sindicalismo de intenção revolucionária desde os anos 1860; desenvolveu-se mundialmente, em teoria e prática, sendo o sindicalismo revolucionário seu maior campo de atuação prática e sua estratégia mais adotada; cultivou uma cultura de classes, participou das cotizações e conviveu com os funcionários pagos nos sindicatos. Finalmente, pode-se dizer que: a Itália não constitui um caso exemplar para invalidar a influência do anarquismo no sindicalismo revolucionário; a estratégia do marxismo difere amplamente da estratégia do sindicalismo revolucionário.

Todas essas afirmações só podem levar à conclusão de que praticamente todos os argumentos apresentados por Edilene Toledo – para desvincular o sindicalismo revolucionário do anarquismo, para definir o sindicalismo revolucionário como uma ideologia própria ou para compará-lo com o anarquismo – são falsos ou equivocados.

Os elementos identificados por ela como sendo constituintes da “ideologia sindicalista revolucionária” já estavam presentes na estratégia de transformação social proposta pelo anarquismo clássico, quando se desenvolveu organizada e coletivamente, desde seus primeiros tempos. O que a autora faz, a meu ver, é, em um debate que se dava dentro do campo do anarquismo, vincular uma das posições estratégicas ao que seria “o anarquismo” (as posições contrárias à organização, ao sindicalismo, às reformas etc.) e a outra ao que seria “o sindicalismo revolucionário” (defesa da organização, dos sindicatos, das reformas etc.). Conforme já explicitado, ambas estratégias foram defendidas dentro da ideologia anarquista não sendo, assim, possível afirmar essa distinção entre anarquismo e sindicalismo revolucionário da maneira argumentada por Edilene.

## ORGANIZACIONISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL

Como a própria Edilene Toledo reconhece,

“se houve coincidência entre os anarquistas sobre o objetivo final a ser alcançado, houve também muita divergência sobre o caminho a percorrer para atingi-lo, sobre estratégias e táticas. Enquanto uns acreditavam nas insurreições, outros apostavam nos atos individuais de violência; uns escolheram o campo da propaganda e a educação de todos os homens, enquanto outros elegeram o mundo do trabalho como espaço privilegiado para a propagação de suas idéias.”<sup>69</sup>

Aqui, estamos de acordo: no anarquismo brasileiro, assim como aconteceu em todo o mundo, houve divergências sobre as estratégias e táticas a serem utilizadas. No Brasil, conforme coloca Samis, discutindo a vida de Neno Vasco:

“Internamente o grupo de Neno destacava-se em um debate que colocaria em evidência duas tendências no interior do movimento anarquista. Uma primeira, defendida pelo *O Amigo do Povo*, a organizacionista, buscava uma relação entre os libertários, com vistas ao estabelecimento da tese malatestiana de partido. Em conformidade com esta perspectiva viam no sindicato um excelente meio para unir trabalhadores e fazer a necessária propaganda, objetivando criar uma organização anarquista com base operária sólida. [...] Em oposição, a tendência antiorganizacionista suspeitava da aproximação excessiva entre anarquistas e sindicalistas. Pensavam os dessa vertente que a constituição de grupos estáveis, com relações sólidas e permanentes, alheios

muitas vezes à efemeridade de determinados objetivos, era um desvio da essência mesma do anarquismo. No ano de 1905, o periódico *La Battaglia*, reduto dos antiorganizacionistas, sintetizava suas teses no grupo La Propaganda.”<sup>70</sup>

Desta forma, é possível afirmar, assim como fizeram Schmidt e van der Walt, que haveria neste caso duas estratégias distintas. A que eles chamaram de “anarquismo de massas”, análoga do “organizacionismo” descrito por Samis, e a que chamaram de “anarquismo insurrecionalista”, análoga do “antiorganizacionismo”, com as devidas diferenças citadas anteriormente. No “antiorganizacionismo” brasileiro reuniam-se, para além daqueles que defendiam as posições insurrecionais como motivadoras de movimentos transformadores, aqueles que, também contrários à organização, sustentavam a educação como principal maneira dos anarquistas trabalharem nos meios populares, tendo muitos desses anarquistas significativa influência individualista.

Isso não significa dizer que todos os que defendiam a educação eram “antiorganizacionistas”; como também já explicitado, a educação era considerada um aspecto central para a imensa maioria dos anarquistas e a diferença entre “organizacionistas” e “antiorganizacionistas” sobre esse aspecto se dava fundamentalmente sobre a melhor maneira e os melhores meios para se promover essa educação. Para os primeiros, os sindicatos eram os meios mais adequados para promover a educação popular, para os segundos, não.

Além das diferenças estratégicas entre o “organizacionismo” e o “antiorganizacionismo”, havia debates dentro dessas próprias correntes. Um deles, ocorrido no seio do “organizacionismo”, traz um outro aspecto central do livro de Edilene Toledo. Ainda segundo Samis,

“no meio organizacionista, que em tese aceitava o sindicalismo como campo tático, ainda assim não havia unanimidade. Partilhavam dessa posição duas correntes: uma, a qual estava filiado Neno, sempre fiel a Malatesta, que defendia a neutralidade dos sindicatos e a não subordinação destes ao anarquismo ou a qualquer doutrina social; e outra que, apoiada em experiências como a da FORA do V Congresso, na qual o anarquismo havia tacitamente sido recomendado como ideologia aos congressistas, via no ‘finalismo’ uma atitude mais conseqüente.”<sup>71</sup>

Na realidade, esse debate estratégico que se deu no seio do “organizacionismo” brasileiro parece central. Entendo que a própria motivação de Edilene ao escrever seu livro tenha sido desmistificar a utilização dos termos “anarco-sindicalismo” – muito utilizado em referência ao sindicalismo revolucionário brasileiro – e “anarco-sindicalistas” – também muito utilizado em referência aos anarquistas que atuavam nos sindicatos.

Para ela, “o anarco-sindicalismo, termo que na verdade só seria usado muito mais tarde, tinha uma concepção diferente de sindicalismo revolucionário”<sup>72</sup> e “parte do equívoco de associar todo o movimento operário da Primeira República ao anarquismo foi a tendência de incorporar o sindicalismo revolucionário ao anarquismo, com o nome de anarco-sindicalismo”.<sup>73</sup>

E realmente houve, e ainda há, uma confusão em relação às diferenças e similaridades entre o anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário. E não são poucas as abordagens que utilizaram, e ainda utilizam, o termo anarco-sindicalismo, referindo-se às experiências de sindicalismo revolucionário, e o termo anarco-sindicalistas referindo-se aos anarquistas que defendiam a atuação nos sindicatos.

Essa é uma discussão realmente importante e Edilene Toledo, notando isso, propôs-se a analisar o fenômeno sindical no Brasil da Primeira República buscando responder se o que houve no Brasil foi o sindicalismo revolucionário ou o anarco-sindicalismo. O problema, parece-me, é que, nessa diferenciação entre um e outro, ela se deu conta, corretamente, que o que houve no Brasil foi sindicalismo revolucionário. No entanto, não entendo por que motivo, em vez de identificar e aprofundar as diferenças entre um e outro, demonstrando que o que houve no Brasil foi o sindicalismo revolucionário, e em vez de demonstrar as relações, similaridades e diferenças do sindicalismo revolucionário com o anarquismo, ela preferiu fazer outra coisa. Fez da tese central de seu livro uma tentativa de demonstrar as diferenças entre anarquismo e sindicalismo revolucionário, visando demonstrar a incompatibilidade e a distância entre eles. Aprofundarei um pouco essa discussão sobre o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo.

Como se viu, dentro do campo do anarquismo havia duas estratégias: uma que defendia os sindicatos (majoritária) e outra que era contra eles (minoritária). No entanto, como colocam Schmidt, van der Walt e Samis, dentro daqueles que defendiam os sindicatos, havia uma discussão sobre o tipo de vínculo que deveria haver entre o sindicalismo e o anarquismo. **E entendo que é nessa diferença – no nível de vinculação explícita e consciente do sindicalismo ao anarquismo – que se dá a diferença entre sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo.** Vejamos as definições que nos apresentam Schmidt e van der Walt sobre essas duas formas de se conceber a organização sindical:

“Anarco-sindicalismo é um termo mais reservado ao tipo revolucionário de sindicalismo que é aberta e conscientemente anarquista em suas origens, orientações e objetivos. O exemplo clássico seria a CNT espanhola, que pos-

sui suas raízes na seção espanhola anarquista da Primeira Internacional [a FRE] e nas idéias de Bakunin. [...] Sindicalismo revolucionário, por outro lado, é um termo mais reservado para a variante sindicalista que, por diversas razões, não se vincula explicitamente à tradição anarquista, e não percebia, ignorava, minimizava sua descendência anarquista.<sup>74</sup> É típico das correntes sindicalistas revolucionárias negarem seu alinhamento a quaisquer filosofias ou agrupamentos políticos específicos – reivindicarem-se ‘apolíticas’, apesar da política radical que reúnem. A CGT francesa depois de 1895 é um clássico exemplo de um sindicato revolucionário que minimizou suas ligações com o anarquismo.”<sup>75</sup>

Como se tentou demonstrar, o sindicalismo que sustentava a neutralidade, a independência e a autonomia dos sindicatos, ou seja, sua não vinculação a qualquer corrente política e ideológica constitui o sindicalismo revolucionário. O sindicalismo revolucionário nunca se colocou, explícita e conscientemente, em vínculo com o anarquismo. E isso não invalida a afirmação feita anteriormente: o sindicalismo revolucionário é uma estratégia do anarquismo – um vetor social –, que foi impulsionada determinadamente pelos anarquistas, ainda que tenha tomado corpo em todo um contingente popular amplo de anarquistas e não-anarquistas, corpo esse que constituiu sua verdadeira base, e faz com que não seja possível atribuir completamente o fenômeno do sindicalismo revolucionário aos anarquistas. O que diferencia esse sindicalismo revolucionário do anarco-sindicalismo é que o primeiro nunca se vinculou explícita e conscientemente ao anarquismo, diferentemente do segundo. Considerando essa diferença, os dois maiores exemplos de anarco-sindicalismo na história teriam ocorrido na Argentina e na Espanha.

A Federação Operária Regional Argentina (FORA), “embora sendo uma organização de classe, [...] era representativa do anarquismo na Argentina”.<sup>76</sup> No III Congresso de 1903 a FORA rejeita o socialismo reformista e nos fins de 1904 busca conjugar sindicalismo e anarquismo. No V Congresso de 1905, respondendo à questão de quais seriam os métodos para que o operariado conquistasse sua completa emancipação, a FORA afirma:

“O V Congresso operário regional argentino, conseqüente com os princípios filosóficos que são a razão de ser das organizações de federações operárias, declara: que *ele aprova e aconselha a todos os seus aderentes a propaganda e a ilustração mais ampla possível, com o objetivo de inculcar nos operários os princípios econômicos e filosóficos do comunismo anarquista*. Essa educação, evitando que eles se detenham na conquista das 8 horas, os conduzirá à sua completa emancipação e, por conseqüência, à evolução social buscada.”<sup>77</sup> (grifos adicionados)

A essa orientação ideológica do sindicalismo da FORA chamou-se “finalismo forista”. A partir desse V Congresso quando, a meu ver, marca-se o estabelecimento do anarco-sindicalismo na FORA argentina, a concepção que passa a ser defendida é que o operário organiza-se e adere ao sindicato não em função da idéia ou de uma crença filosófica ou ideológica, mas pela sua condição de explorado. Por isso, não se restringia a entrada no sindicato apenas àqueles que se identificavam com o anarquismo: os sindicatos permitiam a entrada de todos os trabalhadores explorados que estivessem dispostos à luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho. No entanto, além desses objetivos de luta, entendia-se que os operários deveriam buscar a completa transformação da sociedade e, por meio da revolução social, construir uma nova

ordem. Esse finalismo, caracterizado pela perspectiva de longo prazo, seria representado pelo comunismo anarquista.<sup>78</sup> A aprovação congressual que endossa uma vinculação consciente e explícita ao anarquismo, incentivando sua difusão, e o finalismo determinado pelo comunismo anarquista, evidenciam, para mim, o anarco-sindicalismo da FORA.

Na Espanha, por um processo semelhante, a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), em seu congresso de 1919 realizado em Madri, também aprovou um vínculo explícito e consciente com o anarquismo, em sua declaração de princípios:

“Os delegados que subscrevem – tendo em conta que a tendência que se manifesta com mais força no seio das organizações operárias de todos os países é a que caminha à completa, total e absoluta libertação da humanidade na ordem moral, econômica e política, e considerando que esse objetivo não poderá ser alcançado enquanto não sejam socializados os instrumentos de produção, de troca, a terra e não desaparecer o poder absorvente do Estado – propõem ao congresso, de acordo com os postulados da Primeira Internacional, que declare *a finalidade que busca a Confederação Nacional do Trabalho da Espanha é o comunismo anárquico.*”<sup>79</sup> (grifos adicionados)

Nesse caso, também, o que caracteriza o anarco-sindicalismo da CNT é essa vinculação explícita ao anarquismo, que seria seguida nos anos posteriores.

Dessa maneira, podemos dizer que a FORA, até 1905, e a CNT, até 1919, eram sindicalistas revolucionárias. Dessa data em diante, ambas tornam-se anarco-sindicalistas.

Estabelecendo o que é o anarco-sindicalismo, pode-se afirmar que **o que houve no Brasil foi sindicalismo revolucionário**, visto

que o movimento sindical brasileiro não se vinculou explícita e conscientemente ao anarquismo. E nisso estou de acordo com Edilene Toledo. Acredito que o termo anarco-sindicalista aplica-se mais aos anarquistas que defendiam esse vínculo explícito e consciente do sindicalismo com o anarquismo, do que aos anarquistas que defendiam a atuação nos sindicatos. Como se sabe, havia anarquistas que defendiam a atuação nos sindicatos, mas que eram contra esse vínculo, como foi o caso, por exemplo, de Neno Vasco.

Portanto, **chamar o que houve no Brasil de anarco-sindicalismo e todos os anarquistas que atuavam nos sindicatos de anarco-sindicalistas é certamente um equívoco**, que vem sendo muito cometido ao se tratar da história brasileira do movimento operário. No entanto, **isso não significa, em momento algum, que o sindicalismo revolucionário deve ser afastado ou desvinculado do anarquismo**, como quer fazer crer Edilene.

Voltando às reflexões de Samis sobre o anarquismo no Brasil, vemos que a primeira divisão estratégica se dava entre os antiorganizacionistas e os organizacionistas. E dentro dos organizacionistas havia anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários. Neste sentido, essas diferenças estratégicas do anarquismo, reconhecidas mesmo por Edilene, não permitem que sejam feitas generalizações, na tentativa de atribuir aspectos do “antiorganizacionismo” a todo o anarquismo, como ela faz ao generalizar as posições “educacionistas”<sup>80</sup>, ao dizer que a “insistência na luta de classes é um dos aspectos que afastam o sindicalismo revolucionário do anarquismo”<sup>81</sup>, ou mesmo ao sustentar que “os anarquistas” defendiam que “o sindicato era algo a ser combatido”, e que a luta pelas questões de curto prazo seriam “parte de um reformismo nocivo que faria que a sociedade capitalista se perpetuasse”.<sup>82</sup> Generalizações que continuam em relação às posições que eram motivo de debate dentro do campo do “organizacionismo”: na afirmação de que aqueles que defendiam a entrada dos anarquistas nos sindicatos

o faziam “para evitar que os socialistas se apoderassem deles”<sup>83</sup> ou para “racionalizar os esforços de difusão da idéia anarquista”, já que assim “o sindicato se tornaria anarquista”.<sup>84</sup> Todas generalizações que mostram o desconhecimento da autora em relação ao tema e falta de metodologia no julgamento do todo pela parte.

As posições defendidas nesse texto possuem respaldo no livro de Samis, que afirma que as origens do sindicalismo revolucionário estão na AIT, sustentando sua ligação com o anarquismo:

“Os anarquistas organizacionistas no Brasil já haviam entendido a necessidade de se explorar as condições favoráveis proporcionadas pelo ascenso das forças proletárias reunidas em torno do sindicalismo revolucionário. Afinal, os métodos tinham sido herdados da Internacional e em especial do aliancismo que atuou por anos em seu interior. Observando-se as devidas especificidades históricas e econômicas, tratava-se então de colocar em marcha o projeto de revolução contido nas premissas adotadas no Congresso Operário que, pelas circunstâncias já expostas, acontecera antes mesmo da elaboração da Carta de Amiens. Os libertários, dessa forma, por terem se oposto mais diretamente aos reformistas, com idéias e propostas concretas que caberiam no adjetivo ‘revolucionário’, e mesmo atraindo, graças ao conjunto de decisões tomadas no Congresso Operário, uma fração não desprezível do operariado para os sindicatos, tornaram-se, em grande medida, os agentes privilegiados em um processo de transformação que tinha na legenda do sindicalismo revolucionário sua mais clara trincheira de combate. Por não ser possível a uma idéia estar dissociada de quem a defende e, em especial, de quem dela tirou inspiração para por em curso um movimento de ruptura com a ordem vigente, recaía sobre os ombros dos anar-

quistas a responsabilidade e o zelo necessários à condução das tarefas concretas advindas das resoluções do Congresso.”<sup>85</sup>

Em acordo com estas posições, é possível afirmar que no Brasil foram os anarquistas organizacionistas os maiores responsáveis por impulsionar o sindicalismo revolucionário, entendido por eles como uma estratégia. Ainda que houvesse outros anarquistas, na grande maioria ligados ao “antiorganizacionismo”, com posições distintas, não é possível negar a preponderância estratégica anarquista, que deu corpo ao sindicalismo revolucionário, possuindo este heranças significativas da AIT.

No Brasil, o “organizacionismo” anarquista que defendia a estratégia do sindicalismo revolucionário teve muita influência de Malatesta, como foi o caso de Neno Vasco, um organizacionista malatestiano:

“Para Neno, muito provavelmente, o estreitamento de relações com os argentinos era uma oportunidade não apenas de desprezar fronteiras, como previa a pauta internacionalista, mas também uma relação mais próxima com organizações anarquistas que, nos seus primeiros anos, contaram com a presença física de Malatesta. No ano de 1885, pelos meses de maio e junho, Malatesta chegava à Buenos Aires para uma permanência de cerca de quatro anos. [...] Malatesta percebia a necessidade dos anarquistas investirem na formação de militantes para o ingresso nas associações de resistência. [...] Antes de retornar à Europa, Malatesta visitou Montevideú e partiu de Buenos Aires na segunda metade do ano de 1889. Por esta época ele era ainda mais entusiasta do sindicalismo.”<sup>86</sup>

Em 1907, Malatesta defenderia no Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907, que

“o movimento operário, embora sendo o melhor meio, era ainda ‘apenas um meio’ de se alcançar a revolução. O fim último, ainda segundo ele, era a anarquia, já que na sociedade sem classes os antagonismos, aqueles que em parte definiram o perfil de luta da classe operária, teriam desaparecido. Malatesta defendia na realidade o que herdara o movimento anarquista da Internacional Aliancista.”<sup>87</sup>

Edilene Toledo não nega esta influência de Malatesta no anarquismo brasileiro, bastante evidente, aliás, mas destaca suas posições reticentes em relação ao sindicalismo. Para ela

“Malatesta considerava o sindicalismo apenas um instrumento. [...] Acusava o sindicalismo de conservador, criticava sua preocupação com as conquistas imediatas e seu desejo de substituir o anarquismo na construção da sociedade futura.”<sup>88</sup> E ainda: “alguns anarquistas passaram a acreditar mais na importância do sindicato como estratégia tanto para a luta cotidiana como para a construção da sociedade futura, abraçando o sindicalismo revolucionário, sendo, por isso, duramente criticados pelos chamados anarco-comunistas, como Malatesta.”<sup>89</sup>

Deve-se notar, no entanto, que, apesar de ser reticente em relação a diversos aspectos do sindicalismo, não se pode entender Malatesta como um antiorganizacionista. Ele era um organizacionista que defendia a participação dos anarquistas nos sindicatos, ainda que visse no sindicalismo diversos problemas. Vejamos o que diz o próprio Malatesta sobre o assunto.

“Os anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e fazer dele um dos pilares de sua ação, fazendo o possível para que esse movimento, em cooperação com outras forças progressistas existentes, desemboque numa revolução social que leve à supressão das classes, à liberdade total, à igualdade, à paz e à solidariedade entre todos os seres humanos. Mas seria uma grande e letal ilusão crer, como fazem muitos, que o movimento sindical possa e deva, por si mesmo, como conseqüência de sua própria natureza, levar a uma revolução desta magnitude. Ao contrário, todos os movimentos fundados nos interesses materiais e imediatos – e não se pode edificar sobre outras bases um vasto movimento de trabalhadores –, se lhes faltam o fermento, o impulso, o trabalho apurado dos homens de idéias, que combatem e sacrificam-se vislumbrando um porvir ideal, tendem fatalmente a adaptar-se às circunstâncias, fomentam o espírito conservador e o temor às mudanças naqueles que conseguem obter condições melhores, e, geralmente, terminam criando novas classes privilegiadas, servindo para sustentar e consolidar o sistema que desejam abater. Disto surge a urgente necessidade de que existam organizações estritamente anarquistas que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutem para a realização integral do anarquismo e tratem de esterilizar todos os germens de degeneração e reação. [...] É claro que em muitos casos os sindicatos, pelas exigências imediatas, estão obrigados a acordos e compromissos. Eu não os critico por isso, mas é justamente por tal razão que devo reconhecer nos sindicatos uma essência reformista. [...] Por meio das organizações fundadas para a defesa de seus interesses, os trabalhadores adquirem a consciência da opressão em que se

encontram e do antagonismo que os divide de seus patrões, começam a aspirar uma vida melhor, habitam-se à luta coletiva e à solidariedade, e podem chegar a conquistar aquelas melhorias que são compatíveis com a persistência do regime capitalista e estatal. [...] Enquanto os sindicatos devem livrar a luta por meio da conquista de benefícios imediatos, e sem dúvidas é justo que os trabalhadores exijam melhorias, os revolucionários ultrapassam isto também. Eles lutam por uma revolução expropriadora do capital e pela destruição do Estado, de todo Estado, não importa como se chame. [...] Os anarquistas nos sindicatos deveriam lutar para que estes permaneçam abertos a todos os trabalhadores qualquer que seja sua opinião e partido, com a única condição de ter solidariedade na luta contra os patrões; deveriam opor-se ao espírito corporativo e a qualquer pretensão de monopólio da organização e do trabalho. Deveriam impedir que os sindicatos servissem de instrumento de politicagem para fins eleitorais ou para outros propósitos autoritários, e praticar e instruir a ação direta, a descentralização, a autonomia, a livre iniciativa; deveriam esforçar-se para que os organizados aprendam a participar diretamente na vida da organização e a não criar necessidade de chefes e de funcionários permanentes.”<sup>90</sup>

Retomemos as argumentações de Samis e Edilene. Samis afirma que Malatesta defendia a entrada dos anarquistas nos sindicatos, por ser um entusiasta deles, sustentando que os sindicatos seriam não somente um meio, mas o melhor meio para se chegar à revolução. No entanto, para Malatesta, os sindicatos seriam somente um meio, visto que o fim seria a anarquia, ou seja, uma sociedade futura socialista e libertária. Edilene afirma que Malatesta considerava o sindicato apenas um instrumento, de caráter conservador, criti-

cando as conquistas imediatas, afirmando que o sindicalismo desejaria substituir o anarquismo na construção da sociedade futura, e que Malatesta teria criticado os anarquistas que abraçaram o sindicalismo revolucionário.

O próprio Malatesta – ainda que tivesse reticências em relação ao sindicalismo, como colocado por Edilene –, enfatiza a importância do movimento sindical, colocando-o como um pilar da ação anarquista. No entanto, para ele, assim como explicou Samis, os sindicatos seriam um meio e não um fim em si mesmo, ou seja, os sindicatos dariam corpo ao movimento de massas capaz de acumular a força necessária para um projeto revolucionário que não deveria rumar ao sindicalismo, mas ao socialismo, por isso suas afirmações do sindicalismo como meio e não como fim. Malatesta, apesar disso, nunca endossou os sindicatos sem críticas ou preocupações. E certamente foi com base nestas críticas e preocupações que Edilene baseou suas afirmações. No entanto, independente das críticas e preocupações, Malatesta reconhecia a necessidade das lutas populares de massas, que deveriam se constituir sobre interesses materiais e imediatos – ou seja, sobre a necessidade –, a justiça das conquistas de curto prazo (reformas) e sua utilidade para os trabalhadores, a importância destas mobilizações para o ganho de consciência e a compreensão da luta de classes. Ainda assim, para ele, os sindicatos não seriam naturalmente revolucionários, justamente por estarem fundamentados sobre as lutas de curto prazo. Daí a necessidade da atuação anarquista, propondo uma metodologia e um programa determinados: abertura dos sindicatos a todos trabalhadores, autonomia em relação aos partidos e interesses eleitorais, ação direta, descentralização, livre iniciativa e autogestão – o que impulsionaria os sindicatos para a revolução social. Assim, pode-se afirmar que Malatesta, apesar das reticências, incentivava os anarquistas a adotar a estratégia do sindicalismo revolucionário, propondo, para isso, uma função específica a ser desempenhada pelo anarquismo.

Era essa a estratégia recomendada e adotada pela maior parte dos organizacionistas brasileiros que eram, em grande medida, malatestianos. Samis cita novamente um exemplo de Neno, dizendo que

“era para ele a luta coletiva a mais acertada forma de fazer a revolução, pois nesta não era preciso contar apenas com espíritos abnegados e corajosos, difíceis de se encontrar, salvo esporadicamente. Nas ações coletivas, ainda segundo Malatesta, o esforço conjugado poderia, e invariavelmente vinha, da união de homens de qualidades médias bastante comuns. Neno via assim a necessidade de preparar os anarquistas para inserção nas massas, estimulando insurreições e indicando modelos a partir da propaganda de levantamentos que vinham acontecendo mundo afora. A ‘grande noite’ tão desejada deveria vir de forças coletivas, sob pena de permanecer como lembrança adormecida, como quimera reprimida nas vontades impotentes das mentes individuais.”<sup>91</sup>

Portanto, era deliberada a atitude, nos meios anarquistas organizacionistas, de adotar preferencialmente a estratégia do sindicalismo revolucionário. E, por isso, entendemos estarem equivocadas as diferenciações que Edilene Toledo faz entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. Ela mesma coloca em seu livro que “muitos anarquistas também decidiram participar do movimento sindical, inspirado pelo sindicalismo revolucionário”<sup>92</sup>, e cita como exemplo Giulio Sorelli, que “entrou no movimento sindicalista revolucionário, sem abandonar, porém, o anarquismo”.<sup>93</sup> Exemplos que contradizem sua própria tese de que o sindicalismo revolucionário seria uma ideologia diferente do anarquismo. Estariam os anarquistas como Neno Vasco ou Giulio Sorelli defendendo duas ideologias diferentes e, segundo Edilene, contraditórias? Para mim,

obviamente não. Eles eram militantes anarquistas, adeptos do “organizacionismo” brasileiro, e que viam no sindicalismo revolucionário e melhor estratégia a ser adotada.

Entrei com algum detalhe no que estou considerando ser a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil. Como Edilene coloca, a CGT francesa

“afirmava a independência do sindicalismo em relação ao socialismo e ao anarquismo. Seus objetivos centrais eram organizar os trabalhadores na defesa de seus interesses morais, econômicos e profissionais, sem associar esta luta a qualquer partido ou tendência política.”<sup>94</sup>

É um consenso para Edilene e Samis, assim como para diversos outros historiadores brasileiros, que o sindicalismo revolucionário no Brasil teve ampla e direta influência do modelo francês – ainda que não seja possível afirmar uma igualdade de modelos –, tendo, o Congresso Operário de 1906, enviado “ao operariado francês a mais ardente expressão das suas simpatias e solidariedade, mostrando-o como modelo de atividade e iniciativa ao trabalhador do Brasil”.<sup>95</sup>

Nesse sentido, não há dúvidas que o movimento operário do Brasil foi realmente inspirado pela CGT e, este é outro argumento que sustenta a posição de que a estratégia sindical que se adotou no Brasil foi a do sindicalismo revolucionário, que era a estratégia dos franceses, e não a do anarco-sindicalismo. E isso também se confirma pelas teses aprovadas no Congresso de 1906, quando este

“aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, e pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido

e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral.”<sup>96</sup> E ainda: “O Congresso considera como único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação operária, o método federativo, a mais larga autonomia do individuo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e como unicamente admissíveis simples delegações de função sem autoridade.”<sup>97</sup>

Assim, não há dúvida de que, ao agrupar-se nas associações operárias de resistência – que, a partir de então, no Brasil, passariam a se chamar sindicatos – para lutar, utilizando com métodos a ação direta, a autonomia e o federalismo, o que se realizava era uma luta sindicalista revolucionária. Luta esta que, como afirmado, foi impulsionada pelos anarquistas organizacionistas, como por exemplo Neno Vasco que, depois deste Congresso, afirmou:

“O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe. O nosso fim não é constituir duplicatas dos nossos grupos políticos. Mas se o Congresso se não foi, a vitória do anarquismo, foi, porém, indiretamente útil à difusão das nossas idéias.”<sup>98</sup>

Com isso, o que Neno queria dizer? Que, naquele momento do Congresso, o objetivo não era criar grupos ou organizações anarquistas, nem mesmo querer transformar todo o movimento operário em um movimento anarquista ou mesmo vincular o sindicalismo ao anarquismo. O objetivo dos anarquistas era, certamente,

impulsionar uma estratégia de massas que desse forças ao sindicalismo revolucionário, ou seja, como enfatizou Neno, realizar uma obra de classe. Desde seu surgimento, os anarquistas adeptos do “anarquismo de massas” ou do “organizacionismo” – de um anarquismo que poderíamos chamar de social –, haviam buscado criar um povo forte e amplamente organizado que pudesse determinar os rumos da luta e chegar aos objetivos pretendidos. Foi isso o que recomendou Malatesta:

“Como precisamos do concurso das massas para constituir uma força material suficiente, e para alcançar o nosso objetivo específico que é a mudança radical do organismo social graças à ação direta das massas”, [só restaria uma alternativa]: “devemos nos aproximar delas, aceitá-las como elas são e, como parte das massas, fazê-las ir o mais longe possível”.<sup>99</sup>

Quando os anarquistas propunham uma metodologia e um programa para o funcionamento dos sindicatos, buscavam fazer com que fossem o mais longe possível, como coloca Samis, ao dizer que os organizacionistas

“propugnavam pela necessidade do fortalecimento das ligas de resistência e por se introduzir nestas um conteúdo classista explicitamente revolucionário. Também nesta tática podia ser observada a influência de Malatesta que, desde o final do século anterior, prescrevia a entrada dos anarquistas nos sindicatos. Segundo este, os militantes libertários deveriam arejar a mentalidade dos sindicalizados, despertar neles um sentimento avesso à autoridade, ensinar com exemplos e estimular iniciativas revolucionárias; pela prática da ação direta, do federalismo e da luta contra os socialistas autoritários afinados com a tática parlamentarista.”<sup>100</sup>

Fechando a discussão sobre o Brasil, pode-se amarrar os principais pontos colocados. O anarquismo no Brasil, assim como no mundo todo, divergia em relação às estratégias e táticas a serem adotadas. Essa divergência evidenciou-se, principalmente, na divisão que se deu entre o “organizacionismo” e “antiorganizacionismo”. As generalizações de Edilene Toledo que evidenciam elementos do anarquismo que o afastariam do sindicalismo revolucionário são todas do campo do “antiorganizacionismo”. Os anarquistas organizacionistas, assim como Neno Vasco e Giulio Sorelli, inspirados nas idéias de Malatesta, foram os grandes impulsionadores do sindicalismo revolucionário. Finalmente, ainda que se deva concordar que sindicalismo revolucionário não é o mesmo que anarco-sindicalismo, e que foi o primeiro que foi levado a cabo no Brasil, isso não serve para minimizar a importância dos anarquistas. Assim como na CGT francesa, o sindicalismo revolucionário no Brasil foi impulsionado de maneira determinante pelos anarquistas e defendido como a melhor estratégia para o movimento sindical, de maneira que ele pudesse realizar a dupla função de lutar por conquistas de curto prazo e reunir as forças capazes de realizar a revolução social e de erigir a nova sociedade. As resoluções congressuais, longe de afastar o anarquismo do sindicalismo revolucionário que se adotava, somente mostram a implementação completa de uma, ainda que a principal, das estratégias de massa do anarquismo.

## ANARQUISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Conforme tratado ao longo deste artigo, não posso menos do que discordar veementemente de Edilene Toledo quando ela afirma ter apresentado “uma análise mais detida”<sup>101</sup> sobre o tema em ques-

tão. De acordo com a argumentação exposta, sua análise não se mostra “mais detida” em qualquer aspecto que seja. Apresenta, a meu ver, definições equivocadas do anarquismo e daquilo que defendiam os anarquistas, além das generalizações que tendem a julgar o todo a partir de uma parte, muitas vezes minoritária.

Não surpreende, neste sentido, que na bibliografia de seu livro não haja clássicos anarquistas (Bakunin, Kropotkin, Malatesta), o que comprova a hipótese de que a autora tenha caído nos contos de uma leitura de segunda mão que interpreta as teses anarquistas à sua própria maneira (na maioria dos casos, equivocada). Há também problemas significativos em suas comparações entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, em suas interpretações das posições dos anarquistas em relação aos sindicatos, e da própria história do sindicalismo revolucionário. Tudo isso, levando a autora à equivocada conclusão de que o sindicalismo revolucionário seria uma ideologia própria e autônoma, uma corrente política diferente do anarquismo.

Além do desconhecimento, há problemas de ordem metodológica, já que a autora se apega aos termos e à autodefinição, o que, como se tentou demonstrar, não é um bom critério para ser considerado sozinho. Um bom critério deve basear-se, fundamentalmente, na prática dos fatos concretos.

Parece-nos, ainda, que a autora tenta sobrepor uma visão ideológica – e, portanto, que remeteria a alguns interesses de caráter não-científico – a uma visão teórica da história – que deveria apegar-se aos fatos concretos e mesmo à ciência.<sup>102</sup>

Para contrapor essas visões, parece que as contribuições de Schmidt e van der Walt são de suma importância ao fazerem uma releitura do anarquismo e do sindicalismo em nível mundial, contestando definições realizadas e fatos expostos por outros autores e em outros tempos, buscando refletir sobre o tema a partir do que ele é, e não do que outros disseram que fosse. A meu ver, é o único

livro que trata do tema, realmente, em nível global – fugindo das tradicionais leituras eurocêntricas ou mesmo parciais e generalizantes –, analisando experiências em todo o mundo, realizando uma leitura muito rigorosa dos acontecimentos e documentos históricos e desenvolvendo interpretações brilhantes.

Elogios semelhantes poderíamos fazer a Samis, um dos maiores historiadores sobre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário no Brasil do início do século XX, que não deixa dúvidas sobre suas divergências em relação às conclusões de Edilene. Ao contrário dela, os africanos e Samis realmente realizam “uma análise mais detida” sobre os temas em questão.

Deve-se reforçar a visão de que o anarquismo não é um fenômeno ahistórico, perdido no tempo e no espaço, que possibilita identificar um sentimento antiautoritário presente desde os primórdios da humanidade. O anarquismo é uma ideologia que nasce a partir do movimento operário de massas do século XIX, em um momento de desenvolvimento do capitalismo. E assim, pode-se dizer, que o anarquismo pode ter surgido em Proudhon e que se desenvolve, chegando à maturidade na AIT, com Bakunin e os aliancistas.

A AIT é o berço do sindicalismo revolucionário que se estenderia pelas décadas de 1870 e 1880 e, portanto, conforme sustentei, a CGT dá continuidade a uma primeira onda do sindicalismo revolucionário, que foi responsável pelas mobilizações que aconteceram no Brasil, fundamentalmente no início do século XX.

Desde a AIT, a estratégia dos anarquistas era clara: fortalecer os movimentos populares e dar protagonismo a eles. E foi isso o que os anarquistas buscaram realizar quando impulsionaram o sindicalismo revolucionário.

Conforme tentei sustentar, o sindicalismo revolucionário deve ser considerado como uma estratégia anarquista, e, portanto, parte do que envolve a ampla tradição anarquista. Visão esta que julgo

ser compartilhada pelos três autores que escolhi para contrapor a visão de Edilene Toledo. Samis, ao tratar do Brasil e de Portugal, afirma:

“Uma vez que, em ambos os países, tal vertente sindicalista foi confessadamente adotada a partir de sua matriz teórica francesa, concebida esta pelo esforço de Pelloutier, Pouget, Delesalle e Yvetot, todos libertários declarados, não chega a ser exagero atribuir-se aos anarquistas certa preeminência no que se refere ao emprego do conjunto de métodos reunidos sob a bandeira do ‘sindicalismo revolucionário’. Tal preponderância era inclusive de larga aceitação na época, uma vez que, com o fito de estigmatizar a corrente majoritária da CGT francesa, os guesdistas e reformistas valiam-se do epíteto ‘anarco-sindicalista’ para identificar os adeptos do sindicalismo revolucionário. Obviamente que tomar todo o movimento por sua corrente majoritária, aliás prática bastante recorrente, impede de se explicar com precisão a complexidade do modelo sindicalista revolucionário, endêmico em grande parte do mundo até a Grande Guerra. Mas, por outro lado, privar do universo que o constituiu a sua força mais vibrante é, no mínimo, roubar a circulação a um corpo que de fato se moveu e aterrorizou a burguesia internacional por no mínimo duas décadas. No casos brasileiro e português, os homens que, como Neno, ajudaram a construir o sindicalismo revolucionário eram na sua maioria devotados anarquistas. Aqueles que lutaram para dar a ossatura a importantes confederações como a CGT em Portugal e a COB no Brasil – utilizando-se para a consecução de suas reivindicações a ação direta, o boicote, a sabotagem e a greve geral, de resto, métodos bastante identificados com o anarquismo – não

deixaram, em maior ou menor grau, de fazer a propaganda libertária no interior destas organizações. [...] Para reforço dessa reflexão e adotando a premissa na qual Pierre Bourdieu define como cientificamente absurda ‘a oposição entre indivíduo e sociedade’, também se faz absurda a possibilidade de, em nome de uma generalização sobre uma ‘corrente política autônoma’, apartar-se dela a ideologia que em larga medida inspirou seus métodos de ação ou simplesmente relativizar a contribuição de certos indivíduos quando estes integram os quadros militantes da ideologia em questão. Tanto pior quando tais indivíduos não só foram numericamente expressivos como, no cotidiano da construção do sindicalismo revolucionário, de fato assumiram papel de relevo. Da mesma forma, podemos afirmar que a instituição do projeto revolucionário sindical foi uma conquista, se não de toda ela, mas de uma parte significativa da classe trabalhadora. Advento este que – invocando E. P. Thompson ao referir-se à autoconstrução da classe – jamais poderia ser considerada como tal ou sequer existir, sem a presença de atores sociais, boa parte deles com credenciais ideológicas muito bem definidas. É ainda relevante frisar, em um número razoável de casos, e certamente no brasileiro e no português, que o sindicalismo revolucionário cresceu como oposição a um significativo reformismo socialista; e que, antes do bolchevismo, corrente que só pode ser considerada após 1917, representou o anarquismo a única ideologia claramente revolucionária com densidade suficiente para fornecer aos sindicalistas inspiração política, para além das práticas já aqui enumeradas.”<sup>103</sup>

E neste sentido faço coro, afirmando que se deve considerar a estratégia do sindicalismo revolucionário parte do anarquismo, sem

ter como apagar a história dos anarquistas nos sindicatos. Ainda assim, deve-se destacar novamente, como sustenta Samis, que apesar de o sindicalismo revolucionário ter sido impulsionado como uma estratégia anarquista, ele concretizou-se como uma obra de classe. Por isso, não merecem o mérito pelo que foi o sindicalismo revolucionário somente os anarquistas, mas toda a classe trabalhadora que se mobilizou em torno dos sindicatos e decidiu assumir para si a tarefa de mudar o mundo. Classe esta que, estou de acordo, ia muito além do anarquismo.

Em conclusão, lamento que o livro de Edilene Toledo tenha sido publicado por uma grande editora, e que, por isso, tenha uma ótima distribuição pelo Brasil, pois isso continua a reafirmar as interpretações equivocadas que se faz do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, tanto por desconhecimento, como por deliberada má-fé. E infelizmente, obras como a de Schmidt e van der Walt e a de Samis, ainda não tiveram a possibilidade de ser publicadas por estas terras. Esse é um retrato infeliz da historiografia que “o Brasil” vem decidindo construir.

**Janeiro-Março 2010**

\* Meus sinceros agradecimentos ao companheiro Manolo que, apesar das discordâncias em relação à minha abordagem, contribuiu de maneira determinante nas discussões desse artigo, fazendo com que vários trechos, e mesmo algumas abordagens, fossem modificados. Agradeço também aos companheiros Daniel Alves e Leo Vinicius pelas contribuições.

## NOTAS:

1. Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*, pp. 585-587.
2. *Ibid.*
3. *Ibid.*, pp. 431-432.
4. Edilene Toledo. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*, p. 12.
5. *Ibid.*, pp. 42-43.
6. *Ibid.*, p. 41.
7. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Black Flame*, p. 84.
8. Deve-se ressaltar que só vejo esse problema na discussão sobre Proudhon e que, em todos os outros temas, a leitura dos originais e a escolha bibliográfica me parecem as melhores possíveis. Talvez, neste caso sobre Proudhon, os autores tenham feito a escolha de guiar-se por intérpretes pelo tamanho e complexidade da sua obra. No entanto, por estarem trabalhando fundamentalmente com bibliografia em inglês, não consideraram interpretações que nos parecem da maior relevância como as de Georges Gurvitch, Jean Bancal e Pierre Ansart.
9. Pierre Ansart. *El Nacimiento del Anarquismo*.
10. Proudhon se basearia na concepção de luta de classes desenvolvida por Blanqui e Guizot, bem antes de Marx.
11. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Op. Cit.*, p. 45.
12. *Ibid.*, p. 46.
13. Ainda assim, entendo ser relevante deixar apontada a necessidade de um aprofundamento dos escritos de Proudhon e do desenvolvimento do socialismo desde sua obra *O que é a Propriedade?* de 1840, até o fim dos anos 1860, quando surgiu a ADS. Isso sem dizer que me parece imprescindível dar continuidade aos estudos sobre Bakunin, AIT e ADS, que considero estarem um pouco mais avançados.

14. É interessante buscar uma reflexão mais aprofundada sobre as questões do racionalismo no anarquismo. Diversos autores atribuem ao anarquismo uma origem iluminista e, por isso, realizam essa ênfase na questão racional. Sem questionar o princípio do racionalismo, dentro da abordagem colocada, caberia, ainda assim, estudar uma outra hipótese, que enfatiza as influências renascentistas, principalmente pelo anarquismo compreender um projeto que conta com as vontades daqueles que o impulsionam, e não com um modelo pré-determinado. Ao passo que o projeto está ligado ao tempo e à conjuntura, o modelo busca desprender-se deles, o que pode seriamente condená-lo.

15. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Op. Cit.*, p. 71.

16. Isso não significa negar a importância de Kropotkin que, em nível mundial, foi certamente o anarquista que mais exerceu influência.

17. Élisée Reclus. *A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista*.

18. Diferenciando aqui reformismo de reformas. O reformismo tem como projeto soluções que se dão dentro dos marcos do capitalismo. As reformas são ganhos de curto prazo que podem, dependendo de como se entende a estratégia anarquista, fazer com que se avance para uma revolução social.

19. Se a luta de classes, como conceito, é refutado por parte dos anarquistas, o fato é que as desigualdades da sociedade capitalista e estatista não são, assim como o fato de que há exploradores e explorados, opressores e oprimidos e que as contradições nesses casos são inegáveis. Assim, o que há, por parte desses anarquistas, é uma rejeição da forma (do termo usado), mas não do conteúdo (das desigualdades da sociedade e suas contradições). A meu ver essas desigualdades e estão representadas nas classes sociais e sua contradição na luta de classes.

20. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Op. Cit.*, p. 123.

21. Makhno antes de sua prisão (1908-1917) e Malatesta e Kropotkin durante um período entre os anos 1870 e 1880.

22. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Op. Cit.*, p. 124.
23. Mikhail Bakunin. *A Política da Internacional*, pp. 67-69.
24. Gaston Leval. *Bakunin: fundador do sindicalismo revolucionário*, p. 19.
25. Conceito desenvolvido por Samis em “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”.
26. Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, pp. 115-116.
27. CGT. “Charte d’Amiens”.
28. *Apud.* Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 126.
29. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 13.
30. Schmidt e van der Walt utilizam o termo “sindicalismo” (syndicalism em inglês), diferenciando-o de “trade-unionismo” ou do sindicalismo anterior a este de intenção revolucionária (unionism em inglês).
31. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Op. Cit.*, p. 155.
32. Como fundamentação dessa tese, os autores evidenciam experiências sindicais, que possuíam características muito semelhantes ao que seria futuramente chamado de sindicalismo revolucionário: na Espanha, a Federação Regional Espanhola (FRE) dos 1870 seguida pela Federação de Trabalhadores da Região Espanhola (FTRE) dos 1880; em Cuba, o movimento inspirado na FRE a partir de 1884; nos EUA, o movimento que envolveu os Mártires de Chicago nos anos 1880, no México o Congresso Geral de Trabalhadores Mexicanos (CGOM) fundado em 1876.
33. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 51.
34. *Ibid.*, p. 12.
35. *Ibid.*, p. 13.
36. *Ibid.*, p. 15.
37. *Ibid.*, p. 59.

38. *Ibid.*, p. 66.

39. *Ibid.*, p. 87.

40. *Ibid.*, p. 116.

41. Lembrando que falo aqui não do termo, mas do conteúdo que ele implica: desigualdade e contradição.

42. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 87.

43. *Ibid.* p. 47.

44. *Ibid.*

45. *Ibid.* p. 49.

46. *Ibid.* p. 87.

47. *Ibid.* p. 50.

48. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Op. Cit.* p. 16. Deve-se ter em mente a distinção entre o “syndicalism” e o “unionism”, explicadas anteriormente. Nesse caso, os autores falam de “syndicalism”. É relevante pensar na dialética do anarquismo, como uma ideologia que surge do movimento popular, mas que, ao mesmo tempo, impulsiona esse próprio movimento. É nesse sentido que o anarquismo estimula o movimento popular, a partir de concepções metodológicas e programáticas, constituindo a ideologia que mais impulsionou o sindicalismo revolucionário, funcionando como um motor, um fermento. No entanto, o sindicalismo revolucionário não deve ser considerado uma obra *somente* dos anarquistas, já que foram os trabalhadores de diversas ideologias (anarquistas ou não) que constituíram as bases que deram corpo a esse potente movimento mundial, protagonizando suas ações. O sindicalismo revolucionário constituiu-se quando os grandes movimentos populares endossaram a principal estratégia anarquista. Metaforicamente, esses movimentos poderiam ser entendidos como barcos ou massas de pão, e a ideologia anarquista, como motor ou fermento. Se os barcos ou as massas não existissem, de nada serviriam os motores e os fermentos.

49. *Ibid.*, p. 170.
50. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 59.
51. *Ibid.*, p. 65.
52. *Ibid.*, p. 102.
53. *Apud. Ibid.*, p. 89.
54. *Ibid.*, p. 61.
55. *Ibid.*, p. 69.
56. *Ibid.*, pp. 53; 79.
57. *Ibid.*, p. 84.
58. *Ibid.*, pp. 11-12.
59. *Ibid.*, p. 122.
60. Mikhail Bakunin. *A Política da Internacional*, pp. 42-43; 46.
61. James Guillaume. *A Internacional*, pp. 62-64. Bakunin defende estes Estatutos, reivindicando-os em “La Organización de la Internacional”. In. Frank Mintz (org.). *Bakunin: crítica y acción*, pp. 109-110.
62. Mikhail Bakunin. *A Política da Internacional*, p. 59.
63. Mikhail Bakunin “A Dupla Greve de Genebra”. In: Gaston Leval. *Op. Cit.*, p. 95.
64. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Op. Cit.*, p. 158.
65. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 44.
66. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Op. Cit.*, pp. 271-276.
67. Mikhail Bakunin. *A Política da Internacional*, p. 41.
68. *Ibid.*, p. 56.
69. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, pp. 12-13.
70. Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 161.

71. *Ibid.*, pp. 337-338.
72. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 59.
73. *Ibid.*, pp. 48-49.
74. Havia, também, aqueles que recusavam explicitamente essa descendência.
75. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Op. Cit.*, p. 142.
76. Eduardo Colombo. “A F.O.R.A.: o ‘finalismo’ revolucionário. *In: História do Movimento Operário Revolucionário. Op. Cit.*, p. 76.
77. *Apud.* Eduardo Colombo. *Op. Cit. In: História do Movimento Operário Revolucionário*, p. 100.
78. *Ibid.*, p. 101.
79. *Apud.* José Peirats. *La CNT en la Revolución Española*, p. 28.
80. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 43.
81. *Ibid.*, p. 66.
82. *Ibid.*, p. 14.
83. *Ibid.*, p. 52.
84. *Ibid.*
85. Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, pp. 200-201.
86. *Ibid.*, pp. 188-189.
87. *Ibid.*, p. 228.
88. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 36.
89. *Ibid.*, p. 52.
90. Errico Malatesta. “Los Anarquistas y los Movimientos Obre-ros”. *In: Vernon Richards. Malatesta: pensamiento y acción revolu-cionarios*, pp. 111-130.
91. Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 232.
92. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 49.

93. *Ibid.*

94. *Ibid.*

95. *Apud.* Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 196.

96. COB. “Resoluções do Primeiro Congresso Operário do Brasil”. In: Edgar Rodrigues. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*, p. 121.

97. *Ibid.*, p. 117.

98. *Apud.* Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 196.

99. Errico Malatesta. “‘Idealismo’ e ‘Materialismo’”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, p. 55.

100. Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 154.

101. Edilene Toledo. *Op.Cit.*, p. 122.

102. Para mim, a ideologia não é e nem pode ser ciência, e é por isso que acredito ser impossível falar em “socialismo científico”. A ideologia está no campo das aspirações, das idéias e dos valores. Diferentemente, a teoria pode estar embasada na ciência e buscar uma verdade, e por isso está muito relacionada à história. Para aprofundamento dessa diferenciação entre teoria e ideologia, ver o artigo “Huerta Grande” da FAU, que se baseia nas posições de Malatesta.

103. Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, pp. 429-431.

## BIBLIOGRAFIA

ANSART, Pierre. *El Nacimiento del Anarquismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

BAKUNIN, Mikhail. “A Dupla Greve de Genebra”. In: Gaston Leval. *Bakunin: fundador do sindicalismo revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007.

\_\_\_\_\_. “La Organización de la Internacional”. In: Frank Mintz (org.). *Bakunin: crítica y acción*. Buenos Aires: Anarres, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Política da Internacional*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2008.

BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004.

COLOMBO, Eduardo. “A F.O.R.A.: o ‘finalismo’ revolucionário”. In: *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

Confederação Operária Brasileira (COB). “Resoluções do Primeiro Congresso Operário do Brasil”. In: Edgar Rodrigues. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

Confédération Générale du Travail (CGT). “Charte d’Amiens”, 1906. [[http://www.marxists.org/francais/cgt/works/1906/10/cgt\\_190610000.htm](http://www.marxists.org/francais/cgt/works/1906/10/cgt_190610000.htm)].

Federação Anarquista Uruguiaia (FAU). *Huerta Grande: a importância da teoria*. São Paulo: Faísca (Biblioteca Virtual), 2009. [[http://www.alquimidia.org/faísca/arquivosSGC/fau\\_huerta\\_grande.pdf](http://www.alquimidia.org/faísca/arquivosSGC/fau_huerta_grande.pdf)].

GUILLAUME, James. *A Internacional: documentos e recordações*. Vol. I. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.

LEVAL, Gaston. *Bakunin: fundador do sindicalismo revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007.

MALATESTA, Errico. “‘Idealismo’ e ‘Materialismo’”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. “Los Anarquistas y los Movimientos Obreiros”. In: Vernon Richards. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007.

PEIRATS, José. *La CNT en la Revolución Española*. Tomo I. Cali: A. A. La Cuchilla, 1988.

RECLUS, Élisée. *A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.

SAMIS, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”. In: *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

\_\_\_\_\_. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SCHMIDT Michael e VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: Ak Press, 2009.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.



## A ESTRATÉGIA DE MASSAS DE NENO VASCO

Esse artigo discute, fundamentado no livro *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, as posições de Neno Vasco – militante português com ampla participação e influência no anarquismo e no movimento operário brasileiro da Primeira República – em relação às lutas dos movimentos populares.

Neno propõe, como anarquista, um determinado funcionamento para os sindicatos, dando corpo ao que se chamou de sindicalismo revolucionário.

### OS CAMPOS ESTRATÉGICOS DO ANARQUISMO NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Pode-se dizer que o anarquismo no Brasil da Primeira República tinha dois campos estratégicos fundamentais: o organizacionismo e o anti-organizacionismo, sendo o primeiro maior, tanto numericamente quanto em termos de influência, do que o segundo.

Alexandre Samis, na biografia de Neno Vasco, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, explicita essa diferença das estratégias:

“Uma primeira [...], a organizacionista, buscava uma relação entre os libertários, com vistas ao estabelecimento da tese malatestiana de partido. Em conformidade com esta perspectiva viam no sindicato um excelente meio para unir trabalhadores e fazer a necessária propaganda, objetivando criar uma organização anarquista com base operária sólida. [...] Em oposição, a tendência antiorganizacionista suspeitava da aproximação excessiva entre anarquistas e sindicalistas. Pensavam os dessa vertente que a constituição de grupos estáveis, com relações sólidas e permanentes, alheios muitas vezes à efemeridade de determinados objetivos, era um desvio da própria essência do anarquismo.”<sup>1</sup>

Os organizacionistas, como o próprio nome já evidencia, defendiam a organização, os segundos desconfiavam dela. Dentro dos organizacionistas, havia duas concepções fundamentais. Aqueles que defendiam que a organização anarquista deveria se dar no nível de massas, e, portanto, no campo do sindicalismo; os anarquistas deveriam ingressar individualmente nos sindicatos e fazer do centro de sua militância o sindicato, defendendo uma concepção determinada de sindicalismo. E também aqueles que defendiam que a organização anarquista deveria se dar em dois níveis: o nível político ideológico (da organização política, do partido) e no nível social (de massas, do sindicato). No Brasil, a primeira concepção foi sempre mais numerosa e influente que a segunda.

Neno Vasco, no entanto, era um partidário da segunda concepção; de acordo com o que coloca Samis, ao explicar o campo do organizacionismo brasileiro visando explicitar as posições de Neno Vasco, o anarquista defendia essa concepção de organização em dois

níveis distintos, que funcionariam um em complemento ao outro; de um lado, um classismo intransigente, que certamente tinha influência da militância mais combativa da *Confédération Générale du Travail* (CGT) francesa, a qual defendia a luta de massas como estratégia fundamental do anarquismo; de outro, a idéia, cujas influências de Malatesta certamente foram determinantes, de que não bastava ao anarquismo fundir-se ao sindicalismo revolucionário. Nem mesmo a manutenção da ideologia dos militantes que integrassem nos sindicatos seria suficiente: era necessário um instrumento, um partido que pudesse dar o lastro organizativo necessário para os anarquistas de modo a promover seus pontos de vista com a força necessária dentro dos sindicatos.

O objetivo deste artigo é explicitar as posições de Neno Vasco em torno de sua estratégia de transformação. Ainda que defendesse esse “dualismo organizacional” (partido-movimento), ele discutiu mais as noções programáticas que deveriam ser promovidas pelos anarquistas dentro dos sindicatos do que os aspectos organizativos internos (a organicidade) que deveria assumir o que chamava de “partido anarquista”. É no tema mais desenvolvido, portanto, que pretenderei me deter neste artigo: a estratégia de massas proposta por Neno Vasco, um militante que fez parte do organizacionismo anarquista brasileiro.

Suas posições ainda hoje são significativamente atuais. Devido ao caráter dos sindicatos no período em que Neno militava, pode-se fazer um paralelo entre eles e os movimentos sociais contemporâneos. Consideremos que os sindicatos só se atrelarão ao Estado por uma medida de Getúlio Vargas nos anos 1930; até então, o sindicato era um agrupamento que não tinha essa ligação jurídica que hoje existe com o Estado. Era, portanto, um movimento social, no sentido de uma associação livre de pessoas que se organizam com base nas suas necessidades para a luta. Portanto, a estratégia de massas de Neno Vasco tem muito a contribuir com as reflexões

para os programas que vêm sendo propostos aos movimentos sociais. E mais: ainda que o contexto sindical tenha se modificado radicalmente, as propostas de Neno são relevantes, pois podem oferecer perspectivas para a retomada de um sindicalismo revolucionário que se desvincule da burocracia e volte a ser um movimento de organização pela base dos trabalhadores em seus locais de trabalho.

## ÍDEOLOGIA E ESTRATÉGIA: ANARQUISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

É relevante conseguir um corpo conceitual e definições que dêem conta da explicação do fenômeno que envolveu, tanto no Brasil quanto no exterior, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. Além disso, há outras questões a investigar. Qual era a relação entre anarquismo e sindicalismo revolucionário? Eram duas ideologias distintas que concorriam entre si? O sindicalismo revolucionário era composto somente de anarquistas? Enfim, é possível estabelecer um vínculo entre anarquismo e sindicalismo revolucionário ou não? Questões que busquei responder em um outro artigo<sup>2</sup>, e que agora retomo os principais argumentos para refletir sobre a estratégia de Neno Vasco. Obviamente, como em qualquer caso, utilizar definições e conceitos equivocados ou insuficientes, certamente leva as conclusões a um caminho tortuoso e insuficiente para explicar a realidade dos fatos. Para fazer essa discussão, penso ser central pensar os conceitos de ideologia e estratégia.

Parece-me que o mais adequado seja definir o anarquismo como uma ideologia. Para além da definição marxiana, que entende a ideologia como “crença falsa”, um “conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política”, pode-se pensar na ideologia como “um conjunto

de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar comportamentos políticos coletivos” ou mesmo como “um sistema de idéias conexas com a ação”, que compreendem “um programa e uma estratégia para sua atuação”<sup>3</sup>. A Federação Anarquista Uruguia (FAU) produziu materiais interessantes apresentando algumas definições para o conceito de ideologia, pensando-o desde esta perspectiva do anarquismo como ideologia. Diz a FAU em “O que é Ideologia”?:

“A ideologia é uma estrutura conceitual que considera, fundamentalmente, duas finalidades, que vamos referir no político. Por um lado, a ideologia indica um objetivo para a prática política, propõe um modelo social a ser alcançado. Ou seja, que tem um propósito finalista. Não é possível conceber uma prática política revolucionária sem a formulação de uma finalidade. Assim, a ideologia forma parte organicamente, enquanto tal, de toda totalidade social. [...] Por outro lado, a ideologia cumpre com uma segunda finalidade essencial: proporcionar os elementos conceituais que permitam pensar a realidade. Uma ideologia é um sistema de representações, de imagens de idéias e de conceitos. E por que não dizer, que também integram este sistema os mitos. É muito importante não esquecer que o pensamento não é influenciado pelos conceitos e que estes são instrumentos tão concretos como qualquer outro. [...] Não é possível pensar nem agir sem ideologia, não há conduta humana ‘aideológica’; a ideologia é pensamento e ação. De maneira esquemática, poderíamos dizer que a ideologia é uma estrutura ou sistema de conceitos que permite: 1. A formulação de um objetivo finalista (que deve ser explicado da maneira mais clara possível). 2. A apreensão ou compreensão definida da realidade em que se vive, por meio de

sua análise profunda e exaustiva. 3. A previsão mais aproximada possível do futuro desta realidade, de sua transformação, tanto naquilo que seja espontâneo, quanto deliberado. Ou seja, em nosso caso, a ideologia não admite o caráter de espectador interessado e analítico das condições ou transformações espontâneas da realidade, mas nos obriga a pensar voluntariamente, voluntariosamente, no sentido de seu futuro...”<sup>4</sup>

A partir desta definição, podemos extrair algumas conclusões. Considerando o anarquismo uma ideologia, e considerando a ideologia a partir desta concepção da FAU, então podemos afirmar o seguinte. Se a ideologia contém elementos de teoria e de prática, ela não pode ser nem só teoria e nem só prática; só pode ser, portanto, resultado da interação dialética entre uma e outra. Assim, o anarquismo não é e nem pode ser só teoria e nem só prática; ele é o resultado da relação entre ambas. Se a ideologia é um “sistema de representações, de imagens de idéias e de conceitos”, ela não pode ser ciência e, portanto, ainda que se utilize da ciência, o anarquismo não pode ser definido enquanto tal, visto que possui elementos subjetivos como aspirações, desejos e valores, que não têm como ser comprovados cientificamente. Se a ideologia propõe um conjunto de valores para enxergar a realidade a partir da concepção de conceitos, então ela contém um sistema teórico que é capaz de pensar a realidade (passado e presente). A partir desta análise, a ideologia tem como objetivo propor uma prática política no sentido de intervir nesta realidade de alguma forma, buscando chegar a um determinado modelo de sociedade. Assim, o anarquismo, como ideologia, concebe um sistema teórico de análise da realidade da sociedade presente (capitalismo, Estado, etc.) e propõe uma determinada intervenção nesta realidade, no sentido de promover uma revolução social e atingir o socialismo, sistema este pautado na autogestão, no federalismo, na liberdade e na igualdade.

Para mim, a definição de anarquismo é a seguinte:

“O anarquismo é uma ideologia, um tipo de socialismo revolucionário, que surge no século XIX colocando-se no campo social e sem desconsiderar as desigualdades da sociedade, e por isso tem uma herança histórica, ideológica e teórica determinada. Possuindo elementos morais de relevância, o anarquismo não pode ser considerado uma ciência, apesar de utilizar métodos racionais para a leitura da realidade – posicionando-se contra a exploração e a dominação – para a criação de uma perspectiva de sociedade futura e também para o estabelecimento de estratégias e táticas. O anarquismo defende uma transformação social revolucionária, em nível internacional, que deve ser levada a cabo de baixo para cima, ser protagonizada pelos diferentes sujeitos oprimidos e fazer com que os meios de luta estejam de acordo com os fins que se pretende atingir. Como objetivo, o anarquismo propõe a criação de um socialismo autogestionário e federalista, sem capitalismo e sem Estado, que concilie a liberdade individual, a liberdade coletiva e a igualdade.”<sup>5</sup>

A ideologia anarquista, no entanto, nunca teve unidade no que diz respeito à utilização de suas estratégias. Vimos que as ideologias possuem estratégias e programas. A estratégia “é a técnica utilizada para alcançar um objetivo” e, portanto, é a “determinação da estratégia” e a “escolha dos meios mais eficazes” que farão com que se alcance os objetivos estabelecidos. “A estratégia deve estar subordinada à política, assim a tática está e não pode deixar de estar subordinada à estratégia”<sup>6</sup>. Fundamentada em material da FAU, e realizando também análises próprias sobre o tema, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) definiu assim a estratégia:

“Podemos definir estratégia, a partir da formulação de respostas para três questões: 1.) Onde estamos? 2.) Onde queremos chegar? 3.) Como pensamos sair de onde estamos e chegar onde queremos? A estratégia é, então, a formulação teórica de um diagnóstico da presente situação, a concepção da situação em que se deseja chegar e de um conjunto de ações que terão por objetivo transformar a presente situação, fazendo-a chegar na situação desejada. Podemos, ainda, dizer que ‘entendemos a estratégia como um conjunto de elementos reunidos de maneira sistemática e coerente que aponta para grandes objetivos de tipo finalista. [...] e une os objetivos finalistas com a realidade histórica específica’ [FAU. *Resoluciones Sobre el Tema Estrategia*].”<sup>7</sup>

Portanto, a partir dessas definições, é possível afirmar que as ideologias possuem estratégias, ou seja, caminhos para atingir seus objetivos fundamentados em uma leitura da realidade e o estabelecimento desses objetivos. Obviamente, esses caminhos devem buscar a maior eficácia possível e seguir o esquema de determinação básico de toda estratégia: os objetivos determinam a estratégia, e esta determina as táticas; assim, a realização das táticas deve apontar para a realização da estratégia e esta para o alcance dos objetivos.

A partir desses conceitos, é possível afirmar que o sindicalismo revolucionário era a estratégia adotada por parte dos anarquistas brasileiros (a maior parte). Diferente dos anti-organizacionistas, que viam na organização, tanto no nível de massas quanto no nível político-ideológico, um problema, os organizacionistas concordavam que a estratégia mais adequada para seu projeto era a organização e o fortalecimento dos organismos de massas – que no Brasil tomou corpo no sindicalismo, um movimento que unia diversas sociedades de resistência (sindicatos). A idéia dos anarquistas organizacionistas era que para uma superação do capitalismo e do Es-

tado era necessário criar estas sociedades de resistência e integrar aquelas já existentes e, a partir de um programa determinado, fazê-las constituir uma ferramenta de luta que pudesse dar organicidade aos trabalhadores e, articulando-se em torno das questões de curto prazo, conquistar medidas que melhorariam as condições da classe trabalhadora e impulsioná-la aos objetivos de longo prazo: a revolução social e o socialismo libertário. Dessa maneira, para os organizacionistas, as questões colocadas eram: Qual a melhor forma de organizar sindicatos? Qual o programa a ser promovido pela atuação dos anarquistas nos sindicatos?

A partir deste campo conceitual, é possível afirmar que o sindicalismo revolucionário era, naquele momento, a estratégia de massas adotada pelos anarquistas organizacionistas. Era, enfim, o caminho que esses anarquistas escolheram para promover a luta por seus objetivos revolucionários e socialistas. De acordo com Michael Schmidt e Lucien van der Walt, podemos dizer que o sindicalismo de intenção revolucionária

“é uma *variação* do anarquismo, e o movimento sindicalista é parte da ampla tradição anarquista. Isso é aplicável a todas as principais variantes do sindicalismo: o anarco-sindicalismo (que se situa, explicitamente, dentro da tradição anarquista), o sindicalismo revolucionário (que não faz de maneira explícita esta conexão por ignorância ou por uma negação tática de sua ligação com o anarquismo) [...]. O sindicalismo, na essência, é uma *estratégia* anarquista e não um rival do anarquismo.”<sup>8</sup>

Para os autores, o sindicalismo (que abarca o sindicalismo revolucionário, o anarco-sindicalismo e outras formas radicais de movimento sindical) “foi uma forma do anarquismo de massas que ilustrava a visão de que os meios devem prefigurar os fins e que as

lutas diárias poderiam gerar um contra-poder revolucionário, e a grande maioria dos anarquistas o abraçou. [...] O sindicalismo foi uma estratégia anarquista e deve ser entendido como tal.”<sup>9</sup> Posição da qual compartilho e que creio ser relevante para pensar o anarquismo, o sindicalismo revolucionário e o próprio Neno Vasco dentro dessa discussão.

Voltando às questões colocadas anteriormente, minhas posições sobre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário no Brasil são as seguintes. A relação entre um e outro constituía uma relação entre ideologia e estratégia; ao passo que o anarquismo é uma ideologia, o sindicalismo revolucionário é uma estratégia, que foi impulsionada por um determinado setor do anarquismo, que era majoritário: o organizacionismo. No entanto, faziam parte do sindicalismo revolucionário trabalhadores que não eram anarquistas (a maioria) e isso nos leva a afirmar que anarquismo e sindicalismo revolucionário não são a mesma coisa. Mas não era incomum militantes que se diziam anarquistas impulsionarem o sindicalismo revolucionário, como foi o caso de Neno Vasco. A filiação desses militantes ao anarquismo como corrente ideológica não fazia com que abandonassem a perspectiva de uma estratégia de ação que, para esses militantes, era o sindicalismo revolucionário.

Ao mesmo tempo, dentre as correntes ideológicas que atuavam no sindicalismo revolucionário brasileiro, os anarquistas organizacionistas tinham as posições que, na correlação de forças interna ao movimento, determinaram seu funcionamento prático. Acredito que a forma prática que adotou o sindicalismo revolucionário no Brasil se deu pelas posições que eram defendidas pelos anarquistas organizacionistas, constituindo, portanto, o corpo de sua estratégia de massas, tornando-se posições hegemônicas dentro do movimento e determinando sua ação prática. Anarquismo e sindicalismo revolucionário não são, portanto, ideologias distintas que concorriam entre si. Tentar desvincular o anarquismo do sindicalismo

revolucionário no Brasil não pode ser mais do que uma obra ideológica de má-fé, que coloca os desejos e crenças (ideologia) na frente da realidade dos fatos (teoria).

## NENO VASCO E SUA ESTRATÉGIA DE MASSAS

### **O anarquismo classista como fermento e motor das lutas populares**

Para Neno Vasco, a separação entre o anarquismo e o movimento operário – levada a cabo na Europa, fundamentalmente na década de 1880 e na primeira metade da década de 1890 – havia significado um imenso problema para a ideologia. Havia setores que mantinham, e pareciam ter interesse em continuar mantendo, o anarquismo nos pequenos círculos, nas “torres de marfim”, encastelado e para propósitos simplesmente filosóficos de alguns poucos, que podiam se outorgar esse direito. Ele afirma:

“O anarquismo, apartado do movimento operário, entrou de definhar, de se consumir num criticismo estéril e impotente, de se dividir em pequenas capelas, com infiltrações de individualismo burguês ou de misticismo, divagações metafísicas e torneios intelectuais de diletantes e de esnobes.”<sup>10</sup>

Para Neno, era evidente que a falta de contato com as lutas concretas dos movimentos populares acentuava o caráter de negação do anarquismo, de crítica pura e simples, sem propostas construtivas que pudessem indicar os caminhos a seguir, e também abria espaço às influências do individualismo burguês, que vinham por meio da filosofia que não tinha vínculos com a prática e a realidade.

Apartado de seu vínculo classista, o anarquismo saía do terreno que lhe deu origem e perdia sua principal função, de servir como agente impulsionador das lutas de massas. Afinal, para ele, o anarquismo é sindicalista desde o berço:

“Os anarquistas, fiéis às idéias da Internacional bakunista, sempre trabalharam, não só na criação de uma vontade revolucionária, de um desejo ativo de mudança e na formação da consciência dos males a destruir e do fim a atingir, mas ainda na reunião de elementos orgânicos e de materiais de reconstrução, que não poderiam limitar-se às forças da minoria revolucionária de iniciativa e combate. Eis porque fomos sempre sindicalistas, mesmo antes do termo.”<sup>11</sup>

Foi esse “sindicalismo” que deu corpo ao anarquismo desde a Internacional e forjou seu caráter de classe, ao compreender que a luta de classes é um aspecto indiscutível do capitalismo e que o anarquismo, nesta contradição, deve posicionar-se ao lado do proletariado, ou seja, daqueles que vivem apenas da venda da sua força de trabalho e são explorados pela burguesia. Sobre a burguesia e o proletariado, Neno coloca:

“As duas classes estão em completa desigualdade de condições. Uma, que detém o poder econômico e político, os meios de explorar e governar, nega à outra as mais elementares condições vitais, e funda precisamente a sua riqueza e prosperidade sobre essa privação; a outra não tem outros meios de resistir a essa violência permanente e organizada senão a sua união, o valor do seu trabalho e a força dos seus músculos.”<sup>12</sup>

Portanto, há objetivamente um critério que define essas classes contraditórias, que se dá no campo da desigualdade. Por meio dela, uma classe oprime e a outra é oprimida. E os anarquistas, como parte do campo revolucionário, devem ver na luta a vantagem de “mostrar os irreduzíveis antagonismos de classes e a de educar e preparar revolucionariamente o proletariado”<sup>13</sup>. O revolucionário, dessa maneira, deve

“entender e propagar uma verdadeira *luta de classes*, a da classe operária contra a classe burguesa, em torno de interesses gerais que sejam hoje os de toda a classe trabalhadora em vias de emancipação, e possam tornar-se depois os de toda a sociedade livre e igualitária; em torno de interesses que, sendo embora os de um indivíduo ou de uma corporação, não contrariem os dos outros indivíduos ou corporações da mesma classe ou os da obra essencial de libertação comum. Guerra sem tréguas a tudo quanto – atos, métodos, idéias, equívocos – divide o operariado, confundindo-o e entrelaçando-o com a burguesia!”<sup>14</sup>

Como uma ideologia essencialmente classista, o anarquismo, no processo de luta de classes, posiciona-se ao lado do proletariado, da classe trabalhadora que é explorada e oprimida. E, neste processo, busca conscientizar a classe trabalhadora e unificar seus interesses, deixando bem dividido o campo entre ela e a burguesia. Em suma, “a luta de classes é a luta pelos interesses gerais do proletariado [...] e, para ser revolucionária, deve visar a abolição das classes”<sup>15</sup>.

Qual é então o papel do anarquismo no contexto da luta de classes?

“O papel do anarquismo continuará sendo o que é hoje: tendência livre no seio do povo e das organizações, atuando sem coação. Fermento da massa. Força propulsora de todos os movimentos conscientes a caminho da liberdade. Motor da ação e organização diretas populares. Fator de iniciativas que não esperam ordens. Sentinela vigilante contra qualquer tentativa de restaurar a tirania abatida ou de a reestabelecer sob o disfarce enganador de novas vestes.”<sup>16</sup>

Nesta reflexão, Neno coloca diversos elementos interessantes sobre os quais se pode refletir. Primeiro, o anarquismo é parte do povo, surge dentro da classe trabalhadora e deve continuar assim. No entanto, ainda que seja parte de uma classe, o anarquismo unifica em termos políticos-ideológicos (no sentido explicitado anteriormente, para o qual Neno geralmente usa o termo “doutrina”) um setor popular. O papel dos anarquistas nesse setor da sociedade é funcionar como fermento. A metáfora parece-me muito feliz. As massas (os movimentos populares) podem se organizar e de fato o fazem, sem precisar do anarquismo. É assim que se pode pensar que existe massa sem fermento, o que de fato existe. No entanto, se estivermos trabalhando para fazer pães, a utilização da massa sem o fermento levará ao resultado de pães relativamente duros, que não cresceram muito, sem chegar ao objetivo ideal. Assim, quando há fermento na massa (anarquismo no movimento popular), o resultado tende a ser potencializado; a massa ganha corpo, cresce e chega mais perto de seu objetivo ideal.

Dessa maneira, o objetivo do anarquismo é, como parte das massas, propor um programa determinado que faça com que elas consigam atingir seu objetivo de transformação social; com caráter de “minoría ativa”, como dizia Neno, o anarquismo deve impulsionar o máximo possível os sindicatos rumo à revolução social e o

socialismo, tratando de fazer com que funcionem de maneira aproximada com a sociedade futura proposta. Trata-se de utilizar o sindicato como “terreno” para receber a “semente” do anarquismo: “é, entretanto, necessário lançá-la, fazer a propaganda, para ir se formando uma minoria consciente, cada vez mais numerosa e influente sobre a massa, cada vez mais capaz de ação e de iniciativa”<sup>17</sup>. Ou seja, tornar o anarquismo uma força propulsora que impulse o movimento popular para a liberdade e a igualdade.

A metáfora do motor também é interessante. Se estamos em um barco e temos um trajeto a seguir, podemos dizer que, de maneira estratégica, é possível pensar: sabemos onde estamos (ponto de partida), sabemos onde temos de chegar (objetivo), portanto, a questão é estabelecer a melhor maneira de chegar de um ponto a outro. Podemos ir remando no barco ou utilizar um motor. Se a luta popular for considerada como um barco, o ponto de partida a sociedade presente e o objetivo o socialismo libertário, podemos afirmar que a função do anarquismo é a de motor no barco. Ou seja, auxilia, como parte constituinte do barco, a impulsioná-lo rumo aos seus objetivos, facilitando e antecipando sua chegada.

Finalmente, o anarquismo tem a função de, numa eventual vitória da classe trabalhadora sobre a burguesia (revolução), garantir que a nova correlação de forças permaneça, e que a classe derrotada não volte ao poder, mantendo assim o socialismo e garantindo as conquistas da revolução.

Assumindo essa necessidade dos anarquistas como minoria ativa dentro do movimento de massas, Neno Vasco coloca: “para as massas, os programas concretos, claros, precisos, são, com efeito, da maior utilidade”<sup>18</sup>. Portanto, os anarquistas deveriam ter programas que expusessem sua estratégia para as massas. No programa libertário,

“a força não figura senão como meio revolucionário e não se emprega senão contra a violência – do capitalismo, do Estado ou da contra-revolução – que procura manter ou restaurar a escravidão das massas, impor-lhes criminosamente a vontade de uma minoria exploradora. No mais, um programa libertário não exprime senão o que um partido pretende lançar, pela força do exemplo e da propaganda, no cadinho efervescente onde se elaboram as formas sociais. É a ação livre de uma tendência, é uma contribuição, não uma imposição.”<sup>19</sup>

Enfim, “compete aos anarquistas”, quando estiverem atuando nos movimentos de massas, exercer em seu seio “toda a sua atividade e influência, em prol do seu programa integral, sempre intransigentemente mantido, afim de pesar com todo o seu peso e obter em todas as soluções o máximo de anarquismo”.<sup>20</sup>

Os sindicatos foram o “terreno” escolhido para as “sementes” do programa anarquista e o sindicalismo revolucionário foi o resultado deste programa na prática. Investiguemos com algum detalhe qual era a estratégia de massas proposta por Neno quando tratou do sindicalismo revolucionário.

### **Os sindicatos como catalisadores da força e da resistência dos trabalhadores**

Levando em conta a existência da luta de classes, é possível afirmar que a situação atual é o resultado de uma determinada correlação de forças em que a classe dominante detém o poder sobre a classe trabalhadora – um poder que implica relações de exploração e dominação. Para que esta situação se modifique, tratasse, portanto, de conseguir acumular forças no campo da classe

trabalhadora de maneira que seja possível intervir nesta relação, tendo como objetivo modificá-la completamente, criando um projeto da classe trabalhadora que se coloque como poder popular, ou seja, como “imposição da vontade das classes oprimidas, por meio da força social que elas conseguem mobilizar, a partir de sua capacidade de realização, aplicando-a na luta de classes, e superando as forças mobilizadas pelas classes dominantes”<sup>21</sup>

Para Neno Vasco, esse acúmulo de forças para uma intervenção adequada na realidade é imprescindível: “É preciso agrupar as convicções, as vontades, as forças materiais, as forças orgânicas produtoras suficientes para que o movimento, na sua altura, se efetue e triunfe”<sup>22</sup>. E o espaço mais adequado para esse acúmulo de forças é o sindicato, já que “o que no sindicalismo é essencial é a organização e a ação de classe do proletariado, é o movimento sindical”<sup>23</sup>. Assim, o sindicalismo seria o movimento que poderia dar ao proletariado o espaço e as condições para o desenvolvimento de seu projeto de classe. Para ele, “o movimento operário é movimento de classe” e o sindicalismo, como parte do movimento operário é central nesse projeto dos trabalhadores.

Os trabalhadores devem, portanto, agrupar-se nos sindicatos. Mas qual seria a função dos sindicatos? Neno coloca o que deve ser abandonado nos sindicatos:

“Para funcionar normalmente, tem o sindicato profissional, órgão da resistência operária, que estar livre e desembaraçado de quaisquer outras funções, nitidamente separado de qualquer outro órgão de função econômica diversa. Concretizando: tem que rejeitar do seu seio as várias formas de mutualismo e cooperativismo, tantas vezes embrulhadas com a resistência nas velhas associações operárias, aliás ainda numerosas. [...] Mesmo para as vantagens

imediatas, a mutualidade e a cooperativa valem bem menos do que a resistência, a ação direta sindical.”<sup>24</sup>

No entanto, isso não significa dizer que o mutualismo e as cooperativas não servem de nada:

“o mutualismo e o cooperativismo têm pelo menos a [utilidade] de desenvolver entre o operariado o espírito associativo e a capacidade administrativa, no caso de, bem entendido, serem exercidos diretamente pelos próprios operários, e não por burocratas, patronos, filantropos, beneméritos e outros protetores.”<sup>25</sup>

Seria, na realidade, uma questão de foco. O foco do sindicalismo deveria ser, para Neno, o da resistência operária nas lutas contra a burguesia. E mesmo que o mutualismo e as cooperativas pudessem ter algum tipo de efetividade, elas deveriam ser realizadas por outras associações, em relação às quais os sindicatos deveriam ter independência. Para Neno, no momento que o mutualismo e as cooperativas começam a concorrer, nos sindicatos, com as tarefas de resistência e organização da luta, muitos militantes “de vistas curtas”, em vez de confiarem “na ação, na propaganda e na experiência da luta operária”, terminam precipitando o recrutamento “de trabalhadores para a associação por meio do engodo dos socorros mútuos e da cooperativa”. Seu receio era que logo “este engodo” acabasse paralisando ou matando “a ação de resistência, absorvendo toda a atividade associativa e fomentando o espírito conservador”.<sup>26</sup>

Para organizar a atividade sindical “é indispensável uma ativa e grande obra de propaganda e organização”<sup>27</sup>. No entanto, Neno enfatiza: trata-se de “empregar meios de propaganda e educação,

subordinados à função econômica única da liga de resistência”<sup>28</sup>. Dessa maneira, pode-se entender que a associação econômica (um projeto de classe que agrega dos trabalhadores em seus sindicatos) e a organização da luta e da resistência é o objetivo prioritário que devem ser seguidos pelas atividades de propaganda e educação. Parece-me, sem exageros, que com essa afirmação, Neno Vasco coloque-se mais no campo dos coletivistas internacionalistas do que dos anarco-comunistas mais conhecidos, que davam à propaganda e à educação um papel muitas vezes preponderante em relação à organização da luta e da resistência nos sindicatos – ainda que devamos reconhecer que as associações operárias dos tempos da AIT agregassem dentro de si projetos mutualistas e cooperativistas.

O sindicato não era, para Neno, somente um espaço de propaganda em que os anarquistas distribuiriam material, promoveriam debates, etc. Os anarquistas deveriam estar diretamente envolvidos na organização da luta, ou seja, realizando o trabalho que hoje chamamos “de base”, mobilizando os populares, engajando-os nas lutas, propondo modelos/formas de organização; em suma, tendo uma ação determinante na organização e nos rumos do modelo de lutas de massas. Juntamente com isso, mas, como enfatizou, “subordinados” à ação de resistência, estariam as atividades de propaganda e educação. Certamente também fundamentais, mas que não poderiam ser realizadas a contento sem o envolvimento direto nas questões organizativas do movimento.

Além disso, Neno acreditava que os sindicatos também eram importantes, pois criavam um ambiente no qual uma cultura de classe poderia ser amplamente disseminada, engajando os trabalhadores na luta, afastando-os da bebida, criando um sentido e uma identidade coletiva e fazendo-os constatar quem eram seus aliados e seus inimigos.

“O operário vai à associação, ao sindicato, levado pelo interesse e pela sedução da idéia. Lá encontra um ambiente adequado ao seu estado de espírito, um convívio grato aos seus sentimentos de homem do trabalho, o calor das grandes paixões sinceras e o estímulo dos mais fecundos exemplos. E se lá encontra também o conforto convidativo da luz, do ar e da arte, ei-lo definitivamente roubado às consolações dúbias do botequim e às ilusórias fustigações do álcool. [...] Vastas e luminosas Casas dos Trabalhadores, com amplas salas para assembléias, bibliotecas, conferências, concertos, espetáculos! A música, o teatro, a arte declamatória e didática, todas as artes, servidas pelos artistas sindicados, enchendo os merecidos ócios do trabalhador, enriquecendo-lhe o cérebro, burilando-lhe o sentimento.”<sup>29</sup>

Ao participar dos sindicatos, os trabalhadores tomariam contato com a resistência, as lutas, as diferentes formas de propaganda e educação, além de conviverem diariamente com essa cultura de classe que era produzida e estimulada. Era, enfim, dentro desse processo que o trabalhador aprimoraria sua consciência de classe, compreenderia a luta de classes, e se daria conta das suas tarefas de curto e longo prazo. Neno esperava do sindicalismo

“que os operários nele tomem consciência da luta de classes, do irreduzível antagonismo de interesses existente entre eles e os capitalistas; que na ação e em contato com os seus iguais no sindicato, os trabalhadores se apercebam da insuficiência dos melhoramentos parciais e da necessidade de expropriar a burguesia e reorganizar a sociedade sem parasitismo e em proveito de todos os produtores. Viu-se no sindicato um magnífico *terreno* maravilhosamente predisposto para o lançamento e germinação da *semente* socialista e anarquista.”<sup>30</sup>

Tratava-se, portanto, de descobrir o caminho caminhando, de tornar-se revolucionário não somente por um convencimento que deveria ser feito antes do início da luta. Era no seio da luta, na qual o trabalhador se engajava para a obtenção de melhorias de curto prazo, que ele se politizaria e, pouco a pouco, com a pedagogia da luta, ele aprofundaria seus sentimentos revolucionários e poderia impulsionar a criação de um novo mundo.

### **Sindicatos anarquistas?**

Deveria o sindicato ser um agrupamento político-ideológico? Neno Vasco, ainda que fosse anarquista, não defendia esta posição:

“Os anarquistas conscientes não pretendem que um sindicato se declare artificialmente anarquista. Se o fizessem, ou só ficariam nele os anarquistas, passando a ser um grupo de idéias, como os outros grupos anarquistas, sem ter, portanto a utilidade particular do agrupamento de interesses, do sindicato; ou o sindicato só seria anarquista de nome, por artifício autoritário – isto é, seria menos anarquista quando tal se declarasse. E se a doutrina adotada fosse um conjunto, velho ou novo, de fórmulas, de teorias e previsões otimistas, bem ou mal fundadas sobre o movimento sindical, chamasse-se embora ‘sindicalismo’ a essa teoria, ainda se iria contra o verdadeiro sindicalismo, pois não teriam lugar no sindicato os operários que não a professassem, republicanos, social-democratas, anarquistas, etc. Seria um novo partido político, não a classe operária organizada.”<sup>31</sup>

Portanto, Neno, assim como a maioria do campo organizacionista do anarquismo brasileiro, não defendia que os sindicatos

assumissem uma ideologia determinada (mesmo que fosse a do anarquismo).

Este é o ponto que separa os sindicalistas revolucionários dos anarco-sindicalistas. Organizações anarco-sindicalistas, como foi o caso da Federação Operária Regional Argentina (FORA) e da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) espanhola, defendiam uma posição abertamente anarquista. Ainda que não admitissem somente anarquistas em seus quadros, ambas as organizações assumiram – a FORA no V Congresso de 1905 e a CNT no congresso de 1919 – programaticamente que o anarquismo deveria ser difundido no sindicato e o comunismo anarquista ser o fim último do sindicato. Ainda que houvesse posições neste sentido no Brasil – merece menção o segundo Congresso Operário que aceitou o “finalismo” em suas resoluções, mas que, no entanto, nunca se refletiu na prática –, a posição majoritária que se refletiu na prática do sindicalismo revolucionário no Brasil, posição defendida por Neno, era de que o sindicato deveria ser neutro em termos ideológicos. Se ele se restringisse ao anarquismo, não seria uma organização de massas, um agrupamento de classe em torno das necessidades, mas uma organização política e ideológica – um partido. Neutralidade que deveria se dar, além do campo ideológico, também no campo das crenças, das preferências religiosas.

“Os operários, não porque têm conscientemente este ou aquele ideal quanto à sociedade futura, mas porque são assalariados e precisam lutar contra os patrões, agrupam-se em sindicatos (*sociedades de resistência* era muito mais apropriado), fora de qualquer partido político, como aliás as associações econômicas da própria burguesia. Da sua condição de assalariados, da sua força de trabalho e do fato de estarem agrupados para a defesa dos seus interesses econômicos comuns resulta naturalmente o emprego de certos

meios de ação, que giram em torno da greve. Desses meios de *ação direta* são partidários todos os operários, sejam quais forem as suas idéias políticas, sociais ou mesmo religiosas; e, portanto, todos podem e devem se reunir nos sindicatos para o exercício dessa ação, fazendo cada um, cá fora, se quiser, parte deste ou daquele partido político ou seita.”<sup>32</sup>

Entendidos dessa maneira, os sindicatos deveriam, para o necessário acúmulo de forças, ser uma associação da classe trabalhadora, abarcando dentro de si quaisquer trabalhadores que, na condição de assalariados, e tendo em comum as necessidades econômicas, poderiam utilizar a ação direta como meio de luta. Neno acreditava que eram as ideologias que deveriam estar dentro do movimento popular e não o contrário; o movimento, caso ficasse restrito a um campo ideológico, não poderia acumular a força necessária para um projeto de classe. Enfatizou ele: “queremos, naturalmente, que o sindicato agrupe o maior número possível de assalariados da respectiva profissão ou indústria, e se puder ser a totalidade, tanto melhor”<sup>33</sup>. Agrupados nos sindicatos como trabalhadores, estes poderiam, de acordo com suas concepções, ser ou não membros de partidos, agrupamentos religiosos, etc.

### **Reformas ou revolução?**

O dilema entre reforma ou revolução teve uma solução proposta pelo sindicalismo revolucionário. Houve uma tradição anarquista com relevância, chamada por alguns de “insurrecionalismo”, que no Brasil teve alguma relação com o campo do anti-organizacismo, que acreditava que os ganhos de curto prazo (as reformas) eram nocivos aos trabalhadores. Se deveria buscava a revolução

social, e se resolver, de fato, a questão social; as reformas poderiam embriagar os trabalhadores em um certo tipo de reformismo que não iria para além desses ganhos imediatos. As posições de Neno Vasco, que estava de acordo com a posição hegemônica em todo o sindicalismo revolucionário brasileiro, era diferente.

“Quando não eram os insurrecionalistas, eram outros que pregavam quase no mesmo tom: achavam que deviam gastar todos os esforços em preparar a greve geral expropriadora e a revolução social, desdenhando das impotentes greves parciais e as fatigantes escaramuças de cada dia! Como se fosse possível organizar e educar as massas, atingi-las pela propaganda, preparar aquela mesma revolução, sem ação direta e contínua dos trabalhadores pelos fins imediatos, sem as miúdas escaramuças!”<sup>34</sup>

Para os críticos anarquistas dos ganhos de curto prazo, era tudo ou nada: havia um objetivo claro de opção pela revolução social. Não deviam ser desperdiçados esforços nas lutas parciais. Neno e os organizacionistas discordavam. Para eles, era função do sindicato uma atuação que se utilizasse os ganhos de curto prazo como caminho para os de longo. Em suma, só era possível mobilizar as massas por meio de reivindicações concretas; pouca gente se sentiria atraída para lutar “pela revolução”. Neno Vasco acreditava que o engajamento dos trabalhadores deveria se dar pelas suas necessidades imediatas e nas lutas que oferecessem resultados de curto prazo. Engajados na luta e diretamente envolvidos no processo de luta de classes, os trabalhadores aprofundariam sua consciência e veriam os limites das reformas, buscando cada vez mais um horizonte revolucionário. Dependendo da forma que as lutas de curto prazo fossem empreendidas, e as eventuais reformas conquistadas, elas poderiam contribuir com um caminho até uma ruptura revolu-

cionária. A partir dessa perspectiva, reforma (desde de que conquistada pela luta dos trabalhadores, desde baixo, demarcando as diferenças entre as classes) e revolução seriam complementares.

“Para alcançar seu fim, devem os revolucionários favorecer, não só os métodos de ação (a ação direta) e as formas de organização (federalismo, autonomia) que suscitam e exigem as energias e iniciativas do maior número e que dão aplicação e livre acesso a todas as boas vontades, mas também as reformas ou melhoramentos que sejam uma vantagem verdadeira para o proletariado ou que pelo menos não contrariem e retardem o fim essencial. E devem, afinadamente, combater o interesse do operariado por todas aquelas reformas que, embora conquistadas pela ação direta, tendam a confundir as classes sociais ou a opor entre si as diversas categorias do proletariado.”<sup>35</sup>

Reformas que poderiam contribuir com o projeto revolucionário seriam “os melhoramentos especificamente operários – aumento de salário, redução de horas, descanso semanal, higiene no trabalho, etc.”. Ganhos que “elevam a capacidade de consumo e a dignidade do assalariado, e sobretudo os que abrangem e satisfazem um interesse geral da classe trabalhadora”<sup>36</sup>. Ganhos esses que poderiam ser conquistados tanto em relação aos burgueses quanto em relação à sua instituição política, o Estado; se deveria, assim, favorecer “a ação direta e a pressão exterior sobre os poderes públicos, quando se trata dos interesses diretos, morais ou materiais, do povo trabalhador”<sup>37</sup>. A luta de classes pode, afinal, oferecer condições para a conquista de melhorias que contribuam com a aproximação da revolução social, como uma espécie de ginástica revolucionária que fortaleceria o conjunto dos trabalhadores.

Entretanto, não se deve perder de vista que as lutas pelas reformas devem, necessariamente, contribuir com o projeto revolucionário:

“Para o revolucionário social, a luta de classes deve ter como fim essencial a expropriação dos capitalistas e a abolição das classes; como essencial utilidade prática a preparação dos espíritos nesse sentido, a destruição de todos os equívocos e compromissos.”<sup>38</sup>

E o projeto revolucionário exige renunciar aos compromissos de classe e aos caminhos que não conduzem aos fins desejados. As reformas podem ou não fazer parte desses caminhos e cabe aos revolucionários a tarefa de investir em processos de luta que contribuam com o porvir desejado.

### **Ação direta, independência e neutralidade como princípios**

Quais deveriam ser os princípios desse sindicalismo revolucionário? Além da neutralidade sindical e as lutas de curto e longo prazo, como deveriam funcionar os sindicatos visando levar a cabo suas atividades e atingir seus objetivos?

Neno Vasco acreditava que alguns métodos de ação deveriam ser descartados. Para ele, socialistas moderados, republicanos e filósofos burgueses constituíam uma gente que

“como método de ação presente, apresenta-nos o parlamentarismo, a ação legal, o reformismo burguês, a delegação de poder, e tudo o que reforça e redoura as instituições governamentais e habitua as massas ao abandono da

iniciativa e da ação, à confiança no esforço alheio; ou então, triunfante a insurreição, instaura ou pretende uma ditadura, chamada ‘proletária’, que, desmentindo a natureza dos governos, longe de criar novos privilégios econômicos e burocráticos e procurar eternizar-se, há de preparar o terreno e educar o povo para a anarquia...”<sup>39</sup>

A atuação que considera o Estado como meio deveria ser descartada. Para Neno, as instituições e práticas governamentais desestimulam a iniciativa das massas, fazendo com que confiem em outros, fundamentalmente inimigos de classe, para resolver seus próprios problemas. Isso valia tanto para aqueles que queriam instaurar uma sociedade pautada na democracia representativa, característica do sistema burguês – dizia Neno: “repudiamos, pois, a ação eleitoral e parlamentar, que só serve para reforçar o Estado”<sup>40</sup> –, quanto para os revolucionários socialistas, que desejavam utilizar o Estado como uma instituição centralizadora pós-revolucionária, justificando a necessidade de uma ditadura que, em um determinado momento, desapareceria dando lugar ao comunismo sem Estado.

O Estado era para Neno um meio que não conduziria ao fim desejado. Dizia a “essa gente [socialistas moderados, republicanos e filósofos burgueses] que os seus métodos a conduzem a fins opostos aos do anarquismo. E nisto reside precisamente o nosso caráter distintivo.”<sup>41</sup> Era necessário, portanto, encontrar um meio que conduzisse ao fim pretendido: “Para caminhar hoje, amanhã e sempre para a anarquia, para a realizar pouco ou muito, o nosso método é a ação e a organização direta das massas”<sup>42</sup>. Diferente dos métodos que tendem a desestimular as iniciativas das massas, “o nosso método, a ação direta, ainda na conquista de pequenos melhoramentos atuais, tende, pelo contrário, a despertar a iniciativa e a coragem, leva a agir por conta própria, a unir-se, ensina a viver sem tutela”<sup>43</sup>. Por este motivo, “os anarquistas são [...] os mais

ardentes defensores da ação direta da classe, porque a ação direta é, em suma, a tática dos anarquistas em todos os campos, econômico, político, intelectual etc.”<sup>44</sup>.

Além da ação direta, era necessário que os sindicatos tivessem independência em relação aos agrupamentos políticos como partidos e outros agrupamentos de caráter econômico, como as cooperativas. Para Neno, “o movimento operário é um movimento de classe” e “a organização sindical deve agrupar, como tais, todos os assalariados pobres, devendo, por isso mesmo, ser independente dos partidos”.<sup>45</sup> E ainda: “o sindicalismo necessita, pois, ser livre e independente, não só dos partidos políticos, mas ainda das outras organizações econômicas de caráter e fins diversos”<sup>46</sup>. Afinal, recordemos que, para ele, “a resistência deve ser a única função sindical”<sup>47</sup>. E aqui é retomado o argumento da neutralidade sindical, que também se coloca como questão de princípio. Dois aspectos deveriam ser evitados no sindicalismo:

“O primeiro é a subordinação da organização operária a um partido político ou a adoção oficial de uma doutrina, por mais revolucionária que seja; o segundo é, com o pretexto de independência, suprimir dentro do sindicato o franco e leal embate dos métodos e ideais, agindo no terreno e com os meios que o sindicato oferece.”<sup>48</sup>

Portanto, ainda que não fosse adequado que o sindicato adotasse uma ideologia específica, isso não significava evitar os debates ideológicos. Portanto, indivíduos e partidos deveriam expor suas idéias e incentivar os debates ideológicos fraternais.

“O fato de a organização operária de resistência não dever assentar sobre princípios políticos, sociais ou religiosos, e precisar viver independente de qualquer partido

político ou agrupamento doutrinal, não implica que se haja de cortar no seu seio a livre ação das tendências e qualquer propaganda exercida por elementos organizados, desde que aceitem as bases fundamentais da ação e do movimento operários.”<sup>49</sup>

A neutralidade, portanto, não poderia impedir a propaganda e o debate, função que aliás Neno defendia como trabalho fundamental dos anarquistas, tanto para a promoção de sua estratégia de massas como para a difusão do próprio anarquismo.

Tais princípios são necessários, pois, para Neno Vasco, essa maneira de organizar o sindicalismo tornaria o movimento um germe da sociedade futura. Se, portanto, a “anarquia” era para Neno uma forma de socialismo voluntário com protagonismo popular, era fundamental um movimento que estimulasse as iniciativas das massas, o aumento de sua capacidade, de sua criatividade, de seu protagonismo, afastando aquilo que pudesse agir em sentido contrário.

### **O processo revolucionário: greve geral expropriadora e luta armada**

Levando em conta que o sindicalismo revolucionário era uma forma de acúmulo de força com o objetivo ganhos de curto e longo prazo, como se deveria realizar a revolução social, um dos objetivos que poderíamos chamar de finalistas, de longo prazo, portanto?

A greve certamente era um instrumento, e a greve geral uma ferramenta imprescindível nesse processo. No entanto, ela sozinha não bastaria, já que a “greve geral revolucionária, como meio de expropriar a burguesia”, teria seus limites. Neno explica os argu-

mentos daqueles que defendiam que a greve geral bastaria como medida revolucionária:

“A classe trabalhadora, segundo muitos grevegenera-  
listas, esperaria tranquilamente, de braços cruzados, que o  
capitalismo se rendesse pela fome, depois de reduzido o  
Estado à impotência pela disseminação de suas forças e pela  
paralisação dos seus movimentos. Para ajudar a capitulação,  
exercer-se-ia a sabotagem em larga escala, destruir-se-iam  
produtos [...], pontes e meios de transporte [...]. Como os  
benefícios da revolução eram imediatos e gerais e o povo  
nadava desde o princípio na fatura, não ficariam vestígios  
de reação nem riscos de contra-revolução. Tudo se conver-  
teria, como por encanto, ao comunismo libertário; como  
por encanto, surgiriam de todos os lados homens de boa  
vontade e anarquistas para distribuir as riquezas e recons-  
truir a sociedade. Suprimia-se simplesmente, não só a tor-  
menta revolucionária que pode ser longa e dolorosa, mas  
ainda o penoso e demorado período de transição, durante  
o qual se elaborarão as novas formas sociais através das lutas  
de tendências, afirmando-se estas na medida da sua ini-  
ciativa e da sua audácia, conforme as suas forças ideais e  
numéricas.”<sup>50</sup>

Esta idéia parecia para Neno uma utopia sem possibilidades reais de realização. Para ele, a greve era, de fato, um instrumento a ser colocado em prática no processo revolucionário, mas não era suficiente. Além disso, a paralisação, segundo acreditava, afetaria antes os trabalhadores do que os capitalistas; a idéia de abundância estava equivocada e era necessário pensar em maneiras de conter a contra-revolução. O comunismo libertário era, para Neno Vasco, o

resultado de um duro processo de luta revolucionária que deveria conseguir suplantar as forças do inimigo e, durante o processo de destruição das antigas estruturas, já vir garantindo as novas que, guiadas por um espírito construtivo, pudessem tomar seu lugar e, durante um período de transição, reorganizar a sociedade. Dessa forma, a revolução necessariamente teria de se dar em um processo longo, duro e penoso, para conseguir estabelecer-se realmente e garantir a vitória dos trabalhadores.

A revolução é, portanto, um processo em que a violência é imprescindível. Utilizando a violência organizada, os trabalhadores deveriam, assim, suplantar as forças das classes dominantes. Era necessário que a greve geral fosse uma greve geral expropriadora, que tomasse os meios de produção dos capitalistas e os colocasse a serviço do povo, por meio da coletivização: “produzindo-se a greve geral expropriadora, urge que os trabalhadores retomem a produção por sua conta e para si”<sup>51</sup>. Um processo que não excluiria nenhum tipo de organização dos produtores, às quais Neno chama de sindicato: “os conselhos de fábrica e de camponeses, desde que conservem seu caráter técnico, operário, econômico e coordenem a sua ação no sindicato e na união local”<sup>52</sup>.

Para isso, “não basta, porém, a greve geral econômica pura e simples, mesmo com sua nova feição de greve exclusivamente dirigida contra a burguesia e tendendo à imediata expropriação”. Isso se deve ao fato de que “essa ação não é suficiente para desorganizar e dominar as forças do Estado, que, largamente apetrechado e monopolizando os instrumentos de guerra, de comunicação e propaganda, pode prontamente refazer-se e suprir as falhas ocasionadas pela classe inimiga”.<sup>53</sup>

“À greve geral tem de se juntar sem perda de tempo a insurreição armada, que não pode ser obra da organização

operária, nem mesmo dos partidos revolucionários, mas resulta da cooperação de uma parte do exército e dos grupos civis autônomos. É a lição das revoluções de nossa época [...]: greve geral, ação dos grupos revolucionários, adesão do proletariado fardado e armado, do exército recrutado à força pela classe dominante.”<sup>54</sup>

Para Neno Vasco, desta forma, a luta de massas (sindical) deveria ser complementada por uma forma de luta armada, levada a cabo por milícias autônomas, que deveriam contar com setores do exército. Assim, “a tarefa insurrecional não cabe de modo algum ao organismo sindical. Nem este órgão está talhado para tal função, que exige um instrumento pronto, flexível, desembaraçado”.<sup>55</sup> A luta armada exige, para Neno, esse instrumento, a milícia, que é menos lento, não é aberto a todos os trabalhadores, consegue tomar decisões rapidamente, etc. Pensava ele, que era fundamental essa divisão de papéis:

“As massas pesadas e desarmadas não obstruem as ruas nem são expostas inutilmente à sanha canibalesca dos mercenários bem armados. Nos momentos de luta as multidões inermes só servem, as mais das vezes, para arrastar consigo os homens de ação, na onda desvairada do pânico. Na fábrica, trabalham para a revolução, generalizam o movimento, dispersam as forças inimigas; na rua, são mais um estorvo do que um auxílio aos combatentes, insurretos civis e militares, que tratam de ajustar contas com os janízaros e a guarda branca da burguesia e de impedir o restabelecimento da infame exploração capitalista. De um modo geral: a massa dos produtores, no lugar de produção, trabalhando por conta de todos; os beligerantes, na rua, decidindo pelas

armas a sorte da revolução; os incapazes de trabalhar ou de combater, em casa.”<sup>56</sup>

Neno acreditava que qualquer um desses dois “níveis” da luta revolucionária poderia iniciar o processo revolucionário. Tanto o nível de luta armada, quanto o nível de massas, mas se preocupava em colocar que a revolução social não é algo que “possa sair de uma simples conspiração e ser marcada para uma determinada data”<sup>57</sup>. Para Neno, a revolução “não é um mero golpe de mão político, encenado por uma carbonária: é produto de uma crise profunda e tem que ser obra do povo inteiro”. Com esta afirmação, Neno nega o insurrecionalismo anarquista, daqueles anarquistas que defendiam a “propaganda pelo fato”, uma estratégia marcada, dentre outras coisas, pela concepção de que atos isolados de violência poderiam gerar, a partir deles, movimentos de massas revolucionários – estratégia também defendida pelo foquismo guevarista. O campo organizacionista, do anarquismo de massas, sempre acreditou que a violência deveria realizar-se a partir de uma realidade de trabalho de base concreto, com organização significativa de amplos setores que pudessem se transformar imediatamente em uma força organizada de massas.

Negando o insurrecionalismo e outras estratégias que colocam o partido como o agente que realiza a revolução em nome do povo, Neno Vasco, quando afirma que a revolução deve ser obra do “povo inteiro” enfatiza que, para ele, é o movimento popular como um todo que deve responsabilizar-se pela revolução, realizando-a em seu próprio proveito. Para ele “os revolucionários [...] não podem decretar a revolução” e devem atuar, em meio ao movimento popular, como agentes que contribuam com o curso dos acontecimentos. É necessária, em suma, uma “dupla preparação: preparação material, que não é tarefa oficial nem oficiosa dos partidos

nem das organizações operárias; preparação moral para as lutas e trabalhos do período revolucionário e do de reconstrução”<sup>58</sup>.

Nesse sentido, não são os anarquistas que farão a revolução, nem mesmo juntamente com outros revolucionários; ainda que estes setores possam ser responsáveis pelas tarefas conscientes e voluntárias, a revolução possui aspectos subjetivos, inconscientes e espontâneos, que não podem ser completamente realizados pelos revolucionários. O concurso das massas é, pois, imprescindível e não se poderia afirmar outra coisa senão que a revolução é uma obra das massas.

“No que ela tem de consciente e voluntário, a revolução é obra, não exclusivamente da minoria anarquista, absolutamente insuficiente para a grandiosa tarefa, mas ainda dos socialistas revolucionários, dos revolucionários vagamente sociais e das massas semi-conscientes, para as quais o jugo capitalista se tornou insuportável. Restam ainda, e bem numerosas, as massas indiferentes, que aceitam os fatos consumados e são incapazes de organizar uma contra-revolução, que aderirão mesmo passivamente e trabalharão com igual ou melhor vontade, mas serão evidentemente incapazes de colaborar ativa e conscientemente na organização libertaria da sociedade. A minoria anarquista permanecerá, pois, minoria por muito tempo, seja qual for a rapidez dos progressos alcançados em melhores condições; e uma minoria não pode organizar a vida social senão pelo processo autoritário, ditatorial ou burocrático, sob formas declaradas ou hipócritas. [...] Não podendo os anarquistas por definição, impor as suas concepções, não querendo emancipar e organizar o povo, mas pretendendo que o povo se emancipe e organize diretamente, restam-lhe duas formas de atividades, dois modos de influir no arranjo e funciona-

mento da convivência social. Usando o direito de livre disposição dos meios de produção, de livre experimentação social, poderiam constituir vida à parte, procurando influir pelo exemplo na restante sociedade. [...] A outra atitude consistiria no prosseguimento, com forças e meios cada vez mais poderosos sem dúvida, da ação hoje exercida no seio da organização operária e da sociedade em geral. E é este o processo mais natural, mais consentâneo com a evolução normal das sociedades humanas.”<sup>59</sup>

Neste trecho, Neno afirma que os anarquistas não farão sozinho a revolução e sempre constituirão uma minoria, pelo menos no que diz respeito a um próximo período bastante longo. Não querendo se impor sobre as massas, já que, por princípio, o anarquismo é uma ideologia que estimula as massas e que não a substitui nos processos de transformação, o anarquismo deveria impulsionar esse movimento popular para que ele fizesse a revolução. Ao refletir sobre como fazer isso, Neno afirma as limitações das experimentações, que buscariam uma transformação simplesmente pelo exemplo, e defende um segundo modelo, baseado na ação no seio das organizações operárias e também fora delas, processo que acredita ser o mais adequado.

### **A reconstrução e o período de transição**

O processo revolucionário não deveria, para Neno, ser simplesmente destrutivo; teria de contar, necessariamente, com aspectos construtivos importantes, a serem previstos programaticamente:

“Não há, sem dúvida, partido que possa subsistir com um programa puramente destrutivo e negador. Se pretende

remodelar a sociedade, tem que estabelecer as bases dessa remodelação, delinear-lhe os confrontos o mais nitidamente possível, conceber claramente os novos órgãos sociais, dar ao esforço transformador um farol bem visível e achar para a meta o caminho único ou melhor.”<sup>60</sup>

Seria necessário prever, portanto, não só aquilo que deveria ser destruído como o capitalismo, o Estado e suas instituições. Seria fundamental prever quais seriam as novas estruturas que substituiriam as antigas. Se não haverá capitalismo e em seu lugar passará a existir o socialismo, quais serão as instituições e as estruturas necessárias para garantir seu funcionamento? Se não haverá Estado e em seu lugar existirá o federalismo, quais serão as instituições e as estruturas para garantir seu funcionamento? Em suma, a estrutura de poder da sociedade presente deveria ser substituída por outra, com suas respectivas instituições e estruturas, capazes de levar a cabo um socialismo libertário, que funcionasse em todas as esferas da sociedade: econômica, política e social.

Para Neno Vasco, os sindicatos teriam um papel central neste processo. Se articulavam, no momento da luta, os trabalhadores para as conquistas e potencializavam suas forças para a luta revolucionária, eles também serviriam no processo de reconstrução. Para ele, o sindicato operário é “o grupo essencial, o órgão específico da luta de classes e o núcleo reorganizador da sociedade futura”; é a organização que “manterá a continuidade da vida social, assegurando a produção do indispensável”.<sup>61</sup>

O sindicato deveria constituir uma ligação entre o passado e o futuro, responsabilizando-se, no momento pós-revolucionário, pela garantia da produção; uma idéia que, para Neno, era antiga no anarquismo:

“A idéia do sindicato ou sociedade de resistência constituindo o elo entre a sociedade presente e a futura, continuando amanhã em proveito de todos a produção hoje guiada pelo interesse de uma classe, e a concepção de uma sociedade como uma ‘federação econômica’, como a livre federação dos grupos produtores, são velhas no anarquismo da Internacional e no seu continuador.”<sup>62</sup>

Dessa maneira, os sindicatos seriam responsáveis por, durante o processo de luta, constituir a estrutura necessária em que se forjaria a produção socialista e, neste sentido, durante o processo revolucionário, ir modificando sua função, de um órgão de resistência e luta de classes para uma instituição que pudesse coordenar a produção na sociedade futura. Assim, “é muito provável que os sindicatos comecem [...] a sofrer transformações, adaptando-se às necessidades do momento”<sup>63</sup>, tanto em relação ao seu funcionamento, como em relação aos objetivos.

Seria dentro das estruturas sindicais que se resolveria o que parar de produzir e o que continuar nas novas produções. “Será preciso abandonar, nos primeiros tempos, além das indústrias e serviços inúteis e nocivos do capitalismo, os que não forem de primeira necessidade.”<sup>64</sup> Seria uma medida revolucionária que, além disso, deveria garantir a concentração de “todos os esforços e os meios de produção (combustível, máquinas, matéria-prima, sementes etc.) nos trabalhos urgentes, sobretudo na alimentação”. Por esta necessidade, “os campos e a agricultura devem ser a maior preocupação”.<sup>65</sup>

Nesse processo de reconstrução, em que naturalmente existem disputas, Neno trata do papel dos anarquistas. Da mesma forma que, durante o processo de luta, quando seria a função dos anarquistas influenciar as práticas dos movimentos populares o má-

ximo possível, a reconstrução deveria ter o máximo de influência anarquista.

“Compete aos anarquistas exercerem no seio dela [da agrupação sindical] toda a sua atividade e influência, em prol do seu programa integral, sempre intransigentemente mantido, afim de pesar com todo o seu peso e obter em todas as soluções o máximo de anarquismo.”<sup>66</sup>

Neno acredita que esse processo de reconstrução não é simples. Ele não acredita na tese de que há abundância na produção e pensa que, naquele momento, haverá certamente muitas dificuldades. Junto com a luta e as disputas com a contra-revolução, as dificuldades que dizem respeito à tomada dos meios de produção, colocá-los em funcionamento, etc. Neno critica as teses simplistas de que o “dia seguinte” seria simples e de abundância para todos; a revolução não chegaria à anarquia imediatamente e seria necessária uma preparação para este “período de preparação”, que chega a chamar de “período de transição”.<sup>67</sup> Obviamente, esse período de transição não significa tomar o Estado, defender a ditadura do proletariado ou algo neste sentido, como concebe a tradição marxista. Assumir um período de transição, para Neno, significa uma constatação bastante razoável de que a revolução significa violência e confronto, e que, neste momento de conflito exacerbado, lutar e reconstruir a sociedade não é tarefa simples – como de fato mostram as experiências da Comuna de Paris, da Revolução Espanhola etc. – e que, portanto, neste período de transição, deveriam haver preocupações em garantir a vitória da revolução, em reconstruir a sociedade da maneira mais adequada possível, ainda que não se pudesse usufruir de tudo o que proporcionaria o comunismo libertário. Significa aceitar que uma transformação dessas proporções deve contar com

um período de adaptação que não é simples, não é fácil e não é rápido.

### **Socialização econômica e política**

Realizando reflexões sobre a sociedade futura pós-revolucionária, Neno Vasco afirma que é “impossível [...] prever exatamente o modo de agrupamento da sociedade livre de iguais”<sup>68</sup>. No entanto, essa afirmação, que demonstra seu antidogmatismo em relação às previsões futuras, não serve de desculpa para que fuja da discussão. Para ele, ainda que não seja possível e nem útil prever a sociedade futura nos mínimos detalhes, é relevante ter as linhas desse projeto estabelecidas, pois elas não surgirão espontaneamente. Para Neno, provavelmente, o agrupamento dos iguais na sociedade futura

“será múltiplo: o grupo profissional para a produção essencial, para os serviços públicos (alimentação, vestuário, alojamento, transportes, comunicações, saúde, iluminação, etc.); o grupo de afinidades para a satisfação das necessidades intelectuais, estéticas e morais; a livre Comuna, ou União local, para os interesses locais, estatística, determinação do consumo, distribuição. E as múltiplas federações livres, locais, regionais, mundiais, de sindicatos, de grupos por afinidades e de comunas.”<sup>69</sup>

Prevendo esse sistema de autogestão e federalismo, tanto no nível do trabalho quanto comunitário, Neno apresenta, em linhas gerais, seu projeto de sociedade futura. Para ele, esses organismos autogeridos e articulados pelo federalismo são fruto de uma sociedade socialista, ou seja, em que não há mais o capitalismo e o

Estado e a economia e a política são socializadas; não há portanto centralização em nenhum desses âmbitos. Neno propõe “a socialização da terra e dos instrumentos de trabalho, da agricultura e da indústria, assim como do poder político”<sup>70</sup>.

Há que se advertir que socializar não significa, para ele, nacionalizar. “Nacionalizar ou municipalizar não é garantir a todos o livre acesso aos meios de produção e de transporte, ao trabalho compensador e às utilidades produzidas pelo trabalho comum.”<sup>71</sup> Nacionalizar ou municipalizar significa “tirar a propriedade e a direção da produção das mãos dos capitalistas [...] para as entregar ao Estado”<sup>72</sup>. Isso “não se trata, pois, de socialismo nem de socialização: trata-se de capitalismo de Estado”<sup>73</sup>. Com a nacionalização da economia e da política, “o poder de Estado fica enormemente acrescido; infla-se a embaraçadora hipertrofia e a burocracia parasitária; o trabalho torna-se dobradamente servo do Estado”<sup>74</sup>.

Socializar, em suma, significa expropriar os capitalistas e a elite política do poder econômico, fundamentado na propriedade privada, e do poder político, fundamentado na hierarquia do Estado. Seria o povo que deveria exercer esse poder, fora do Estado, por meio de estruturas autogestionárias e articuladas pelo federalismo. Neno Vasco acredita que a revolução

“deve desde logo socializar e transformar em *serviços públicos* todos os ramos da produção, transportes e distribuição indispensáveis ao funcionamento de uma sociedade moderna. E como órgãos ao mesmo tempo gestores e executores desses serviços não vemos senão as associações de trabalhadores – agrupamentos locais, união local desses grupos para as indústrias que operam, ou enquanto operam, na localidade (produção, armazenagem e entrega de subsistências e artigos de vestuário; construção civil; viação, iluminação, limpeza urbanas; serviços de saúde e de ensino,

etc.); federações de indústria, de seções locais e de uniões de sindicatos para os serviços federais, como os caminhos de ferro, a navegação marítima, a aviação, os serviços telegráficos postais, etc.”<sup>75</sup>

Essa socialização econômica significa, portanto, o fim do capitalismo e o estabelecimento do socialismo. É uma “socialização dos meios de produzir, da terra e dos instrumentos de trabalho”<sup>76</sup>; é “juntar, pôr em comum, deixar indiviso – e confiar a produção ao trabalho coletivo organizado”<sup>77</sup>. O raciocínio em que se fundamenta essa socialização é o seguinte: “queremos que a riqueza social, fruto comum e indestrinçável do labor manual e intelectual das gerações passadas e presentes, comum venha a ser na sua aplicação”<sup>78</sup>. Ou seja: “queremos aqui significar, não o dinheiro, mas as verdadeiras unidades, os meios de produção, que devem ser postos à disposição de todos”<sup>79</sup>. Finalmente, Neno coloca: “queremos uma sociedade que tenha por fim assegurar a cada um o seu desenvolvimento integral; uma sociedade em que o trabalho, tendendo à satisfação das necessidades dos indivíduos, seja escolhido por cada um e organizado pelos próprios trabalhadores”<sup>80</sup>.

“A questão está em encontrar e levar a cabo um modo de funcionamento, uma forma de organização, capaz de garantir ao produtor a liberdade de escolher a ocupação ou associação, ao consumidor a escolha do produto, a todos a satisfação de suas necessidades, a cada um o uso gratuito dos meios de produzir e as liberdades essenciais”.<sup>81</sup>

Parte significativa do processo de socialização econômica, acredita Neno, seria a supressão do dinheiro. Deve-se procurar “que não subsista nem se estabeleça nenhuma forma de dinheiro, mesmo para os produtos insuficientes, distribuídos mais ou menos pro-

porcionalmente ao trabalho feito”<sup>82</sup>. Para ele, enfim, o dinheiro “permite o entesouramento e dá facilidades ao roubo: é portanto fator de ociosidade e de perigoso parasitismo”<sup>83</sup>.

O fim da propriedade privada, como medida da socialização econômica, no entanto, não significa obrigar pela força os camponeses coletizarem suas propriedades individuais. A propriedade privada caracteriza-se, para Neno, pela relação de exploração de classe que existe em seu seio; a propriedade individual, camponesa, gerida normalmente pela família e sem a exploração de classe em seu seio, não poderia ser coletivizada à força. Os anarquistas deveriam defender uma solução libertária para a questão: não se poderia exercer nenhuma coação “sobre quem reivindicasse o direito ao usufruto de uma nesga de terra, desde que a amanhasse por suas próprias mãos”. Coletivizando as terras camponesas à força, “provocaríamos uma reação mortal, apoiada nos próprios princípios da revolução”<sup>84</sup>. Assim, na socialização econômica que previa, Neno Vasco acreditava na possibilidade da coexistência entre a propriedade coletiva dos meios de produção e da propriedade individual (não confundir com propriedade privada) dos camponeses.

Para Neno, a questão da dominação capitalista/estatista não se resume somente ao âmbito político, e nem mesmo ele acredita que com a solução do problema econômico (socialização dos meios de produção, distribuição etc.) necessariamente se resolveria o problema político. Eram, enfim, duas frentes a serem atacadas: por um lado a economia, por outro a política.

“Eis também porque reclamamos a supressão da instituição governamental pela socialização do poder político. Isto é, queremos substituir a atual organização política autoritária por uma organização política anarquista, que parta do indivíduo para a sociedade, associando-se livremente os indivíduos, federando-se livremente os grupos.

Queremos a organização baseada sobre a cooperação voluntária, adaptando-se plasticamente às múltiplas necessidades humanas.”<sup>85</sup>

Portanto, a sociedade futura, para Neno, seria uma sociedade sem governo; constituiria “uma organização livre, indo do indivíduo ao grupo, do grupo à federação e à confederação” desprezando as fronteiras; estaria fundamentada “no livre acordo e naturalmente determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, idéias e sentimento de indivíduos”<sup>86</sup>. A organização federativa substituiria o Estado e suas funções.

### **Socialismo libertário: comunismo ou coletivismo?**

O socialismo libertário, ainda que dê espaço significativo à liberdade individual, prevê que ela sempre deve se dar dentro da liberdade coletiva. Para os socialistas libertários, defender o socialismo significa fazer uma opção coletiva. Ao discutir o tema da sociedade futura, Neno Vasco aborda a questão sobre maiorias e minorias, colocando os problemas que certamente surgiriam envolvendo as deliberações coletivas. Em caso de opiniões divergentes que não tivessem como ser conciliadas, o que deveria ser feito? Deveria a minoria ceder em relação à maioria? Se não houvesse acordo, seria o mais correto não se realizar aquilo que foi objeto de divergência? Neno acredita que pela necessidade do acordo, “a maioria, desprovida de quaisquer meios de coação, fará todas as concessões e oferecerá todas as garantias para obter a adesão e o concurso da minoria”. E a minoria, por necessidade, “acabará por ceder à satisfação do maior número”, isto porque “entre uma obra realizada, embora não inteiramente a nosso gosto, e coisa nenhuma, sempre é de mais vantagem a primeira”.<sup>87</sup>

Nesse sentido, o socialismo é sempre um projeto coletivo que busca as conciliações mas, quando elas não são possíveis, toma-se a posição da maioria. Ainda que sendo essencialmente um projeto coletivo, há, no campo do socialismo libertário, duas posições fundamentais em relação à distribuição do produto do trabalho realizado: a primeira, coletivista, em voga fundamentalmente nos tempos da Primeira Internacional, defendida, por exemplo, por Bakunin; a segunda, comunista, defendida após a morte de Bakunin, por exemplo, por Kropotkin. Ainda que se deva considerar ambas as posições anarquistas, elas possuem diferenças significativas: os coletivistas acreditam que o produto do trabalho deve ser dividido de acordo com a quantidade de trabalho realizado, defendendo a máxima, “a cada um segundo o seu trabalho”; os comunistas acreditam que o produto do trabalho deve ser dividido de acordo com as necessidades de cada um, e defende, assim, a máxima “a cada um segundo suas necessidades”. Enfim, em uma sociedade futura, como deveriam ser distribuídos os frutos do trabalho coletivo?

Ainda que afirme que, no socialismo libertário, “quem não trabalha não come”, o que seria essencialmente a posição coletivista, Neno Vasco pondera, concordando com um sistema, pelo menos inicialmente, misto:

“Quanto maior for a abundância, mais fácil será a aplicação da fórmula comunista. Mas a nova sociedade tem de criar a abundância (e só ela pode criar), exigindo sacrifícios ao trabalho e restrições ao consumo. Coletivismo? Comunismo? [...] Na sua construção ideal, Pouget e Pataud (*Comment nous ferons la révolution*) põem um outro sistema: os produtos de primeira utilidade serão distribuídos conforme a necessidade (comunismo) e os outros são provisoriamente adquiridos por meio de uma taxa suplementar de trabalho

(coletivismo), até que se tornem abundantes. É bem possível que assim venha a ser, e até que variem as soluções de lugar para lugar.”<sup>88</sup>

O coletivismo aceito inicialmente serviria para a prevenção contra os costumes do parasitismo, vigente na sociedade capitalista. Neno acreditava que “o trabalho não é uma imposição do homem sobre o homem”, mas “uma necessidade natural”. Aquele que tem condições de trabalhar e não trabalha, termina colocando-se “sobre os ombros dos restantes membros da comunidade” e isso é um tipo de “parasitismo”, um “ato anti-social contra o qual a comunidade se acha em estado de legítima defesa”.<sup>89</sup> Todos aqueles em condições deveriam trabalhar, escolhendo as atividades que mais lhe afeiçoassem; aquilo “que ninguém quiser fazer, não terá remédio senão ser feito por toda a gente válida, se se trata de uma verdadeira necessidade comum”<sup>90</sup>. Dessa maneira, a cada um caberia uma porção de trabalho escolhido pela afinidade, e uma porção de trabalho cujas demandas naturalmente não surgissem na sociedade. Neno acredita que “a variedade, sem dúvida, é o melhor dos descansos”<sup>91</sup>.

O sistema de trabalho deveria também contar com a tecnologia que, investida no sentido de promover a emancipação dos trabalhadores, poderia substituir o homem em diversas atividades (fundamentalmente as manuais), possibilitando que ele tivesse mais tempo livre. Tempo livre, que também seria garantido pela extinção do parasitismo e dos trabalhos inúteis:

“Com uma justa divisão do trabalho, com o auxílio generalizado e poderoso das máquinas, com a extinção do parasitismo e dos trabalhos inúteis, a produção do necessário tomará a cada um cada vez menos tempo, deixando-lhe largas horas livres. O progresso caminha paralelamente ao número destas horas. Durante elas, cada um satisfará as

suas necessidades intelectuais, morais, recreativas, artísticas, etc., ou mesmo econômicas secundárias.”<sup>92</sup>

Ainda que concordando com o sistema misto, “os anarquistas, evidentemente, esforçar-se-ão por introduzir na nova organização social a maior soma possível de comunismo”<sup>93</sup>, sendo esta portanto, a maneira ideal de se nortear a distribuição socialista. Portanto, conforme o socialismo libertário fosse se desenvolvendo, ele deveria buscar o comunismo como forma de distribuição dos produtos do trabalho.

Enfim, independente de ser coletivista ou comunista, o socialismo defendido pelo Neno Vasco é um socialismo libertário, ou seja, um socialismo que tem como fundamento mais caro a liberdade:

“A liberdade afirma-se primeiramente como ato positivo: é o produto de uma conquista sobre o ambiente, o resultado de uma luta contra as forças exteriores. E logo surge a associação, a coordenação de forças como fator de liberdade. A cooperação de esforços, atuando contra as forças físicas e sociais hostis, vencendo maiores resistências, aumenta a soma de possibilidades e bem-estar, isto é, de liberdades, de cada uma das partes associadas. E se a solidariedade se desse entre todos os seres humanos, a luta teria como alvo único o triunfo sobre a natureza bruta. As forças conscientes, antes divididas, agora unidas, obteriam vantagens bem mais apreciáveis que as mesquinhas vitórias de uma guerra fratricida, da qual saem amiúde os vencedores mais debilitados que os vencidos.”<sup>94</sup>

A busca da liberdade é o grande objetivo do socialismo. A associação (coordenação de forças com um objetivo comum) é

ferramenta essencial na luta de classes para que os trabalhadores possam acumular forças e promover uma revolução social que conduza ao socialismo com liberdade.

### Fins de 2010

\* Texto escrito a partir de uma discussão do Grupo de Estudos “Movimento Operário Autônomo”, promovido pela Biblioteca Terra Livre. Agradeço aos companheiros presentes pela discussão pelas contribuições, muitas das quais incorporei no artigo.

### NOTAS:

1. Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 161.
2. Felipe Corrêa. “Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário.”
3. Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política.*, pp. 585-587.
4. FAU. “O que é Ideologia?”. In: Juan Mechoso. *Acción Directa Anarquista*, pp. 223-224.
5. Felipe Corrêa. *Op. Cit.*
6. Norberto Bobbio et alli. *Op. Cit.*, pp. 431-432.
7. FARJ. *Anarquismo Social e Organização*, pp. 197-198.
8. Michael Schmidt e Lucien van der Walt. *Black Flame*, p. 16.
9. *Ibid.*, p. 170.
10. Neno Vasco. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, p. 79.
11. *Ibid.*, p. 167.
12. *Ibid.*, p. 128.
13. *Ibid.*, p. 118.
14. *Ibid.*

15. *Ibid.*, pp. 98-99.
16. *Ibid.*, p. 179.
17. *Ibid.*, p. 98.
18. *Ibid.*, p. 163.
19. *Ibid.*, p. 170.
20. *Ibid.*, p. 175.
21. Felipe Corrêa. “Movimentos Sociais, Burocratização e Poder Popular”.
22. Neno Vasco. *Op. Cit.*, p. 69.
23. *Ibid.*, p. 91.
24. *Ibid.*, p. 121.
25. *Ibid.*, p. 123.
26. *Ibid.*
27. *Ibid.*, p. 66.
28. *Ibid.*, p. 131.
29. *Ibid.*, pp. 130-131.
30. *Ibid.*, p. 92.
31. *Ibid.*, p. 93.
32. *Ibid.*, p. 91.
33. *Ibid.*, p. 124.
34. *Ibid.*, p. 106.
35. *Ibid.*, p. 108.
36. *Ibid.*
37. *Ibid.*, p. 119.
38. *Ibid.*, p. 117.
39. *Ibid.*, p. 73.

40. *Ibid.*, p. 74.
41. *Ibid.*, p. 73.
42. *Ibid.*
43. *Ibid.*, p. 74.
44. *Ibid.*, p. 101.
45. *Ibid.*, p. 103.
46. *Ibid.*, p. 123.
47. *Ibid.*
48. *Ibid.*, p. 103.
49. *Ibid.*, p. 95.
50. *Ibid.*, pp. 156-157.
51. *Ibid.*, p. 160.
52. *Ibid.*, p. 171.
53. *Ibid.*, p. 160.
54. *Ibid.*
55. *Ibid.*, p. 171.
56. *Ibid.*, pp. 171-172.
57. *Ibid.*, p. 162.
58. *Ibid.*
59. *Ibid.*, pp. 173-174.
60. *Ibid.*, pp. 169-170.
61. *Ibid.*, p. 76.
62. *Ibid.*, p. 133.
63. *Ibid.*, p. 175.
64. *Ibid.*
65. *Ibid.*

66. *Ibid.*
67. *Ibid.*, p. 173.
68. *Ibid.*, p. 134.
69. *Ibid.*
70. *Ibid.*, p. 181.
71. *Ibid.*
72. *Ibid.*
73. *Ibid.*, p. 182.
74. *Ibid.*, p. 183.
75. *Ibid.*, p. 191.
76. *Ibid.*, p. 58.
77. *Ibid.*, p. 189.
78. *Ibid.*, p. 58.
79. *Ibid.*
80. *Ibid.*, p. 60.
81. *Ibid.*, pp. 189-190.
82. *Ibid.*, p. 205.
83. *Ibid.*
84. *Ibid.*, p. 60.
85. *Ibid.*, pp. 58-59.
86. *Ibid.*, p. 61.
87. *Ibid.*, p. 198.
88. *Ibid.*, pp. 203-204.
89. *Ibid.*, p. 202.
90. *Ibid.*, p. 199.
91. *Ibid.*, p. 195.

92. *Ibid.*

93. *Ibid.*, p. 204.

94. *Ibid.*, p. 54.

## BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004.

CORRÊA, Felipe. “Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica ao livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis”. In: *Ideologia e Estratégia*, 2011.

CORRÊA, Felipe. “Movimentos Sociais, Burocratização e Poder Popular: da teoria à prática”. In: *Ideologia e Estratégia*, 2011.

Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ). *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo/Rio de Janeiro: Faísca/FARJ, 2009.

Federação Anarquista Uruguaia (FAU). “O que é Ideologia?” ([www.anarkismo.net/article/12432](http://www.anarkismo.net/article/12432)). In: Juan Mechoso. *Acción Directa Anarquista: una historia de FAU*. Montevideo: Recortes, s/d.

SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SCHMIDT, Michael e VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: Ak Press, 2009.

VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.



# MOVIMENTOS SOCIAIS, BUROCRATIZAÇÃO E PODER POPULAR

## Da teoria à prática

Este artigo surgiu a partir de um convite do portal *Passa Palavra*, para todos que estiveram envolvidos no debate em torno da burocratização dos movimentos sociais lançado pelo artigo “Entre o Fogo e a Panela: movimentos sociais e burocratização”. A partir do convite, pensei que haveria algumas contribuições que eu poderia trazer ao debate, tanto a partir de referenciais teóricos, que venho estudando mais recentemente, quanto a partir dos pouco mais de dez anos de prática com os movimentos sociais, que creio terem agregado algum conhecimento.

Na realidade, minha breve contribuição ao debate no *Passa Palavra*, feita por meio de um comentário ao artigo citado, referia-se aos problemas colocados pela prática, que muitas vezes com-

plicam a análise e as propostas teóricas. E o convite foi realizado para que eu desenvolvesse esse argumento em um artigo.

Apesar disso, pensei que seria interessante voltar um pouco na discussão e tentar fazê-la do início, retomando aspectos de “Entre o Fogo e a Panela” e colocando uma análise própria sobre o tema para, posteriormente, chegar ao argumento dos problemas práticos.

Finalmente, decidi pelos seguintes passos que foram desenvolvidos: primeiro, busquei uma definição de objeto, tentando conceituar o que são os movimentos sociais e quando eles surgiram; depois, busquei um método de análise coerente, discutindo brevemente as três principais correntes teóricas sobre os movimentos sociais e chegando à Teoria do Confronto que, no campo acadêmico, parece oferecer boas bases para um trabalho teórico sobre os movimentos sociais.

Ainda que sem aprofundar significativamente o assunto, considere as reflexões da Teoria do Confronto Político em torno de mecanismos e processos dos movimentos sociais e tentei aplicá-los, tanto para uma análise da burocratização como para um possível programa antiburocrático para os movimentos sociais. Se na primeira parte, de definição do objeto e de busca de um método de análise, utilizei referenciais acadêmicos, para a segunda parte, tentei formalizar uma série de conhecimentos que foram sendo adquiridos na prática com os movimentos sociais nesses anos. A idéia foi, basicamente, a partir de uma definição de burocracia e burocratização, listar tudo aquilo que contribuía com elas e, refletindo sobre causas e conseqüências, poder classificar e evidenciar mecanismos e processos de burocratização – o que constitui o problema a ser resolvido. Em seguida, desenvolvi um programa antiburocrático, que pode ser considerado uma saída para o problema apresentado.

Nessa reflexão sobre o programa antiburocrático, trago a discussão sobre o poder popular, baseando meus argumentos em

material bastante recente produzido por uma determinada corrente, que hoje atua em movimentos sociais dos mais diferentes tipos – sindical, comunitário, estudantil etc. E a partir dessa discussão, formulo teses sobre o poder popular que definem a concepção que sustento do conceito.

Por fim, entro em problemas que a prática coloca para a implementação do programa antiburocrático e do projeto de poder popular defendidos, levantando questões sem resposta para futuros debates coletivos.

O subtítulo “Da teoria à prática” revela esse fluxo do texto, que parte de reflexões em grande medida teóricas e acadêmicas, para uma elaboração de teoria baseada em conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo e discutidos no âmbito da militância, chegando por fim aos problemas essencialmente práticos que se colocam para esta própria teoria.

Enfim, nada do que coloco, tanto em termos de crítica quanto de proposições, tem por objetivo constituir uma teoria fixa, nem mesmo uma sistematização que desconsidera a particularidade de cada situação e que pode ser aplicada em qualquer contexto sem variações significativas. As próprias categorias utilizadas podem se sobrepor ou serem analisadas de maneira distinta, conforme o caso.

De qualquer maneira, creio que este artigo pode contribuir com o debate acerca da burocratização dos movimentos sociais, levantando os problemas e sugerindo possíveis saídas para eles. E espero que ele possa contribuir com isso. Ainda que o maior problema, hoje em dia, para mim, esteja naquilo que diz respeito à dificuldade de mobilização – relacionando-se, portanto, mais aos setores externos aos movimentos, não há dúvida que, para os setores mobilizados, e, portanto, dos próprios movimentos, a burocratização é um problema de primeira ordem.

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA HISTÓRIA: DEFINIÇÕES

Diversas produções teóricas contemporâneas vêm buscando criar ferramentas para aprofundar o estudo dos movimentos sociais. Ferramentas estas que podem ser utilizadas para análises dos movimentos sociais, mas também para um universo mais amplo de ações coletivas que envolvem as relações de poder. Utilizarei, para uma definição de objeto, conceitos desenvolvidos por autores da chamada “Teoria do Confronto Político” – em inglês, “Contentious Politics”.

### O que são os movimentos sociais?

Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly, teóricos que hoje podem ser inscritos nesse campo da Teoria do Confronto Político, vêm se esforçando nas últimas décadas para uma definição de objeto, a partir de determinadas ferramentas conceituais. Segundo sua definição,

“um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. [...] Esta definição específica exclui as reivindicações coletivas de poderosos em relação a poderosos, esforços coletivos para se evadir ou se auto-renovar e alguns outros fenômenos próximos que, de fato, compartilham características importantes com as interações que estão dentro das fronteiras. Nós nos concentramos nas relações dominantes-subordinados baseados na hipótese de que o confronto que envolve uma desigualdade

substancial entre os protagonistas tem características gerais distintivas que ligam movimentos sociais a revoluções, rebeliões e nacionalismos de base popular (*bottom-up*).”<sup>1</sup>

Nesse sentido, os movimentos sociais são definidos a partir dessa *relação de poder*. Poder este que circula por todo o corpo social, nas mais diferentes esferas estruturadas e relações sociais – e, portanto, circula pelas esferas econômica, política-jurídica-militar e também ideológica-cultural. Resultado destas relações de poder, os movimentos sociais surgem para organizar uma força social que tem por objetivo modificar a relação de poder estabelecida; uma relação em que os poderosos impuseram sua vontade por meio da força social mobilizada, sobrepujando outras forças e constituindo, na maioria dos casos, uma relação de dominação, chamada de “relações dominantes-subordinados”, e gerando confronto político.

Relações de confronto político foram muito comuns durante todas as épocas da história, “desde tumultos por comida e rebeliões contra impostos e até guerras religiosas e revoluções”. No entanto,

“é apenas quando a ação coletiva contra antagonistas é sustentada que um episódio de confronto se torna um movimento social. Objetivos comuns, identidades coletivas e desafios identificáveis ajudam os movimentos a fazer isso, mas, a não ser que possam sustentar seu desafio, irão desaparecer numa espécie de ressentimento individualista que James Scott chama de ‘resistência’, endurecer-se em seitas religiosas ou intelectuais ou recolher-se ao isolamento. A sustentação da ação coletiva em interação com opositores poderosos distingue o movimento social das formas iniciais de protesto que vieram antes dele na história e ainda hoje o acompanham.”<sup>2</sup>

## Quando e como surgiram os movimentos sociais?

É a partir desta definição que os autores consideram que as condições para o surgimento dos movimentos sociais se deram somente a partir do século XVIII. “Durante o século XVIII, pessoas na Europa Ocidental e na América do Norte deram início à decisiva criação de um novo fenômeno político. Elas começaram a criar movimentos sociais.”<sup>3</sup> Foi nesse contexto que se reuniram as condições para que os movimentos sociais comessem uma intervenção no jogo de forças da sociedade, colocando-se como novos atores políticos – ainda que o termo “movimentos sociais” tenha sido utilizado somente a partir de meados do século XIX.

Mudanças fundamentais que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento dos movimentos sociais foram: a formação de governos fortes, ainda que em diversos deles possa ser notado um enfraquecimento das monarquias; a formação de organizações populares reivindicando algo a esses governos; o surgimento de uma elite propensa a governar em nome do povo; desenvolvimentos nos transportes e nas relações comerciais, que passaram a ligar povos distantes; o aumento da capacidade de ler e escrever e o surgimento de novos meios de comunicação, conectando maior número de pessoas. Era um contexto, enfim, de desenvolvimento do capitalismo e do Estado Moderno.

Foi esse contexto que possibilitou o surgimento dos movimentos sociais, no ocidente, depois de 1750, a partir de uma síntese inovadora, resultante de três elementos:

“1. Um esforço público sustentado e organizado para fazer reivindicações em relação às autoridades (chamemos isso de *campanha*).

2. O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões com propósitos especiais, reuniões públicas, marchas, vigílias, comícios, manifestações, petições, declarações para a imprensa e panfletagem (chamemos o conjunto variável de atuação de *repertório do movimento social*).

3. As representações públicas planejadas pelos participantes de 'RUNC': respeitabilidade, unidade, números e compromisso de uma parte deles e/ou daqueles em seu círculo (chamemos isso de *demonstrações de RUNC*)."<sup>4</sup>

As campanhas diferenciam-se das ações que se realizam somente uma vez, estendendo-se para além disso, e possuem, geralmente, três partes envolvidas: um grupo de reivindicadores, um objeto de reivindicação e algum tipo de público. As reivindicações podem ser dirigidas ao governo, mas também a outros detentores de poder como proprietários, autoridades religiosas, entre outros. O repertório do movimento social se sobrepõe a outros tipos de fenômenos políticos e o conjunto "RUNC" influencia as formas de ação do movimento.

A partir dessas definições, pode-se entender que os movimentos sociais incluem uma infinidade de fenômenos que vão do século XVIII até os nossos dias. Movimentos mais ou menos revolucionários, em torno do local de trabalho, do local de moradia, do local de estudo, em torno das mais diversas reivindicações.

Hoje, no Brasil, pensar na questão dos movimentos sociais deve significar, portanto, uma análise sobre os mais diversos fenômenos, incluindo os diversos movimentos populares, e, portanto, também o movimento sindical. Fenômenos que existem por aqui há mais de um século.

## **A BUSCA DE UM MÉTODO DE ANÁLISE: TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Depois de um processo de longas discussões entre teóricos dos movimentos sociais das Ciências Sociais, há hoje, uma busca de conciliação. Apresentarei brevemente as principais teorias clássicas sobre os movimentos sociais para dar uma idéia das posições envolvidas no debate, tendo por objetivo encontrar um método de análise adequado para pensar a questão da burocratização dos movimentos.

### **As teorias clássicas sobre os movimentos sociais**

Surgiram, desde os anos 1970, três teorias fundamentais sobre os movimentos sociais. A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). A TMR “ênfatisou o significado das bases organizacionais, da acumulação de recursos e a coordenação coletiva de atores políticos populares”; defendeu as “similaridades e convergências entre movimentos sociais e grupos de interesse”; os modelos iniciais “exageraram na centralidade das decisões estratégicas deliberadas para os movimentos sociais” e praticamente não consideraram “as eventualidades, a emotividade, a plasticidade e as características interativas das políticas dos movimentos”. Pelo menos, a TMR atentou “ao significado dos processos organizacionais na política popular”. A TPP ênfatisou, diferentemente, “o dinamismo, a interação estratégica, e a resposta ao ambiente político”, produzindo “pesquisas sobre as formas de reivindicação que as pessoas utilizam em situações reais da vida – o que seria chamado de “repertório do confronto”. Mais recentemente, uma reação ao estruturalismo desses estudos anteriores, aproximou pesquisadores de “perspectivas culturais e sociais-psicológicas”, adicionando outro

elemento ao estudo dos movimentos sociais: o processo de criação de quadros interpretativos (framing).<sup>5</sup>

O processo de desenvolvimento dessas teorias, dos debates e do movimento conciliatório, tratado no artigo “As Teorias dos Movimentos Sociais”, de Angela Alonso, coloca um resumo dessas três teorias.

“Em suma, as três teorias – agora clássicas – sobre movimentos sociais têm contornos bastante peculiares. A TMR focalizou a dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra. A TNMS, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve.”<sup>6</sup>

A defesa dessas três teorias ocupou os debates até o início dos anos 1980 e, após isso, houve intensas discussões e polêmicas, em torno do problema *identidade versus estratégia*. Naquele momento, autores criticavam as teorias que não defendiam e, ao mesmo tempo, afirmando suas próprias teorias, realizavam certa autocrítica.

Finalmente, um processo de certa conciliação estendeu-se durante os anos 1990 e 2000. Defensores da TNMS assumiram que as outras teorias eram, de fato, mais adequadas para lidar com a racionalidade e a lógica dos movimentos sociais, agregando em seu método de análise recursos, estratégias e oportunidades. A TPP admitiu a falta de espaço que a cultura tinha em sua abordagem,

adotando o conceito de “identidade coletiva”. A TMR perdeu espaço durante o debate, reconhecendo seus limites e incorporando categorias da TPP ou aproximando-se da TNMS.

A partir de então houve uma aproximação entre os teóricos dos movimentos sociais. Buscando extrair os principais resultados desse debate, esses teóricos vêm criando teorias mais amplas, que envolvem aspectos das três antigas correntes, em uma espécie de “síntese” da teoria dos movimentos sociais, ainda que diferenças significativas continuem existindo. Utilizando elementos objetivos e subjetivos, essa síntese estabeleceu-se em torno das seguintes posições. Os “movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade”, ainda que a desigualdade seja um fator de relevância e, na presença de outros elementos, possa impulsionar as mobilizações, transformando-se em variadas reivindicações. Os movimentos sociais não “resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores”, ainda que esses cálculos estejam presentes em diversos movimentos. Assim, as “mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas”.<sup>7</sup>

No decorrer desse debate, a TNMS deslocou-se do estudo dos movimentos sociais para o estudo da sociedade civil, de maneira mais ampla. A TPP ampliou seu escopo desenvolvendo um método que fosse capaz de compreender episódios de terrorismo (a partir das reflexões sobre a violência, que já estavam presentes em sua teoria), de burocratização, de globalização, dando conta da questão cultural, relegada, de certa forma, anteriormente. A partir desta mudança, teóricos como Tilly, Tarrow e McAdam passam a sustentar que os movimentos sociais fazem parte de um amplo conjunto de políticas “contenciosas”, ou “de confronto”, como vem sendo traduzido o termo “contentious”. Com as ferramentas de análise deste amplo conjunto que envolve o confronto, seria possível

interpretar fenômenos que passam por movimentos sociais, sindicalismo, nacionalismo, partidos, conflitos étnicos, guerrilhas, terrorismo, insurreições e revoluções.

Na América Latina, a TNMS detém, ainda, a hegemonia nos estudos sobre os movimentos sociais e só recentemente as teorias daqueles que estavam em torno da TPP, e que agora a ampliam, incorporando elementos das outras teorias, em torno da Teoria do Confronto, começam a ser pesquisadas e utilizadas.

### **A Teoria do Confronto Político**

Um aspecto importante a ser ressaltado é que todas as teorias dos movimentos sociais, há muito, descartaram o determinismo econômico. Se é verdade que algumas delas dão à economia pouca importância, o que parece um grande equívoco, assumir que ela determinaria mecanicamente a política e a ideologia-cultura é um erro de mesmas proporções. Todas as teorias dos movimentos sociais rejeitam o determinismo econômico, fundamentadas em observações atentas da realidade. E a Teoria do Confronto não é diferente e considera como base a influência mútua e a interdependência das diferentes esferas: econômica, política (envolvendo aspectos jurídicos e militares) e ideológica-cultural.

A própria origem da Teoria do Confronto, que tem por base a TPP, surge deste debate; ela e a TNMS surgem dos “debates sobre a revolução, ou melhor, da exaustão dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. Ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a idéia de um sujeito histórico universal.”<sup>8</sup>

A Teoria do Confronto, a partir dessas bases, propõe-se como ferramenta teórica para estudos que também englobam os movimentos sociais. Sem procurar identificar mecanismos e categorias fixas, que se repetem ao longo da história e que permitiriam inter-

pretar o futuro, sem estabelecer causas e conseqüências fixas, e sem buscar estabelecer leis gerais que funcionariam de maneira ahistórica, a Teoria do Confronto propõe um método de análise amplo e dinâmico, oferecendo aos interessados no estudo do confronto um programa, ou seja, um conjunto de elementos que possa nortear a compreensão dos acontecimentos reais.

Esse programa, conforme colocam seus proponentes, tem um lado negativo e outro positivo, constituindo as bases para uma análise que também envolve os movimentos sociais. Seus aspectos negativos envolvem:

“- Abandonar os esforços para provar que o racionalismo, o culturalismo ou o estruturalismo explicam episódios particulares.

- Abandonar a explicação dos eventos enquadrando-os no modelo clássico de movimento social ou qualquer outro modelo geral e invariável. [...]

- Abandonar as críticas dos modelos clássicos que adicionam elementos ou simplesmente modificam seus aspectos principais. [...]

- Abandonar os esforços para especificar as condições suficientes e/ou necessárias para a totalidade dos tipos de episódios por meio de comparações sim/não ou análises correlacionais. [...]

- Utilizar estes mesmos métodos de maneira esparsa, e principalmente especificar o que deve ser explicado. [...]

Seus aspectos positivos envolvem:

“- Transversalmente, em um conjunto de casos, identificar e testar a presença de destaques operacionais específicos para mecanismos particulares. [...]

- Identificar, estudar e comparar processos comuns – que freqüentemente repitam seqüências e combinações de mecanismos. [...]
- Especificar como mecanismos particulares funcionam, examinando evidências de múltiplos episódios. [...]
- Quando houver esforço para explicar episódios completos, especificar o que pode se distinguir entre eles e que precisam de explicação, identificar mecanismos e processos que causam esses aspectos diferenciados, e então, tornar concreta essa identificação pela comparação com pelo menos um outro episódio diferente no que diz respeito aos aspectos distintos. [...]
- Considerar uma categoria de episódios considerada *sui generis* pelas pessoas, identificar o que é problemático sobre os episódios e, então, especificar os mecanismos e processos que causaram esses aspectos problemáticos. [...]”<sup>9</sup>

Parece-me que a recente Teoria do Confronto é uma ferramenta adequada para a análise dos movimentos sociais – e inclusive de outros episódios que envolvem o confronto – nas mais diversas localidades, incluindo a América Latina.

Obviamente que este programa é muito mais complexo e, portanto, excessivamente amplo, visando nortear pesquisas de grande envergadura, o que não é o caso deste artigo. De qualquer forma, creio que vale ressaltar que essa teoria pode contribuir de maneira significativa com as pesquisas sobre movimentos sociais.

Por este motivo, utilizarei neste artigo alguns aspectos da Teoria do Confronto. Desconsiderarei toda a parte negativa do programa citado, e levarei em conta apenas alguns dos aspetos positivos. Buscarei conceituar o que são mecanismos, processos e as relações entre eles.

## Definindo mecanismos e processos

Para o método de análise escolhido, é necessário definir mecanismos e processos.

“*Mecanismos* são tipos de eventos que alteram as relações entre conjuntos específicos de elementos de maneira idêntica ou bastante similar em diferentes situações.

*Processos* são seqüências regulares desses mecanismos que produzem transformações similares (geralmente mais complexas e eventuais) desses elementos.”<sup>10</sup>

Desconsiderarei aqui os *episódios*, que são os conjuntos de processos e dão corpo a movimentos coletivos amplos. A meu ver, essa categoria é mais adequada para explicar movimentos de maneira mais geral, e não processos internos aos movimentos, o que é aqui o caso.

McAdam, Tarrow e Tilly<sup>11</sup> sugerem que os mecanismos podem ser de três tipos: *relacionados ao meio*, que refletem as influências externas e que afetam a vida geral; *cognitivos*, que se manifestam na alteração das percepções individuais e coletivas; e *relacionais*, que se dão a partir das relações entre pessoas e grupos de pessoas. Portanto, os mecanismos envolvem o meio (relações econômicas, políticas e ideológicas-culturais), o indivíduo (a forma com que esse indivíduo vê o mundo) e a interação entre indivíduos e o meio, de maneira mais ampla.

Quando os mecanismos são concatenados com outros, surgem os processos, que são “cadeias causais, seqüências e combinações de mecanismos que ocorrem freqüentemente”.<sup>12</sup>

A partir dessa noção de mecanismos e processos, tentarei identificar os principais mecanismos que são responsáveis pelos processos de burocratização dos movimentos sociais. Em seguida, tentarei

propor “contra-mecanismos” que resultem em “contra-processos” que poderiam desburocratizar os movimentos, oferecendo saídas ao problema da burocratização. Finalmente, tratarei de algumas problemáticas que envolvem as questões colocadas.

## MECANISMOS E PROCESSOS DE BUROCRATIZAÇÃO

### Os processos de burocratização

Para tentar identificar os processos de burocratização dos movimentos sociais, creio ser apropriado definir burocracia e burocratização.

“[O termo burocracia é utilizado para] indicar criticamente a proliferação de normas e regulamentos, o ritualismo, a falta de iniciativa, o desperdício de recursos, em suma, a ineficiência das grandes organizações públicas e privadas. [...] Uma organização burocrática é caracterizada por relações de autoridade entre posições ordenadas sistematicamente de modo hierárquico, por esferas de competências claramente definidas, por uma elevada divisão do trabalho e por uma precisa separação entre pessoa e cargo no sentido de que os funcionários e os empregados não possuem, a título pessoal, os recursos administrativos, dos quais devem prestar contas, e não podem apoderar-se do cargo. [...] Burocratização significa proliferação de organismos sem conexão com as exigências gerais da funcionalidade, acentuação dos aspectos formais e processuais sobre os aspectos substanciais com a conseqüente morosidade das atividades e redução das tarefas desempenhadas, sobrevivên-

cia e elefantíase de organismos que não desempenham mais alguma função efetiva e, finalmente, triunfo da organização – a burocracia – sobre suas finalidades.”<sup>13</sup>

A partir destas definições, é possível afirmar que a burocracia e a burocratização são definidas a partir de dois grandes processos:

- 1.) *Divisão do trabalho e hierarquia;*
- 2.) *Falta de eficiência, desperdício de recursos, excesso de processos e de estruturas.*

Ambos processos são responsáveis por criar a burocratização dos movimentos sociais. De forma esquemática, podemos visualizar essa afirmação da seguinte maneira:



Tentarei definir mais detalhadamente esses dois processos.

### 1.) Divisão do trabalho e hierarquia

A divisão do trabalho nos movimentos sociais acontece quando há a separação entre funções, reservando a cada militante somente um limitado conjunto de atividades que, na maioria dos casos, não

permite a ele o conhecimento de todo o trabalho que é realizado no movimento. A hierarquia existe quando há distintos níveis de autoridade: superiores e inferiores, uns com maior poder de deliberação do que outros, relação de dominação entre uns e outros.

A divisão do trabalho e a hierarquia podem se dar tanto dentro de um movimento social como entre o movimento e outros agentes/organismos. Juntas, a divisão do trabalho e a hierarquia constituem a separação entre o pensar e o fazer, entre o dirigir e o ser dirigido, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Por meio dessa separação, há aqueles que decidem os assuntos mais importantes do movimento, e que terão um desenvolvimento intelectual mais amplo, e outros que obedecem e que, por razão do excesso de trabalho que envolve baixo nível intelectual, tenderão a permanecer menos intelectualizados. Diferença que tende a manter a divisão do trabalho e a hierarquia, sempre com os mesmos indivíduos/grupos exercendo autoridade, em um círculo vicioso que fortalece cada vez mais quem detém as posições de autoridade e enfraquece o restante, a maior parte do movimento.

## **2.) Falta de eficiência, desperdício de recursos, excesso de processos e de estruturas**

Falar de eficiência no movimento social significa discutir a estratégia do próprio movimento. Envolve, portanto, discutir os objetivos e os caminhos para atingi-los – é, portanto, uma discussão de tática e estratégia. A eficiência envolve a capacidade de atingir os objetivos da maneira mais rápida e menos custosa possível, falando em termos dos mais diferentes tipos de recursos (incluindo humanos). A falta de eficiência ocorre geralmente por alguns motivos: objetivos mal-definidos, escolha de caminhos que levam a outros objetivos, diferentes dos estabelecidos, e/ou a transformação dos meios em fins.

Os recursos em um movimento social são de três tipos: *materiais*, envolvendo recursos financeiros e infra-estrutura; *humanos*, envolvendo a militância e os apoiadores; *organizativos*, com os espaços de coordenação/articulação. O desperdício desses recursos em um movimento implica que ele certamente terá resultados aquém do que poderia estar tendo. Dessa forma, para aumentar permanentemente seus resultados o movimento social deve pensar em como potencializar ao máximo seus recursos e fazer com que se convertam em ferramentas para atingir seus objetivos com eficiência.

Falar de excesso de processos e estruturas envolve também pensar a questão da eficiência. Um movimento social, para ser eficiente, tem de ter processos e estruturas na medida ideal, de maneira que não tornem a organização lenta, complicada demais de administrar ou que tragam dificuldade às tomadas de decisão. Isso não significa defender que os movimentos não devem ter processos e estruturas; estas são ferramentas imprescindíveis, mas não devem existir em excesso, de maneira a atrapalhar. Na realidade, eficiência, desperdício de recursos e excesso de processos e estruturas estão todos ligados; de maneira estratégica, a eficiência será o resultado de uma boa utilização de recursos e de uma adequação dos processos e das estruturas do movimento.

### **Os mecanismos de burocratização**

Esses dois processos de burocratização dos movimentos sociais surgem a partir de mecanismos de burocratização. Agrupados, os mecanismos dão corpo aos processos.

Para definir quais são os mecanismos que se evidenciam na prática, e que levam aos processos de burocratização, é importante

levar em conta o método de análise proposto pela Teoria do Confronto. Recordemos que ele é “amplo e dinâmico, sem estabelecer causas e conseqüências fixas, e leis gerais, que funcionariam de maneira ahistórica”. Portanto, esses mecanismos são dinâmicos e, podem, dependendo do contexto, além ser a causa dos processos de burocratização, ser também sua conseqüência, dando corpo a uma espécie de “círculo vicioso”; eles têm, também, relações com o contexto histórico dentro do qual estão inseridos. Recordemos que esses mecanismos podem ser gerados: pelo reflexo de influências externas (relacionados ao meio), pelas alterações de percepções individuais e coletivas (cognitivos) e pelas relações humanas (relacionais).

Assim, refletindo sobre o primeiro processo de burocratização (*Divisão do trabalho e hierarquia*), é possível afirmar que ele é gerado a partir de dois mecanismos fundamentais:

- a.) *Separação entre a base e a direção do movimento social;*
- b.) *Subordinação do movimento a instrumentos instituições, e/ou indivíduos externos.*

Sobre o segundo processo de burocratização (*Falta de eficiência, desperdício de recursos, excesso de processos e de estruturas*), é possível afirmar que ele é gerado a partir de quatro mecanismos fundamentais:

- a.) *Falta de perspectiva de longo prazo;*
- b.) *Utilização de meios inadequados para os fins que se quer atingir;*
- c.) *Transformação dos meios em fins;*
- d.) *Desperdício de força social.*

De maneira esquemática, podemos visualizar essa relação entre os mecanismos e os processos de burocratização da seguinte maneira:



direção. Na realidade, o que vai determinar se as lideranças naturais atuam para o proveito do movimento ou para seu próprio proveito é a maneira como ela vai trabalhar e a relação que ela vai estabelecer com o movimento social.

A separação entre base e direção dentro de um movimento social pode ocorrer de duas formas: a primeira, quando o movimento escolhe deliberadamente uma estrutura orgânica hierárquica e estabelece níveis diferenciados de militantes, havendo relação de dominação entre eles; a segunda, quando as lideranças naturais vão se cristalizando e, geralmente por uma passividade da base, há uma separação, ainda que informal, entre a base e a direção; separação esta que se consolida paulatinamente em um modelo de organização forjado nas relações de dominação, ainda que isso não seja assumido formalmente.

Uma das práticas que reforça esta separação é quando o movimento opta por delegar funções a militantes sem utilizar o mandato imperativo, ou seja, os delegados, ao invés de responderem a uma instância da base, que deveria controlar a delegação, tomam as decisões por conta própria, de acordo com aquilo que acreditam ser melhor e não de acordo com aquilo que foi deliberado pela base. Há, nos casos em que não se utiliza o mandato imperativo, uma autonomia completa dos delegados em relação à base.

Outra prática que reforça a separação acontece quando as delegações, e as próprias funções dentro do movimento, não são rotativas; tende-se assim ao estabelecimento de funções diferenciadas e quem ficar responsável pelos trabalhos que exijam maior capacitação, envolvam contatos, articulações, formação etc. tenderá a capacitar-se cada vez mais e distanciar-se da base.

A principal divisão do trabalho em movimentos sociais hierárquicos é a separação entre a base e a direção. Ou seja, uma separação entre um grupo menor que dirige, planeja, pensa, organiza, comanda e controla e um grupo maior que é dirigido, executa, faz, é

organizado, comandado e controlado. É uma divisão semelhante ao que acontece no capitalismo entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Outras formas de divisão do trabalho, ainda que não tenham a hierarquia, tendem a criar funções especializadas e manter os militantes sempre nas mesmas funções, impedindo, com freqüência, um conhecimento geral das atividades e das lutas do movimento. Quando isso acontece, não há uma educação que se amplie no fazer cotidiano e a alienação pode ser constante. Cada militante ou grupo executa sempre as mesmas tarefas ou conjuntos de tarefas e deixa de lado aquilo que é realizado pelos outros; perde, portanto, a noção da totalidade do movimento, a visão estratégica.

#### **b.) Subordinação do movimento a instrumentos, instituições e/ou indivíduos externos**

O mecanismo descrito como separação entre base e direção se dá dentro do movimento social, mas há um outro mecanismo que contribui para os processos de burocratização, ocorrendo nas relações entre o movimento social e instrumentos, instituições, e/ou indivíduos externos a ele. Se no primeiro caso, a ameaça está dentro do próprio movimento, neste caso ela está fora dele. Ainda assim, não são mecanismos excludentes e podem ocorrer concomitantemente.

A subordinação do movimento social acontece quando ele se coloca sob relação de hierarquia e dominação. Da mesma forma que na separação entre base e direção, essa relação de subordinação coloca o movimento na posição de subjugado, em relação a agentes/organismos externos a ele.

Um caso muito comum é o da relação entre movimentos sociais e partidos. Sejam esses partidos revolucionários ou reformistas,

neste caso, eles colocam-se sobre os movimentos sociais, constituindo, de fato, suas direções. Independente do motivo disso acontecer – pode ser por uma concepção ideológica de que o movimento social só tem capacidade de realizar lutas de curto prazo, e que a consciência lhe deve ser trazida de fora, ou por posições mais pragmáticas, de angariar apoiadores e votos para uma campanha eleitoral, entre outros –, o fato é que o movimento social passa a não ter mais capacidade de autodeterminação; não decide mais sobre aquilo que lhe diz respeito: seus objetivos, seus meios de luta, suas alianças, etc. Nesta relação de subordinação do movimento em relação ao partido, o movimento atua em proveito de interesses alheios, diferentes dos seus.

Não é só em relação aos partidos que os movimentos sociais podem estar subordinados. Isso pode ocorrer na relação com o Estado, ONGs, empresas privadas, igrejas, sindicatos ou mesmo individualidades. São comuns casos em que movimentos sociais aproximam-se de governos de esquerda, que lhe prometem maior espaço dentro da institucionalidade, casos em que movimentos relacionam-se com ONGs e, por questões de formação, financiamento etc. terminam perdendo a autonomia e passam a funcionar em torno do interesse desses terceiros. A mesma coisa acontece em relação às empresas com financiamento de projetos, igrejas buscando fiéis, sindicatos burocratizados em busca de base etc.

Finalmente, não tão comum quanto os outros, é a subordinação de todo um movimento a pessoas, pelos motivos mais diversos – poder alcançado por controle de recursos, capacidade profissional (advogados, por exemplo), ameaça e medo dos outros etc.

Enfim, este mecanismo é similar à separação entre direção e base, com a diferença que, nesse caso, a subjugação é de todo o movimento social em relação a agentes/organismos externos a ele.

## Os problemas da divisão do trabalho e da hierarquia

Separação entre base e direção e subordinação do movimento social a agentes/organismos externos são mecanismos que ocasionam um processo de burocratização e têm efeitos perversos. Com a divisão do trabalho e a hierarquia, independente se o movimento é analisado internamente, ou a análise se dá em torno das suas relações com agentes/organismos externos, pode-se afirmar que, em ambos os casos, há uma direção, que pode estar dentro ou fora do movimento, e uma base, que pode estar dentro do movimento ou ser o próprio movimento, como um todo.

A partir desses mecanismos, é comum identificar a independência e a autonomia da direção, em relação às tomadas de decisão, sendo as bases cada vez menos envolvidas. A direção delibera e passa as orientações, ainda que em assembleia, para a base, que somente executa essas deliberações.

As assembleias, dessa forma, não são espaços privilegiados em que todo o movimento expõe suas posições e toma suas decisões; tornam-se espaços de informes, daquilo que a direção (a minoria) deliberou, e que será executado pela base (a maioria). Nesse modelo, as decisões são tomadas “de cima para baixo”, e uma minoria decide em nome da maioria, muitas vezes a partir de interesses distintos.

Ambos os mecanismos, neste caso, criam dependência e subserviência da base, minam sua iniciativa e sufocam sua espontaneidade natural. Ocasionalmente prejudizam para a base, que é criada para obedecer e executar. Num círculo vicioso, a passividade gera passividade, tendendo a afastar cada vez mais a base dos processos do movimento e do próprio movimento: é comum, em algum tempo, o movimento passar a ser constituído praticamente só pela direção, com a base contando em número, mas não em participação efetiva. A passividade disseminada na base faz com que ela não se interesse

pelos assuntos do movimento, não possua iniciativa e nem capacidade crítica, incluindo a criação de mecanismos de controle da direção.

Separada da base, a direção se cristaliza e gosta cada vez mais dos privilégios que a posição oferece: autoridade moral, benefícios financeiros, poder em relação a outros etc. Com o tempo, não quer mais perdê-los, passando a atuar mais para a manutenção desses privilégios obtidos, do que para os objetivos do movimento. Um problema que se agrava ainda mais quando o emprego do militante é a militância no movimento, ou seja, quando sua fonte única/principal de renda vem da realização de atividades no movimento.

Além disso, a direção, envolvida cada vez mais freqüentemente com gestores de empresas, membros da burocracia do Estado, direções partidárias etc. – em processos de negociação, por exemplo – tem contato com uma vida diferente, convive com pessoas diferentes, membros de outras classes, e é natural que tenda a se sentir cada mais afastada da base e, assim também, do movimento. É freqüente que não queira mais o trabalho de base do dia-a-dia e prefira as discussões burocráticas, os almoços de negociações, a gestão de amplos recursos, a convivência com uma realidade distante daquela que lhe deu origem. Com algum tempo nessa posição, a realidade do movimento, fundamentalmente a da base, não lhe pertence mais. A direção, enfim, pertence à outra classe, diferente daquela da base do movimento e, portanto, possui aspirações, valores e interesses distintos, sendo natural que reproduza dentro do movimento um processo de dominação, que passa a ser de classe. Os privilégios passam progressivamente a ser fonte de um medo cada vez maior da direção, que teme processos que os ameacem e a retire dessa posição.

## Mecanismos geradores do processo 2.) *Falta de eficiência, desperdício de recursos, excesso de processos e de estruturas*

### a.) *Falta de perspectiva de longo prazo*

Este mecanismo implica a discussão de objetivos dos movimentos sociais. De maneira simples, poderíamos dividir os objetivos naqueles de curto e de longo prazo. Os objetivos de curto prazo são aqueles que o movimento deve buscar em um pequeno espaço de tempo e os de longo aquilo que devem ter como horizonte, como projeto para ser atingido em um grande espaço de tempo.

Nos movimentos sociais, é natural que existam os objetivos de curto prazo, pois geralmente é em torno da luta por esses objetivos que se forma o movimento. Objetivos de curto prazo envolvem: a conquista de moradia, para um movimento de sem-teto; a ocupação de uma terra sem função social e o estabelecimento de um assentamento, para um movimento de sem-terra; a conquista de planos assistenciais e de emprego para um movimento de desempregados; a conquista de melhorias para o bairro para um movimento comunitário; o aumento das bolsas para alunos pobres em universidades, para o movimento estudantil. A lista é interminável.

Para o movimento sindical, especificamente, o objetivo de curto prazo fundamental é a defesa dos trabalhadores, naquilo que diz respeito à manutenção de seus direitos conquistados e da ampliação desses direitos. Ou pelo menos o objetivo deveria ser esse.

Discutir objetivos de curto prazo já traz um problema: ainda que diversos movimentos tenham objetivos concretos de curto prazo, e saibam, portanto, para onde caminhar, no que diz respeito ao imediato, tratar especificamente do movimento sindical possibilita afirmar que a maior parte dele, ainda que na retórica afirme esses objetivos, na prática já os abandonou. Nesses casos, que cons-

tituem maioria, nem mesmo existem os objetivos de curto prazo, já que diversos sindicatos e centrais estão completamente comprometidos com os patrões, com o Estado e com os partidos políticos, obviamente em detrimento dos trabalhadores.

O problema se aprofunda na discussão dos objetivos de longo prazo. Ou seja, finalmente, onde querem chegar os movimentos? Se a maior parte dos movimentos sociais, excluindo os sindicatos, está formada a partir dos objetivos de curto prazo, também é verdade que a maioria não possui objetivos ou perspectiva de longo prazo. Para essa maioria, a conquista imediata é o fim: conquistando a moradia termina a luta, conquistando terra termina a luta, e assim por diante.

Isso permite considerar esses movimentos reformistas, já que seu fim último encontra-se com a realização dos objetivos de curto prazo dentro do capitalismo. No caso do sindicalismo, se a grande maioria não tem sequer objetivos de curto prazo, o que dizer da perspectiva de longo prazo...

Sem a perspectiva de longo prazo, os movimentos não possuem um “norte”, que os permite caminhar com certa unidade. E a falta deste “norte” faz com que o movimento torne-se um verdadeiro barco sem bússola que, com freqüência, gira em torno de si mesmo sem conseguir avançar. A falta de perspectiva de longo prazo faz com que os movimentos girem em torno de si mesmos, contribuindo com os processos de burocratização.

### **b.) Utilização de meios inadequados para os fins que se quer atingir**

Pensando de maneira estratégica, é possível afirmar que são os meios que conduzem aos fins. Utilizando uma metáfora, pode-se afirmar que se queremos ir para o Rio de Janeiro, saindo de São Paulo, não adianta pegarmos uma estrada que vá para Curitiba. Se

pegarmos a estrada para Curitiba, chegaremos em Curitiba e não no Rio de Janeiro.

O raciocínio pode parecer ingênuo, mas não é. Ele aponta conceitos básicos em torno da discussão de estratégia e tática: os objetivos estratégicos devem determinar a estratégia e esta deve determinar as táticas. Portanto, a realização das táticas deve contribuir com o avanço da estratégia e com a aproximação dos objetivos. Um movimento social que não consegue atingir seus objetivos, como já colocado, é um movimento que não possui eficiência.

Diversos equívocos nas escolhas dos meios utilizados pelos movimentos sociais os têm conduzido a fins distintos daqueles que haviam sido planejados ou daqueles que deveriam, de fato, ser os seus fins.

Muitas dessas escolhas equivocadas de meios ocorrem por razão de uma concepção que entende que é possível organizar um movimento social utilizando todos os meios disponíveis e forjados pela sociedade presente – ela própria geradora de contradições que deram origem aos movimentos. Dessa maneira, muitos movimentos vêm incorporando meios da atual sociedade, tais como instrumentos, práticas, valores, imaginando que, com a sua utilização, seja possível chegar a uma nova sociedade.

O Estado talvez seja um dos aspectos mais evidentes. O atrelamento dos movimentos sociais ao Estado – aconteça ele vindo de cima, com leis que façam essa vinculação, como no caso do movimento sindical, ou sendo buscado pelo próprio movimento – significa juntar-se a um instrumento que faz parte do capitalismo. O Estado não é uma estrutura política independente e neutra em relação à economia capitalista e suas relações. Ele faz parte do capitalismo e, junto com outros elementos que constituem a esfera política (militares, jurídicos), a esfera cultural e ideológica e a esfera econômica, dão corpo à sociedade presente.

Atrelando-se ao Estado, os movimentos sociais atrelam-se a um dos instrumentos que é causa do surgimento do próprio movimento social; portanto, é uma aliança com o inimigo. Nesse processo de atrelamento do movimento ao Estado, é comum que o movimento passe a oferecer quadros para a gestão do aparelho burocrático do Estado, afastando-se da luta e fazendo o movimento funcionar em razão das demandas burocráticas do Estado, e não mais das suas próprias demandas. Processo semelhante ao que se dá quando o movimento adota uma estratégia eleitoral, visando eleger candidatos para o Estado para, daí, empreender a luta, de dentro da institucionalidade do Estado. É comum que tanto nos momentos de eleição como em outros, o movimento vire uma máquina para conseguir quadros, fazer propaganda, disputar votos, afastando-se das suas lutas, que terminam virando bandeiras secundárias, atrás dos interesses político-eleitorais.

Mas não é somente quando o movimento considera o Estado como um meio que esse mecanismo toma corpo. Há diversas outras práticas que utilizam como meio elementos da atual sociedade: quando o movimento herda do capitalismo sua forma de organização, utilizando a divisão do trabalho e a hierarquia (gerando direção e base com as implicações já comentadas); quando o movimento estimula internamente as práticas individualistas, em que cada um é responsável somente pelas suas coisas, quando há competição entre militantes, não há espaços coletivos de interação; quando o movimento passa a obter formas de financiamento que lhe atrelam a outros interesses e lhe tiram a autonomia; quando o movimento perde-se na gestão de altas somas de dinheiro, tornando-se a gestão da máquina do movimento mais importante que o movimento (fundamentalmente no movimento sindical); quando se perde a capacidade de crítica e autocrítica e, portanto, não se reflete sobre os problemas e sua superação para avançar; quando comportamentos e relações da sociedade presente se instalam den-

tro dos movimentos, pela valorização da produtividade, a falta de solidariedade, as listas de presença, os sistemas “meritocráticos” de pontuação etc.

Todos estes meios, que pertencem à lógica da sociedade presente, impulsionam os movimentos para fins que não condizem com seus objetivos. Se os movimentos sociais são gerados pelas contradições dessa sociedade, a utilização de seus meios não conduzirá o movimento à resolução de seus problemas, e muito menos dessas contradições. Meios que são gerados e sustentados para dar continuidade à forma existente da atual sociedade, ao serem utilizados pelos movimentos, levam a fins que, longe de resolver seus problemas, tenderão a acentuá-los.

### **c.) Transformação dos meios em fins**

Diferente do mecanismo anterior, em que determinados meios conduzem a fins inadequados, a transformação dos meios em fins constitui um outro mecanismo que se evidencia quando os meios escolhidos pelo movimento social, que deveriam constituir os caminhos para levar a um fim determinado, transformam-se nos próprios fins.

Quando este mecanismo evidencia-se na prática, o movimento social não atinge nem mesmo seus objetivos de curto prazo, pois anda em círculos. As atividades realizadas, que deveriam reunir os recursos adequados e escolher os melhores caminhos para a luta, na realidade, passam a ter por objetivo sua própria manutenção, afastando a militância da busca pelos objetivos e, nos casos mais graves, da própria luta do movimento.

Há, na realidade, uma série de meios que os movimentos utilizam para atingir seus fins, dentre eles os recursos – materiais (financeiros e infra), humanos (militância e apoio) e organizativos (espaços

de coordenação/articulação) – e os próprios caminhos escolhidos para a luta.

Meios transformam-se em fins em um movimento social quando diversas atividades passam a ter prioridade sobre a luta e a mobilização pelas reivindicações, em torno das quais se organizou o movimento: o esforço para conseguir/manter/aumentar os recursos materiais do movimento (dinheiro e infra); militantes sustentados por cargos remunerados e, como empregados, seu interesse em manter os empregos; a manutenção de processos e estruturas do movimento; a gestão dos recursos e dos espaços organizativos; as trocas de favores para conseguir maiores recursos etc.

Além desses fatores, que possuem relação com os recursos, este mecanismo também diz respeito aos caminhos escolhidos pelo movimento social. Quando o movimento aproxima-se do Estado, muitas vezes incorporando-se nele e acreditando que sua função é a gestão do aparelho do Estado; a participação nos processos político-eleitorais, envolvendo a maior parte do esforço do movimento na organização e na realização de campanhas para candidatos; os projetos de construção político-partidária e mesmo a utilização do movimento tão-somente como fonte de votos ou quadros para partidos; acordos com capitalistas que muitas vezes beneficiam quem negocia em detrimento dos outros; projetos de poder (conquista/manutenção) que dão privilégios a alguns poucos em detrimento da maioria. Há certamente muitos outros exemplos.

O que quero evidenciar, ao tratar deste mecanismo, é a escolha de meios que, pela sua própria dinâmica, tendem a perpetuarem-se como fins em si mesmos, a partir da reprodução das tarefas do dia-a-dia, que se sobrepõem à luta e à mobilização do movimento. O objetivo do movimento torna-se conseguir ou gerir recursos, defender o próprio emprego (no movimento), gerir o Estado (e conseqüentemente intermediar o processo de luta de classes), eleger

políticos, fortalecer partidos, conquistar e manter-se no poder etc. Em suma, faz-se de tudo, menos aquilo que o movimento social se dispôs a fazer: buscar conquistas reais para problemas reais.

#### **d.) Desperdício de força social**

Pode-se afirmar que um movimento social precisa aproveitar seus recursos da melhor forma e ter processos e estruturas que condigam com as suas necessidades reais, visando aumentar permanentemente sua força social, ou seja, sua capacidade de, no jogo de forças da sociedade, conseguir atingir seus objetivos.

O desperdício de força social acontece quando os recursos não são utilizados da melhor maneira possível: quando a base é subjugada pela direção e tem todo o seu potencial perdido; quando o movimento opta somente pela quantidade e não pela qualidade da militância; quando o movimento é sectário, e não consegue se relacionar com um conjunto amplo de indivíduos, grupos ou outros movimentos, privando-se das alianças; quando tem gastos desnecessários e/ou corrupção; quando estruturas organizativas são subutilizadas; quando há excesso de processos e estruturas, pessoas fazendo o que não é necessário, pouca gente envolvida com atividades importantes (trabalho de base, por exemplo) etc. Com esses desperdícios, o movimento social limita seu acúmulo de força social e perde em capacidade de atingir seus objetivos.

No entanto, evitar o desperdício de força social não significa pensar no movimento como uma empresa e utilizar meios que aparentemente aumentam sua força social (estrutura hierárquica, divisão do trabalho, etc.). As estruturas de movimentos sociais que se baseiam em empresas privadas (como alguns movimentos sociais dos EUA, por exemplo) vêm mostrando que, a “racionalidade capitalista” aplicada nas lutas conduz muito mais à perda, do que ao ganho de força social dos movimentos, e, portanto, deve ser

descartada. Afinal, buscar potencializar a força do movimento envolve uma preocupação necessariamente com o que se colocou em termos de meios e fins.

### **Os problemas que envolvem meios, fins e desperdício de força social**

Na realidade, todos os apontamentos feitos partem de algumas premissas: que os movimentos sociais são constituídos a partir de situações que envolvem disputa de poder e dominação de uns setores por outros; que esses movimentos, assim, têm por objetivo de curto prazo conquistas que podem se dar nas diferentes esferas (econômica, política e ideológica-cultural), acabando ou ao menos minimizando os efeitos dessa dominação; que esses movimentos, enquanto não superarem a lógica da sociedade presente, continuarão a existir em maior ou menor medida; que, portanto, os movimentos devem apontar para uma transformação da sociedade presente e que, por isso, constituem em si mesmos o germe da sociedade futura.

A partir destas premissas é possível afirmar a necessidade de determinadas condições teóricas e práticas dos movimentos sociais, que consigam dar a eles a capacidade de realizar esta dupla função: a luta de curto prazo para a solução das situações mais evidentes que lhes deram origem e que tem por objetivo as conquistas imediatas e, em um segundo momento, a continuidade da luta, as alianças e uma radicalização que aponte para uma transformação social radical e a superação da ordem atual das coisas na atual sociedade – ou seja, um processo revolucionário.

Os processos de burocratização constituem um entrave para o desenvolvimento de um projeto revolucionário.

Os mecanismos de burocratização que envolvem meios, fins e desperdício de força social contribuem significativamente com a

burocratização. Como coloquei, a questão dos objetivos dos movimentos é central para o desenvolvimento de suas atividades e a situação atual é complicada. Se por um lado a falta da perspectiva de longo prazo na grande maioria dos movimentos prejudica um processo de transformação mais amplo, nem mesmo os objetivos de curto prazo existem, para além da retórica, em vários desses movimentos.

Sem objetivo não há estratégia e tática e, por conseqüência, não há condições de avanço do movimento social. Se não há objetivos, não há conquistas e o movimento perde sua razão de existir. Ainda assim, se existem objetivos de curto prazo, mas não existe uma perspectiva de longo prazo, os movimentos caem inevitavelmente em uma lógica de reformismo e corporativismo que impede uma transformação social que ataque mais diretamente as raízes do sistema que origina as diferentes dominações.

Juntamente com a reflexão sobre os objetivos, é necessária uma discussão sobre meios e fins. Os meios escolhidos apontam para os fins desejados? Aspectos que deveriam ser os meios do movimento estão se tornando fins em si mesmos?

Essas questões não podem ser evitadas, já que a escolha de meios equivocados levará, necessariamente, a fins equivocados, ou mesmo a nenhum fim. A utilização de instrumentos, práticas e valores da sociedade presente, o atrelamento ao Estado, a priorização das eleições, a transformação das tarefas do dia-a-dia em fins são fatores que levam o movimento a não conseguir suas conquistas. E mais: impedem-no de conseguir desenvolver um projeto de longo prazo de construção de uma nova sociedade.

O desperdício de recursos necessariamente significa perda de força social e, quanto mais ele ocorre, menos o movimento tem capacidade de luta. Portanto, também é um fator importante no processo de burocratização, que se coloca como entrave para as lutas de curto e longo prazo dos movimentos.

Finalmente, é necessário colocar que a reflexão dos movimentos sociais, levando em conta essa dupla função colocada, deve considerar, criticamente, a relação entre meios e fins e a necessidade permanente de aumento de força social do movimento social.

## O PROGRAMA ANTIBUROCRÁTICO E O PROJETO DE PODER POPULAR

Como já coloquei, os processos de burocratização constituem um entrave para os movimentos sociais, em todos os níveis: para as lutas de curto prazo e para os projetos de longo prazo. Ao buscar dotar os movimentos sociais da dupla capacidade de luta pelas questões imediatas e pela construção de um projeto de transformação, combater a burocratização é uma tarefa das mais importantes.

Tendo identificado mecanismos e processos de burocratização, torna-se possível, visando desburocratizar os movimentos sociais, a elaboração de um “programa antiburocrático”, que contraponha esses mecanismos e processos, por meio da promoção de “contra-mecanismos” e “contra-processos”, capazes de modificar a lógica burocrática. Esse programa, portanto, pode ser estabelecido a partir de contra-mecanismos que levem a contra-processos e, conseqüentemente, possam desburocratizar os movimentos sociais e construir o que chamo de poder popular.

É possível afirmar que há dois contra-processos fundamentais, que podem contrapor os processos burocráticos. São eles:

1. *Horizontalidade e conhecimento do processo de luta;*
2. *Eficiência por meio de bom aproveitamento de recursos e estruturas/processos adequados.*

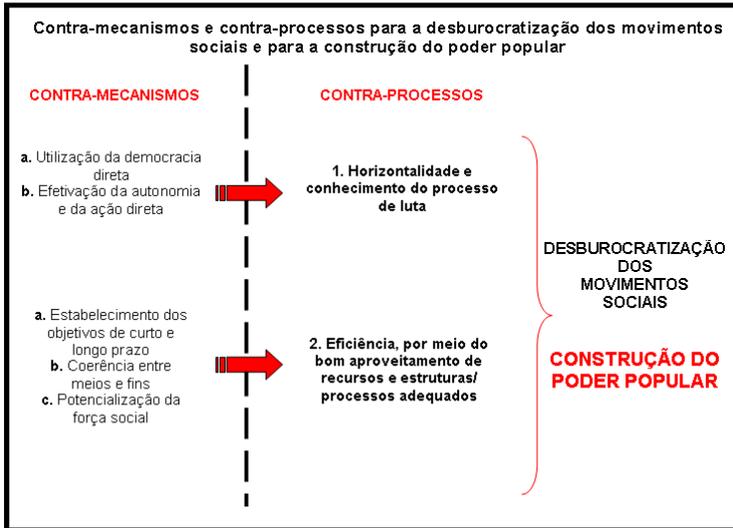
Dois contra-mecanismos fundamentais conduzem a esse primeiro contra-processo (*Horizontalidade e conhecimento do processo de luta*):

- a.) *Utilização da democracia direta;*
- b.) *Efetivação da autonomia e da ação direta.*

Três contra-mecanismos fundamentais conduzem ao segundo contra-processo (*Eficiência por meio de bom aproveitamento de recursos e estruturas/processos adequados*):

- a.) *Estabelecimento dos objetivos de curto e longo prazo;*
- b.) *Coerência entre meios e fins;*
- c.) *Potencialização da força social.*

De maneira esquemática, podemos visualizar essa relação entre os contra-mecanismos e os contra-processos, apontando para a desburocratização dos movimentos sociais e a construção do poder popular, da seguinte maneira:



Tentarei, a partir dessa hipótese, definir de maneira mais aprofundada os cinco contra-mecanismos que dão origem aos dois

contra-processos em busca da desburocratização e da construção do poder popular.

### **Contra-mecanismos e contra-processos para a desburocratização**

#### **a.) Utilização da democracia direta**

A utilização da democracia direta em um movimento social significa o envolvimento de todos os seus militantes nos processos de tomada de decisão. As decisões são, portanto, tomadas de maneira igualitária e coletiva: todos possuem os mesmos direitos de voz e de voto em assembleias horizontais que abarcam a discussão e a deliberação de todos os assuntos do movimento.

Com a democracia direta em funcionamento, não há deliberações por indivíduos ou grupos fora das assembleias e nem hierarquias ou divisões que separam a direção da base do movimento. Dessa maneira, pode-se dizer que há, efetivamente, um sistema de autogestão que é responsável pelas decisões coletivas em assembleias soberanas, envolvendo todos os participantes do movimento.

Para que esse contra-mecanismo possa ser colocado em prática, é necessário que o movimento o incorpore organicamente e garanta sua execução. Ou seja, que se conforme um sistema e uma estrutura em que a democracia direta seja prevista, e seu funcionamento prático seja garantido no cotidiano. A democracia direta não acontece e nem se mantém espontaneamente, e, portanto, essa necessidade de ela ser prevista organicamente e de os militantes do movimento preocuparem-se com a sua plena execução, visando corrigir os desvios que a prática cotidiana e espontânea oferece. As lideranças naturais, por exemplo, devem ser estimuladas, mas a organicidade do movimento deve garantir que elas não se coloquem em posição de hierarquia e domínio em relação ao conjunto do movimento.

No entanto, com a democracia direta, não são todos os militantes, necessariamente, em todos os momentos, que devem decidir sobre todos os assuntos. A idéia básica da autogestão é que as pessoas implicadas nas conseqüências das decisões sejam, obrigatoriamente, envolvidas, já que essas decisões terão conseqüências diretas sobre elas. Assim, o primeiro aspecto é que aqueles que forem afetados pelas decisões devem ser priorizados, no que diz respeito ao envolvimento nos processos decisórios. O segundo aspecto é que há diversos casos em que não é possível realizar assembléias ou envolver um grande número de pessoas nas decisões e, para estes casos, a democracia direta prevê a delegação. Ainda assim, essa não é uma delegação em que o delegado tem completa autonomia para fazer o que quiser; sua autonomia é relativa, e ele deve prestar contas para a base que, de fato, é quem o controla – isso é o que se chama de mandato imperativo.

As delegações certamente são necessárias e é necessária a rotação para que diferentes militantes possam ser delegados para as várias tarefas a serem desempenhadas – mesmo quando essas tarefas são de coordenação, de planejamento ou mesmo de direção. A rotação de tarefas não precisa prever que todos façam tudo – ela precisa garantir que todos os militantes do movimento tenham um conjunto de atividades que será composto por funções que exigem menos e mais capacitação e, assim, cada um fará um pouco de trabalho mais penoso, menos confortável e menos instrutivo e um pouco de trabalho mais agradável e instrutivo, permitindo sua educação permanente e buscando, enfim, um nível semelhante entre o trabalho “manual” e “intelectual” para cada um dos militantes. Um terceiro aspecto é que as posições dos delegados são revogáveis, de acordo com as decisões que envolvem o julgamento da base. Portanto, a partir do momento que a base acreditar que alguém designado para uma função não está desempenhando seu papel da

melhor forma, ela pode ser retirada imediatamente da função e substituída por outra.

Um dos casos em que a delegação é necessária surge quando o movimento tem a necessidade de articulações mais amplas, com outros grupos, movimentos etc. e, neste caso, o federalismo prevê a delegação nesses moldes, permitindo um processo democrático que parte das bases e responde a elas na execução de políticas mais amplas.

### **b.) Efetivação da autonomia e da ação direta**

Efetivar a autonomia e a ação direta no movimento social significa afastar as ameaças externas no que diz respeito ao estabelecimento de relações de hierarquia e dominação por parte de instrumentos, instituições e/ou indivíduos. A relação de dominação existe quando se utiliza a força social do movimento para realizar objetivos que são diferentes daqueles do movimento.

O movimento possui autonomia quando ele tem capacidade de autodeterminação, e decide sobre aquilo que lhe diz respeito: objetivos, meios de luta, alianças etc. e atua em seu próprio favor e em proveito de seus próprios interesses. O movimento atua por meio da ação direta quando realiza a sua política sem utilizar as estruturas do Estado como meio, e, portanto, coloca os militantes do próprio movimento atuando, eles mesmos, na realização de sua política.

Pode-se dizer que um movimento social conseguiu efetivar a autonomia e a ação direta quando ele não está sendo subjugado por partidos políticos – sejam eles de direita ou de esquerda, revolucionários ou reformistas –, pelo Estado – em relações estabelecidas por iniciativa do Estado ou do próprio movimento –, por instituições de financiamento, ONGs, empresas, igrejas, sindicatos ou individualidades.

A questão que se coloca não é romper as relações com indivíduos, sindicatos, igrejas, ONGs etc., mas mantê-las na medida em que sejam positivas para o movimento e não interfiram nas suas tomadas de decisão.

Processos mais complexos se dão nas relações com o Estado e os partidos políticos. Deve-se convir que o Estado, ainda que seja um instrumento de dominação de classe, tem por objetivo dar continuidade ao sistema e intermediar a luta de classes, e é por isso que, algumas vezes, ele também responde às necessidades populares em detrimento dos capitalistas. Portanto, ainda que na maioria dos casos não seja assim, é possível usufruir de benefícios oferecidos pelo Estado e mesmo pressioná-lo, com objetivo de manter conquistas e realizar novas. Com os partidos, a questão se coloca na forma de sua relação com os movimentos; na maioria dos casos, nessa relação, os movimentos saem prejudicados, visto que a imensa maioria dos partidos tem por objetivo fazer dos movimentos sociais sua correia de transmissão. Quando o partido está dentro do movimento atuando em prol dele – situação de fato rara, pelas suas diferenças de objetivos –, isso não afeta sua capacidade de autodeterminação e, portanto, não ocasiona maiores problemas. No entanto, quando os partidos atuam no seio do movimento em proveito próprio – o que é mais comum –, eles minam sua autonomia.

A preocupação deve existir ao se constatar que nesta relação, o movimento está servindo como gerador de quadros para partidos que estão ou não no poder, quando faz campanhas eleitorais em vez de fazer luta, quando somente espera as medidas institucionais pelos canais formais do Estado e respeita completamente as regras do “Estado democrático de direito”, reforçando-o na realidade.

Finalmente, vêm as relações com empresas, que são ainda mais complicadas: o objetivo das empresas – obtenção de lucro – coloca-se em grande contradição com os movimentos sociais e, na maioria dos casos, afeta sua autonomia. Entretanto, há exceções, quando é

possível a um movimento usufruir de recursos de uma empresa sem perder autonomia, ainda que indiretamente essa autonomia possa estar sendo afetada. Por exemplo, se um movimento recebe financiamento da Nestlé e é convidado a ingressar em uma aliança na denúncia pelo consumo desenfreado de água por parte desta empresa em uma determinada localidade. O movimento aceitaria denunciar seu agente financiador?

Nesse sentido, a autonomia envolve também a capacidade de o movimento conseguir, prioritariamente, ser auto-suficiente, naquilo que diz respeito aos seus recursos financeiros. Um movimento autônomo possui formas de financiamento autônomas que não o atrelam a agentes financiadores com interesses diferentes dos seus. E dessa maneira, o movimento possui não só os recursos financeiros necessários para sua atuação, mas também a capacidade de atuar em seu próprio proveito, sem estar vinculado a agentes financiadores que podem utilizar o financiamento como forma de comprometer o movimento.

Em suma, movimentos sociais autônomos e que trabalham com a ação direta são aqueles que, independente de suas relações, conseguem atuar em seu próprio favor e não serem subjugados em relações de hierarquia e dominação.

### **1.) Horizontalidade e conhecimento do processo de luta**

Os dois contra-mecanismos: a.) *Utilização da democracia direta* e b.) *Efetivação da autonomia e da ação direta* tendem a este contra-processo, que é 1.) *Horizontalidade e conhecimento do processo de luta*.

A horizontalidade implica os mecanismos de democracia direta para a tomada de decisões, que são igualitárias (poder de decisão, nível de informação etc.) e coletivas. Envolvem, desta maneira, necessariamente aqueles que são implicados nas decisões e também

assembléias amplas, nas quais se busca a maior participação. Isso constitui um sistema de autogestão das lutas do movimento.

Não há, portanto, hierarquia e, conseqüentemente, relação de dominação e separação entre base e direção: o movimento, coletivamente, dirige, planeja, executa, pensa e faz: em suma, “manda obedecendo”. Todo o conjunto do movimento é estimulado e encorajado a tomar a frente nos processos que o envolvem, minimizando a passividade e estimulando o desenvolvimento e o engajamento coletivos.

A delegação e as articulações com a utilização do federalismo implicam mandato imperativo, rotatividade e revogabilidade de funções. Assim, ainda que alguns militantes se envolvam em atividades de coordenação, planejamento etc., essas funções serão temporárias, impedindo a cristalização e estimulando o desenvolvimento coletivo.

Estes são aspectos da horizontalidade que devem ser previstos organicamente e ser objeto de constante preocupação do movimento.

A horizontalidade, dessa maneira, envolve ainda: a autonomia do movimento social, no que diz respeito à capacidade de autodeterminação do movimento e sua atuação em favor de seus próprios interesses; e a atuação com base na ação direta, com a realização de política pelo movimento sem a utilização do Estado como meio e colocando os militantes como protagonistas da ação.

O conhecimento do processo de luta ocorre com a desalienação das relações dentro do próprio movimento, e quando não há divisão do trabalho cristalizada, fundamentalmente as que envolvem hierarquia. Ele acontece quando militantes estão implicados em diferentes tarefas, que exigem diferentes níveis de capacitação, e não ficam sempre realizando as mesmas funções, envolvendo-se em diversos espaços de discussão e conhecendo o máximo possível o que está fazendo o conjunto do movimento.

### a.) Estabelecimento dos objetivos de curto e longo prazo

Tratar dos objetivos de um movimento social implica dar uma resposta à pergunta: para que servem os movimentos sociais? Ao tratar da falta de objetivos como um dos mecanismos dos processos de burocratização, coloquei que os movimentos sociais formam-se a partir das contradições da sociedade e suas mobilizações e lutas se dão para a solução de um problema específico ou um conjunto de problemas que, juntamente com outros elementos, deram origem ao movimento. Coloquei também que a maioria dos movimentos sociais possui objetivos de curto prazo, que estão ligados às suas bandeiras de luta: moradia, terra, emprego, etc. com algumas exceções, notadamente no movimento sindical.

Para o estabelecimento de contra-processos que possam desburocratizar os movimentos sociais, é necessário voltar um passo atrás e pensar nos objetivos de curto prazo dos movimentos. São esses objetivos que têm por função agregar um conjunto de pessoas significativo para o movimento e que constituem as bases de suas reivindicações imediatas. Os objetivos de curto prazo precisam ser factíveis em um espaço relativamente curto de tempo, proporcionando vitórias ao movimento, pois um movimento não vive somente de derrotas.

Conforme coloquei, exemplos desses objetivos são: a “conquista de moradia, para um movimento de sem-teto; a ocupação de uma terra sem função social e o estabelecimento de um assentamento, para um movimento de sem-terra; a conquista de planos assistenciais e de emprego para um movimento de desempregados; a conquista de melhorias para o bairro para um movimento comunitário; o aumento das bolsas para alunos pobres em universidades para o movimento estudantil”; “a defesa dos trabalhadores, naquilo que diz respeito à manutenção de seus direitos conquistados e da ampliação desses direitos”, “para o movimento sindical” etc.

Um movimento precisa ter pelo menos os objetivos de curto prazo, se não quiser tornar-se um organismo burocrático, servindo somente à sua própria manutenção ou um movimento de bases muito reduzidas. São os objetivos de curto prazo que norteiam de maneira mais evidente as ações cotidianas do movimento.

No entanto, ainda que estes objetivos estejam estabelecidos, eles não são suficientes para acabar com o reformismo e o corporativismo e ampliar a luta dos movimentos, de maneira que seja possível uma transformação mais ampla e significativa da sociedade. Ou seja, somente com os objetivos de curto prazo, os movimentos não têm condições de atacar as raízes do sistema que os gera.

O estabelecimento dos objetivos de longo prazo vincula-se à idéia de que combater as conseqüências é importante, mas que se deve prever, de uma ou outra forma, o ataque às causas geradoras das contradições e dos problemas que, pelas disputas de poder, geram dominação. Para além das lutas de curto prazo, os movimentos sociais encarnam uma responsabilidade histórica de reunir as maiorias – o conjunto de subjugados nas relações de dominação na sociedade – e organizá-las para um processo de ruptura. Neste sentido, os movimentos sociais constituem o espaço que permite a organização popular que, a partir das necessidades concretas, pode avançar, crescendo em números e em vínculos orgânicos, nas alianças e na radicalização, e apontar para um projeto de transformação social revolucionária que supere a sociedade atual e consiga chegar ao socialismo.

Esse processo exige um ganho de consciência que é similar ao processo que se dá na mobilização de militantes para os movimentos: há um envolvimento com a luta e o ganho de consciência ocorre progressiva e paralelamente a ele. Dessa maneira, o estabelecimento e a busca dos objetivos de longo prazo exigem, ao longo do caminhar das lutas, a investigação das causas geradoras dos movimentos sociais e das próprias contradições da sociedade – o

que envolve uma reflexão mais ampla acerca das distintas formas de dominação. Essas investigações evidenciarão, pouco a pouco, juntamente com as experiências práticas das lutas, que as causas geradoras de todos os movimentos sociais possuem relação entre si e que, na realidade, estão ligadas às bases da sociedade atual. Se o problema não é setorial ou parcial, mas de todos os que sofrem relações de dominação dessa sociedade, será necessária uma atuação coletiva, envolvendo os diferentes setores oprimidos, por meio de amplas alianças, para o combate às raízes dos problemas, sem sectarismos ou corporativismos, visando a transformação da sociedade e a construção de uma outra.

Uma nova sociedade pautada na igualdade e na liberdade – o que entendo por socialismo –, a meu ver, deve constituir o objetivo de longo prazo dos movimentos sociais, se eles quiserem, de fato, atacar as causas, e não somente as conseqüências, da sociedade atual. E a discussão de que tipo de socialismo está se falando – levando em conta as experiências históricas – se faz mais do que fundamental. Tratando especificamente da burocracia, por exemplo, é possível afirmar que, muito do que se chamou “socialismo real” constituiu burocracias fortíssimas, sempre em detrimento do conjunto do povo oprimido. Por esse e outros motivos, é realmente relevante o debate acerca de que tipo de socialismo se coloca como objetivo de longo prazo.

## **b.) Coerência entre meios e fins**

Este contra-mecanismo parte do raciocínio estratégico já explicitado: “os objetivos estratégicos devem determinar a estratégia e esta deve determinar as táticas. Portanto, a realização das táticas deve contribuir com o avanço da estratégia e com a aproximação dos objetivos.” Assim, estabelecidos os objetivos, é necessário que se crie uma estratégia e que esta se desdobre em um conjunto de táticas

que, conjuntamente, nortearão todo o andamento do movimento social.

Considerando que o movimento social tem a dupla função de realizar as lutas de curto prazo e construir, a partir de suas práticas cotidianas, os caminhos para o objetivo de longo prazo, é necessário pensar em que medida os caminhos escolhidos para as conquistas imediatas estão aproximando o objetivo de longo prazo ou deixando-o mais distante.

As lutas de um movimento são uma escola e um germe da sociedade futura, e por isso, os meios a serem utilizados devem fortalecer este projeto socialista e antiburocrático. Certamente, nessa construção, são necessários novos instrumentos, valores, novas práticas, relações, que construam desde já, cotidianamente, essa nova sociedade. O movimento pode, para isso, incorporar, pouco a pouco, novos elementos que são distintos dos da sociedade atual: fim da divisão do trabalho alienante e da hierarquia, desestímulo ao individualismo, o incentivo aos processos que restabelecem os laços coletivos e a solidariedade, a utilização dos recursos como meios de se chegar aos objetivos e não como fins em si mesmos, o estímulo à capacidade de crítica e autocrítica construtivas, etc.

Ainda nesse sentido, o vínculo entre os movimentos sociais e o Estado e seus processos burocráticos tem de ser evitado, visto que, ainda que no curto prazo, isso signifique um avanço (com recebimento de alguns favores, recursos, aprovação de leis, projetos etc.), no longo prazo isso significa enfraquecer a luta pela utilização de um meio que afasta e desmobiliza – comprovado historicamente de maneira emblemática no caso do Partido dos Trabalhadores (PT). O que também significa a não-priorização das eleições como forma de realização da política, que deve se dar em torno das bandeiras do movimento e não da eleição de candidatos que façam a luta no lugar do movimento.

Para que os meios do movimento não se transformem em fins em si mesmos, é necessário clareza sobre os meios e os fins do movimento. Se o movimento despender mais tempo com a gestão de seus recursos e com a discussão dos meios de luta, certamente há um problema a ser superado. A prioridade de um movimento social deve se dar, necessariamente, em torno de sua luta e mobilização; os recursos, as tarefas do dia-a-dia do movimento etc. são meios que não podem se sobrepor aos objetivos ou tornarem-se fins em si mesmos.

### **c.) Potencialização da força social**

Conforme coloquei, os movimentos sociais surgem a partir de contradições da sociedade buscando “organizar uma força social que tem por objetivo modificar a relação de poder estabelecida; uma relação em que os poderosos impuseram sua vontade por meio da força social mobilizada, sobrepujando outras forças e constituindo, na maioria dos casos, uma relação de dominação, chamada [...] de ‘relações dominantes-subordinados’ e gerando confronto político”. Portanto, os movimentos sociais estão inseridos dentro da correlação de forças que envolve a política da sociedade e, portanto, para atingir seus objetivos, deve preocupar-se constantemente com o aumento progressivo de sua força social.

Mas o que é força social? É a energia que todo indivíduo, como agente social, possui e que pode aplicar para alcançar seus objetivos. Essa força varia de uma pessoa para outra, e também em uma mesma pessoa ao longo do tempo, havendo vários recursos para aumentar essa força e atingir os objetivos, sendo a organização um deles. O que estou defendendo neste artigo é um modelo de organização não-alienada, que se dá pela livre associação e que consegue multiplicar a força social coletiva, com um resultado que é maior do que a simples soma das forças individuais.

Relacionando essa necessidade de aumento progressivo de força social com os objetivos de curto e longo prazo colocados anteriormente, pode-se dizer que ao organizar setores não-organizados, os movimentos sociais aumentam sua força, aumento este que continua quando o movimento ganha adesões, melhora em organicidade, faz alianças etc. Esse aumento de força possui relação direta com os objetivos e as conquistas de curto e longo prazo. No que diz respeito ao curto prazo, quanto mais força social tiver um movimento, maior será sua capacidade de impor suas posições aos agentes dominadores, no jogo de forças da sociedade, e conquistar medidas em seu próprio favor. Em relação ao longo prazo, o aumento de força social é imprescindível na criação de uma ampla organização popular, fruto do crescimento e da radicalização dos movimentos sociais em aliança, apontando para uma transformação revolucionária rumo ao socialismo. Portanto, seja para os objetivos mais ou menos imediatos, o movimento social tem de preocupar-se permanentemente com o aumento de força social.

Para isso, é fundamental que os movimentos sociais aproveitem seus recursos da melhor maneira e tenham processos e estruturas que condigam com as suas necessidades reais, e que constituam meios adequados para os fins que ele quer atingir. Nesse sentido, há diversas práticas que podem potencializar os recursos dos movimentos e contribuir com os objetivos de curto e longo prazo. São elas: o envolvimento da base no movimento, aproveitando todo seu potencial; a preocupação tanto com a quantidade de militantes mobilizados, quanto com a qualidade desta militância; a busca de um campo amplo de relações e alianças; a gestão coletiva e otimizada dos recursos materiais, em que os responsáveis estejam submetidos a um rigoroso controle da base; o cuidado permanente visando evitar processos de corrupção que envolvem desvio de recursos, utilização desses recursos individualmente, etc., afastando imediatamente das posições de responsabilidade de controle de recursos

aqueles que atuarem em sentido contrário; a utilização das estruturas da melhor maneira possível, sem deixá-las inativas ou subutilizadas; o ajuste de processos e de estrutura do movimento às necessidades reais; o trabalho com a priorização de atividades, buscando envolver a maior parte da militância e de seu tempo em atividades mais relevantes e dedicando menos tempo e pessoas para questões secundárias ou de pouca relevância. Há certamente outras.

Todo esse raciocínio, no entanto, não pode desvincular-se, em momento algum, daquilo que coloquei em relação aos meios, fins e objetivos dos movimentos. Pois, pode ser fácil enganar-se pensando que a melhor maneira de gestão a ser aplicada em um movimento é a de uma empresa capitalista. Ainda que o aumento de força deva ser permanentemente buscado, ele não pode ocorrer ao preço de que sejam adotados meios inadequados para os fins pretendidos, ou mesmo ao preço do abandono dos objetivos de curto e/ou longo prazo. Por isso, toda a questão está em torno de conseguir uma maneira que ao mesmo tempo aumente a força do movimento e contribua no caminho que se quer seguir, rumo às conquistas parciais e à transformação social.

## **2.) Eficiência por meio de bom aproveitamento de recursos e estruturas/processos adequados**

Os três contra-mecanismos: a.) *Estabelecimento dos objetivos de curto e longo prazo*, b.) *Coerência entre meios e fins* e c.) *Potencialização da força social* tendem a este contra-processo que é 2.) *Eficiência por meio de bom aproveitamento de recursos e estruturas/processos adequados*.

Pode-se dizer que o movimento social é eficiente quando consegue atingir seus objetivos da maneira mais rápida e menos custosa possível, falando em termos dos mais diferentes tipos de recursos.

Portanto, os movimentos sociais eficientes são aqueles que possuem um conjunto estratégico: objetivos, estratégias e táticas, envolvendo curto e longo prazo. Com objetivos bem definidos em termos de curto (visando conquistas imediatas) e longo prazo (transformação social), devem subordinar-se a eles estratégias e, subordinadas a essas estratégias, táticas. Se esse conjunto estratégico for bem estabelecido, suas táticas levarão às estratégias e elas aos objetivos, em um esquema em que os meios condizem com os fins e conduzem a eles.

A potencialização da força social de um movimento, imprescindível para o caminho em direção a seus objetivos, pode ser conseguida com o bom aproveitamento de seus recursos (materiais, humanos e organizativos), estruturas e processos.

### **Construir o Poder Popular**

As hipóteses que busquei estabelecer e analisar com alguma profundidade estabelecem possibilidades de mecanismos e processos contrários àqueles que hoje geram a burocratização dos movimentos sociais contribuir significativamente com a sua desburocratização e com a construção do poder popular. Mas o que é poder popular? Para o estudo deste conceito, pode-se iniciar investigando brevemente os significados dos termos “poder” e “popular”.

O poder pode ser entendido como “a imposição da vontade de um agente através da força social que consegue mobilizar para sobrepujar a força mobilizada por aqueles que se opõem”.<sup>14</sup> Ele circula por todas as relações sociais: entre classes, grupos e pessoas que possuem relações e, portanto, está também ligado aos conflitos, sendo possível afirmar que nas relações sociais que envolvem conflito nunca há ausência de poder; se uma parte não tem poder, a outra necessariamente tem. Ainda que determinadas classes, gru-

pos ou pessoas tenham capacidade de realização, ou seja, ainda que, potencialmente, possam fazer algo, isso não significa necessariamente a constituição de uma força social e sua implicação em um conflito. O poder existe quando a capacidade de realização constitui-se em força social e essa força é aplicada em um conflito determinado superando as outras forças em jogo.<sup>15</sup>

Falar de popular implica trabalhar com uma determinada noção de classe, ou seja, de constatação, por meio da leitura da realidade, que a sociedade presente é constituída de diferentes classes sociais e, portanto, possui uma estrutura de classes. A categoria mais adequada para se trabalhar a noção de classe é, a meu ver, a de dominação. A sociedade presente é constituída por diversas relações de dominação, que se dão nos mais diversos âmbitos: econômico, político e cultural-ideológico. Essa noção de classe, que se baseia na categoria de dominação, não se restringe, à categoria de exploração econômica, ainda que esta esteja presente dentro do que entendo por dominação.<sup>16</sup> Relações de dominação, portanto, envolvem acumulação de capital e de propriedade privada, exploração do trabalho, riqueza/pobreza, imperialismo/colonialismo, governantes/governados, repressão jurídica e militar, acesso diferenciado à instrução e aos veículos de imprensa, opressões de gênero, de raça, de opção sexual etc.

A partir dessas relações é possível identificar dois amplos conjuntos em permanente contradição: as classes dominantes e as classes oprimidas – contradição que implica conflito e, conseqüentemente luta de classes. Um projeto popular, e, portanto classista, é aquele que se fundamenta no conjunto das vítimas das relações de dominação, tomando como base a exploração econômica (envolvendo, assim, trabalhadores assalariados, informais, precarizados e excluídos), mas estendendo-o às outras relações de dominação e incorporando-as, tanto em sua noção de classe, quanto em suas bandeiras de luta.

A partir dessas duas definições é possível afirmar que poder popular é a imposição da vontade das classes oprimidas, por meio da força social que elas conseguem mobilizar, a partir de sua capacidade de realização, aplicando-a na luta de classes, e superando as forças mobilizadas pelas classes dominantes.

Um projeto de poder popular tem por espaço privilegiado os movimentos sociais que proporcionam o espaço orgânico em que a capacidade de realização das classes oprimidas pode constituir-se em força social a ser mobilizada e aplicada no conflito de classes. Um caminho possível para que se possa chegar ao poder popular.

## 20 Teses sobre o Poder Popular

Toda a reflexão realizada anteriormente, em relação aos processos de burocratização e o possível programa antiburocrático, está vinculada intimamente à discussão sobre poder popular.

Pois acredito que o poder popular só pode existir a partir de uma prática antiburocrática dos movimentos sociais e, portanto, para sua construção, será necessário aplicar, na prática, tanto para a criação, quanto para o trabalho com movimentos já existentes, os contra-mecanismos e contra-processos explicitados.

Relacionando o poder popular com o programa antiburocrático proposto, a partir de alguns teóricos contemporâneos que desenvolveram teoria sobre o poder popular<sup>17</sup>, é possível elaborar algumas teses, que contribuem para sua compreensão, a partir da noção que defendo, e também para o entendimento de sua relação com o programa antiburocrático proposto.

1. Defender o poder popular implica reconhecer que a sociedade presente é uma sociedade de classes, separada entre classes dominantes e classes oprimidas, cujas relações de dominação forjam-se em seu seio e apontam para um processo de luta de classes perma-

nente, envolvendo questões econômicas, políticas e culturais-ideológicas.

2. Essa sociedade, conforme vem demonstrando a história, não caminha para a autodestruição e, portanto, é a vontade das classes oprimidas, organizadas nos movimentos sociais, que pode oferecer uma possibilidade de mudança na correlação de forças da atual sociedade.

3. Os movimentos sociais são espaços privilegiados de organização das classes oprimidas e, portanto, os organismos a partir dos quais essas classes poderão acumular força social e aplicá-la no conflito de classes, visando superar a força das classes dominantes.

4. Construir o poder popular implica, assim, desde já, organizar novos movimentos sociais e integrar movimentos já existentes, defendendo uma posição de fortalecimento permanente. E ele só poderá surgir e realizar-se com e pelo povo, enquanto classe.

5. Ainda que o poder popular seja um projeto de longo prazo (quando a força das classes oprimidas supera as forças das classes dominantes), ele começa a desenvolver-se e se fortalece a partir das experiências de mobilização e luta de curto prazo, forjadas sobre necessidades imediatas da população. Portanto, construir o poder popular exige uma atuação imediata e não de espera em relação a outros fatores que possam trazê-lo sem maiores esforços, pois é na sociedade presente que se desenvolve o embrião da sociedade futura.

6. O poder popular se fortalece na medida em que os movimentos sociais utilizam a democracia direta como método decisório, ao tomarem decisões de maneira igualitária e coletiva, fortalecendo a construção pela base, ou seja “de baixo para cima” ou “da periferia para o centro”, e acabando com as relações de dominação que existem dentro deles. Nesse sentido, a construção do poder popular

envolve um processo de democratização dos organismos de base, “um exercício da democracia solidária, de participação direta e de construção da consciência de classe”, que só tem sentido a partir de uma associação voluntária. Processo que se fortalece pelo exercício permanente da autogestão e do federalismo, em “organismos amplamente democráticos e participativos”, apropriando-se da política que privilegia a esfera do Estado.

7. O fortalecimento do poder popular se dá a partir de iniciativas que têm por objetivo dar protagonismo aos movimentos sociais, atuando pela ação direta – e, portanto, fora das instâncias da democracia representativa –, e com autonomia em relação a instrumentos, instituições e/ou indivíduos, sendo capaz de autodeterminação e de auto-sustentação.

8. Democracia direta, ação direta e autonomia são mecanismos que, nos movimentos sociais, criam horizontalidade, conhecimento e envolvimento com os processos de luta, e, por isso, fortalecem o poder popular.

9. Esses mecanismos permitem exercitar, no seio das lutas dos movimentos sociais, novas práticas, valores e sentimentos, que estimulam uma cultura popular que contribui com a consciência de classe – em um processo que surge a partir da luta das próprias classes oprimidas, de sua “práxis’ inovadora, lutas/reflexão, prática/consciência, erros/acertos” – e com diversas outras práticas diferentes daquelas estimuladas pela atual sociedade.

10. O poder popular constrói-se a partir de uma noção de dupla função dos movimentos sociais: as lutas pelas questões de curto prazo e a perspectiva de longo prazo e, portanto, envolve objetivos de curto e longo prazo. Assim, o poder popular cresce à medida que os movimentos sociais envolvem-se nas lutas imediatas e, superando a noção de curto prazo, são capazes de aliar-se com outros,

forjando as bases de uma ampla associação das classes oprimidas, atuando conscientemente em proveito próprio e buscando o socialismo.

11. As conquistas de curto prazo, que se poderiam chamar reformas, só contribuem com o poder popular na medida em que são conquistadas pelos movimentos sociais organizados pela base e, portanto, possuem função pedagógica ao estimular o conjunto da militância “pensar, propor e fazer o seu próprio destino e os destinos da comunidade, da região e de um país, respeitando-se as diferenças culturais e as individualidades”.

12. Assim, o socialismo só pode ser uma ideologia que surge dos movimentos sociais na construção do poder popular, envolvendo “lutas, mobilizações de amplos setores populares em resistência. Não é ciência, mas ideologia, e, portanto, envolve aspirações, valores e esperanças de classes, coletivos e povos oprimidos.” Assim, entende-se que “a ideologia não vem de fora, se produz no próprio seio das práticas, nas idéias e nos comportamentos que o povo vai realizando através de seus diversos enfrentamentos.” Esse socialismo só pode ser buscado a partir de uma perspectiva revolucionária, que necessariamente envolve a defesa do poder popular.

13. O poder popular como socialismo realiza-se plenamente “em uma nova sociedade de igualdade e liberdade, ou seja, uma sociedade em que o domínio não exista e as associações e organizações sejam voluntárias, não-alienadas e que não haja mais exploração e dominação; uma sociedade em que haja liberdade individual, mas que esta se dê dentro da liberdade coletiva.” E dessa forma, constitui-se como uma democracia popular, “um permanente exercício de construção de hegemonia da classe trabalhadora, o mais horizontal possível”.

14. Construir o poder popular implica uma reflexão crítica acerca dos meios a serem utilizados, pois eles devem necessariamente apontar para os fins escolhidos, ou seja, deve haver uma coerência entre meios e fins. Isso implica um trabalho coerente de escolha de objetivos (curto e longo prazo), de estratégias e táticas.

15. Meios equivocados levam a fins equivocados. Portanto, há “meios, orientações, uso de instrumentos, utilização de instituições, forma de organização de atividades sociais, que devem ser dispensados”. Utilizar a lógica do atual sistema significa ser incorporado por ele, já que os dispositivos atuais do poder vigente “absorvem, exprimem, fazem funcional o que entra em sua circulação”. O conjunto institucional atual está “cheio de produções constantes a favor de manter e reproduzir um tipo de ordem social. De manter a dominação. Não parece ser uma boa estratégia escolher as vias, os lugares e os trajetos que têm dono e o poder de imprimir seu selo ao que ali entra.”

16. “Usar todos os meios’ pode ser uma maneira efetiva de assegurar que não possa emergir nenhuma estratégia antagônica, portadora dos elementos de desestruturação do sistema vigente”. Assim, o caminho é “não entrar no núcleo duro do sistema com vistas à mudança” e, portanto, a atuação por meio dos mecanismos institucionais do Estado deve ser descartada.

17. Meios que contribuem para o desenvolvimento do poder popular devem necessariamente ser coletivos. Devem “criar novas formas de relações humanas, novas relações societárias, novas relações políticas”, cotidianamente, com foco em “como se orienta e concretiza o trabalho político e social permanente”. No seio das classes oprimidas são produzidas diariamente novas relações sociais, implicando mudanças culturais significativas, relações essas que devem contribuir com os meios de se construir o poder popular e

condizer com seus objetivos. Em suma, “se queremos liberdade, o nosso fazer tem que ser libertário”.

18. É, portanto, no seio das lutas que se constrói o poder popular e, por conseqüência “outro sujeito histórico, tanto no pessoal como coletivo”. Um sujeito que “não é determinado a priori, mas historicamente”, no seio das lutas dos movimentos sociais.

19. A construção do poder popular implica a necessidade de uma potencialização da força social dos indivíduos e dos movimentos sociais que nela trabalham. Envolve, portanto o “bom aproveitamento de seus recursos (materiais, humanos e organizativos), estruturas e processos”.

20. O estabelecimento de objetivos de curto e longo prazo, a coerência entre meios e fins e a potencialização da força social apontam para a eficiência dos movimentos sociais na construção do poder popular, por meio do bom aproveitamento de seus recursos, das estruturas e dos processos adequados.

## QUANDO A PRÁTICA IMPÕE SÉRIOS PROBLEMAS À TEORIA

Até aqui, o exercício realizado deu-se em termos essencialmente teóricos, ainda que considerando experiências práticas que contribuíram, fundamentalmente, com as reflexões sobre mecanismos e processos, contra-mecanismos e contra-processos que envolvem a questão da burocratização. Para isso, tentei buscar uma metodologia teórica em pesquisadores dos movimentos sociais e, a partir dela, pensar os mecanismos e processos de burocratização, principalmente identificando os “problemas” que a burocratização envolve. Posteriormente, realizei uma reflexão em relação aos con-

tra-mecanismos e os contra-processos que poderiam ser aplicados nos movimentos sociais para um processo de desburocratização e de construção do poder popular. Enfim, há um sistema teórico com hipóteses que podem ser sustentadas em teoria.

E deve-se reconhecer que a identificação dos problemas é um passo importante. Da mesma forma que a elaboração de idéias construtivas, forjadas em princípios, que possam oferecer uma solução e um rumo para a militância que atua nesse sentido. Entender o problema e propor uma solução.

Pois bem, esta de fato é uma tarefa relevante que, infelizmente, não vem sendo realizada pelos mais amplos setores da esquerda. Questões sobre a burocracia que deveriam ser vistas como entraves para os movimentos não são; problemas não são compreendidos como tais. Quando são, é também bastante freqüente a posição, também muito característica na esquerda, de criticar, mas de não ter uma solução para ser colocada em prática; o criticar pelo criticar, sem buscar um programa construtivo.

Ainda assim - quando a burocracia é entendida como um problema e se realiza a devida crítica, quando há um programa, ressaltando os aspectos construtivos a serem defendidos por pessoas, grupos, movimentos etc. -, a prática impõe sérios problemas à teoria. Há diversos setores que já perceberam que fazer pregações de princípios desenvolvidos em teoria - o chamado "principismo" - não é suficiente para resolver as questões do dia-a-dia.

A partir do momento em que se busca implementar um programa antiburocrático ou um projeto de poder popular, como esses colocados neste artigo, a complexa realidade das coisas traz desafios que o campo teórico não consegue prever completamente de antemão. Isso porque a teoria exige uma relação com a prática e vice-versa. Um programa antiburocrático e de defesa do poder popular pode ser elaborado em teoria, mas ele certamente possui relações e

absorve muito das práticas que se evidenciam nos movimentos populares. Da mesma maneira, a prática de um movimento social orienta-se por elementos teóricos. Com desenvolvimento das práticas, é possível melhorar a teoria, e com desenvolvimento de teoria, é possível melhorar a prática.

Essa relação dialética apresenta problemas que se colocam da prática para a teoria, ou seja, quando aquilo que está sendo proposto em teoria tem dificuldades para tomar corpo na prática pela própria lógica das coisas. E são algumas dessas questões colocadas pela prática que quero colocar. Se na teoria, aparentemente, um programa antiburocrático e um projeto de poder popular poderiam oferecer todas as soluções para o problema da burocratização dos movimentos sociais, na prática, há várias problemáticas envolvidas nisso.

Tentarei aqui descrever algumas delas com o intuito de compartilhar dificuldades em problemas práticos na atuação nos movimentos sociais. Não é minha intenção discutir todos os problemas que a prática impõe à teoria, mas somente compartilhar exemplos que, certamente, implicam uma discussão ampla e coletiva, com base em casos práticos, cujas diversas formas de se resolver esses problemas devem ser compartilhadas. As questões sem respostas colocadas ao final de cada assunto merecem atenção a meu ver, e experiências práticas distintas podem contribuir com a teoria e a prática das pessoas, grupos e movimentos que promovem programas antiburocráticos e defendem projetos de poder popular.

## **O envolvimento e a vontade da base**

Um programa antiburocrático e um projeto de poder popular exigem necessariamente a participação plena da base dos movimentos sociais. No entanto, a experiência prática vem demonstrando a imensa dificuldade em romper com os laços de dominação

da sociedade atual – que envolve enormemente aspectos culturais e ideológicos – que também se reproduzem dentro dos movimentos.

Se, de fato, muitas vezes há interesse por parte da direção em dominar a base, há, também em muitas outras, falta de envolvimento e de vontade da base, que de certa forma não só permite, mas delega realmente a militância à direção. Em muitos dos movimentos em que a força ativa da militância terminou reduzida à direção, isso ocorreu por razão de a base afastar-se da militância, de não querer se envolver nos processos decisórios, organizativos etc.

É possível perceber que há um círculo vicioso, em processo contínuo, no qual quanto mais se está dominado, mais a dominação se evidencia, e a vontade de se libertar dela diminui. Ou seja, dominação gera dominação e cultura de dominação, e dominação e cultura de dominação geram apatia e subserviência.

Processo identificado também em setores desorganizados da população, gerando imensa dificuldade na mobilização destes setores.

Portanto, o desafio aqui colocado é o seguinte. *Como envolver a base de movimentos burocratizados em processos de horizontalidade e conhecimento das lutas, ou mesmo mobilizar amplos setores dominados da população se, na grande maioria dos casos, não há envolvimento e nem vontade de envolvimento por parte da base e desses amplos setores da população?*

## **Relações e tomadas de decisão**

É certo que programas antiburocráticos e projetos de poder popular devam ter como aspectos centrais as relações que se dão dentro dos movimentos sociais, e que envolvem suas relações com outros setores da população, além dos processos decisórios. Nesse sentido, a criação de relações humanas diferenciadas, novas relações

societárias, relações políticas diferenciadas, sendo promovidas no dia-a-dia e dando sustentação a um mecanismo forte de democracia direta são imprescindíveis.

No entanto, o excesso de ênfase nas relações e na democratização dos processos decisórios pode levar a um extremo oposto, presente em diversos dos “novos movimentos sociais”, em que o movimento prioriza as relações e as tomadas de decisão, em detrimento das lutas. Ou seja, o movimento social termina sendo somente um espaço de convivência, quase que um falanstério fourierista, um “mundo dos sonhos” que não possui nenhum aspecto da sociedade presente. Sofre, exatamente por este motivo, por não conseguir participar, nem minimamente, do jogo de forças da sociedade e termina sendo um movimento voltado a si mesmo.

Nesse sentido, quando se utiliza a democracia direta sem os mecanismos de delegação, pode-se incorrer em discussões infundáveis para tomadas de decisão (o que se evidencia ainda mais em movimentos sociais que trabalham com o consenso), ou o que se poderia chamar de “democratismo”, quando todos os militantes são envolvidos em todas as decisões, mesmo naquelas sem nenhuma relevância. Afinal, não se deve perder de vista que o processo de decisão é um meio – ainda que bastante pedagógico – que tem por objetivo dar resoluções coletivas às questões cotidianas, que precisam ser resolvidas. Assim, movimentos que somente discutem sem tomar decisões, certamente terão problemas de eficiência, já que não conseguirão operacionalizar suas propostas.

Portanto, o desafio aqui colocado é o seguinte. *Como trabalhar as novas relações e a democracia direta dentro dos movimentos sociais sem que isso se torne um fim em si mesmo e comprometa a razão de ser do próprio movimento? Qual é a medida certa entre a busca dessas relações e processos democráticos e a eficiência das lutas do movimento?*

## Críticas e espírito construtivo

Outro aspecto relevante é que um programa antiburocrático e um projeto de poder popular exigem um espírito crítico e auto-crítico da militância, mas também um espírito construtivo.

São vários os setores antiautoritários da esquerda que, fundamentalmente por atuarem desorganizados e terem sido, por diversas vezes, vítimas de outros setores da esquerda mais organizada (geralmente autoritária e burocrática), desenvolveram uma forma de prática que se resume às críticas dos próprios movimentos que estão incluídos, buscando sempre um “foco de autoridade” para ser denunciado. Na maioria dos casos sem programas próprios, esses setores acostumaram fazer de sua militância um simples “denuncismo”, voltado para o próprio movimento e sem o espírito construtivo. Ou seja, a militância resume-se a identificar os “líderes”, os “autoritários”, os processos de poder sem legitimidade etc. Evidentemente que isso deve ser buscado e que deve haver autocrítica em relação a isso, mas o espírito crítico não pode, jamais, superar o espírito construtivo, que considera a crítica uma ferramenta para o desenvolvimento e o caminhar coletivo, que possui propostas, que motiva, que incentiva e que impulsiona o movimento social.

Portanto, o desafio aqui colocado é o seguinte. *Como balancear a capacidade crítica e autocrítica com o espírito coletivo, de maneira que se possa avaliar os próprios erros, os erros dos outros mas, de maneira construtiva, estimular a resolução dos problemas e o processo de constante desenvolvimento dos movimentos sociais?*

## Resultados da luta

Ainda que se defenda a autonomia e a ação direta, por uma série de motivos, há que se reconhecer que existem inúmeros casos em que a política pelos canais institucionais geram resultados para os

movimentos sociais. Por exemplo, quando, em uma conjuntura complicada, os advogados do movimento conseguem mais conquistas que as mobilizações de base, ou mesmo quando políticos, que atuam com o movimento, conseguem avanços maiores do que aqueles das lutas do movimento. Há muitos outros exemplos.

O fato é que, ainda que se reconheçam os problemas que poderão ser gerados pela atuação pelos meios institucionais do Estado, há certamente uma dificuldade na mobilização da base, quando a conjuntura dá exemplos a ela de que a organização do movimento social e suas lutas conquistam menos do que uma atuação institucional.

E a discussão dos resultados implica outros aspectos. Geralmente as lutas de curto prazo consomem completamente todos os recursos (incluindo humanos) dos movimentos. Portanto, tratar de objetivos de longo prazo implica em duas possibilidades: ou o movimento recusa o longo prazo e assume-se reformista, ou prega o socialismo como objetivo de longo prazo, colocando-se no campo revolucionário.

Ainda que o movimento social tenha um objetivo de longo prazo, se pela lógica dos fatos ele nunca consegue avançar para além das bandeiras de curto prazo, que diferença isso tem dos movimentos reformistas? Obviamente que, com a perspectiva socialista, esse movimento conseguirá mais conquistas de curto prazo e tenderá a avançar em conjunturas favoráveis. Mas, se no caso concreto, movimentos que defendem a transformação há anos e isso fica só na retórica, em que medida eles podem caminhar ainda que seja para o médio prazo? Seria o socialismo, nesses casos, somente uma forma retórica?

Portanto, o desafio aqui colocado é o seguinte. *Como mobilizar as bases em conjunturas que estejam favorecendo os meios institucionais? Como dotar os movimentos de objetivos de longo prazo e, o mais importante, como fazer com que caminhem neste sentido?*

## Recursos e motivação

É um fato notável que há falta de militantes nos movimentos sociais. E decorrente disso, é natural que aqueles envolvidos em sua luta terminem consumidos por ela. Hoje, qualquer militante de um movimento sabe que, se estiver disposto a levar a cabo as lutas desse movimento, terá de abrir mão de muita coisa na sua vida. No início, há motivação e, mesmo com esforços quase que sobre-humanos, parte significativa da militância permanece, ainda que alguns fiquem pelo caminho.

Uma questão muito séria é que, por esta precariedade de recursos, a sobrecarga gerada na militância é tamanha – física e psicologicamente falando – que dentro de alguns anos é comum o esgotamento e doenças como estresse, depressão, pânico etc. Ou mesmo uma sensação de impotência que afasta a militância da luta.

A falta de militantes que defendam posições antiburocráticas e de poder popular também sobrecarrega e, ainda que sem querer, gera burocracia. Em disputas permanentes com outros setores, esses militantes, honestos muitas vezes, tendem a conquistar posições no movimento (de direção, por exemplo) e não poder mais sair, pois não há militantes para assumir seu lugar e porque setores autoritários poderão tomar seu lugar e fazer com que todo o trabalho realizado seja perdido.

Portanto, o desafio aqui colocado é o seguinte. *Como resolver o problema da sobrecarga nos movimentos sociais, fazendo com que a dificuldade da luta tenha impactos menos significativos na motivação da militância? Como fazer nos casos em que setores antiautoritários conseguem espaços nos movimentos e vêem suas posições se cristalizarem por não poderem deixá-las sem abrir mão de todo um projeto em construção?*

## Discursos e realidade

Por diversos motivos, há movimentos sociais que assumiram, pelo menos em teoria, um programa antiburocrático e/ou um projeto de poder popular nos moldes aqui colocados. Portanto em teoria, ou seja, no discurso e às vezes até nas formas jurídicas do movimento (programas, estatutos etc.), há uma defesa dessa metodologia e desse programa de trabalho para o movimento social. Apesar disso, essa aceitação que se dá em teoria, na maioria dos casos, não se dá na prática.

Ou seja, por um motivo ou por outro, há uma defesa, por exemplo, da autogestão – palavra que hoje está na moda em muitos movimentos –, mas que não se converte em prática em qualquer sentido que seja – continua a haver hierarquia e divisão de trabalho, estruturas e processos burocráticos, etc.

Lidar com este problema é tarefa das mais relevantes para os movimentos sociais contemporâneos da América Latina, fundamentalmente pelo trato com os atuais governos “de esquerda”, que possuem prática semelhante. Em vez de se colocarem oposição aos movimentos, reprimindo claramente, criticando, posicionando-se de maneira contrária, os “novos inimigos”, ao menos em retórica, não reprimem, apóiam as lutas, posicionam-se de maneira favorável, etc. Mas, na prática, não realizam absolutamente nada em prol dos movimentos. Terminam por vencer os movimentos pelo cansaço, com promessas que eternamente não se cumprem, boicotes disfarçados, etc.

Outro caso importante, ainda que não tão evidente no Brasil quanto, por exemplo, nos EUA, é quando o discurso e a mentalidade estratégica são tão fortes, que terminam convertendo movimentos sociais em empresas, com funcionários pagos, campanhas

de telemarketing, sistemas de database marketing, assessoria de imprensa profissionalizada, gestões centralizadas etc.

Portanto, o desafio aqui colocado é o seguinte. *Como fazer, em movimentos que em teoria defendem pressupostos antiburocráticos e de poder popular, mas que não os aplicam na prática, para que isso seja feito? Como lidar com adversários (e mesmo inimigos) dissimulados, que falam uma coisa e fazem outra? Finalmente, como fazer com que o discurso estratégico não converta, pouco a pouco, o movimento social em uma empresa capitalista?*

### **Desafios colocados**

Como enfatizei, esses problemas são apenas alguns. São, realmente, questões práticas que imprimem dilemas à teoria e que mostram que, se por um lado ter uma crítica e um conjunto de propostas acertados é importante, por outro eles não dão conta de todos os problemas que a prática cotidiana dos movimentos sociais coloca.

Alguns apontamentos finais poderiam ser feitos. Certamente haverá casos em que todos os pontos de um programa antiburocrático e de um projeto de poder popular serão implementados em movimentos e que isso será insuficiente para o projeto de transformação que se pretende realizar.

Se os movimentos sociais baseiam-se em grande medida em repertórios de luta já conhecidos, as investigações apontam que o sucesso das lutam implica, em diversos casos, a inovação. No momento em que programas e projetos não dão mais conta da realidade, eles devem ser aperfeiçoados, contemplando novas teorias, novas práticas. Não há programa e nem projeto acabado.

Outro aspecto é que as mudanças em termos de organização em um movimento podem, frequentemente, não trazer mudanças significativas a ele. A mudança da gestão de um centro acadêmico, a troca de chapa em um sindicato, novas direções nos movimentos,

mudanças de estatuto etc. podem, muitas vezes, não resolver o problema dos movimentos e nem da falta de mobilização.

Finalmente, há que se considerar que, ainda que a vontade dos militantes tenha significativa influência nos rumos dos acontecimentos, há fatos e processos que fogem de um alcance racional por parte da militância. E saber disso, portanto, requer assumir que parte da solução, infelizmente, não está nas mãos da militância ou mesmo dos movimentos sociais.

## APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Teorizar sobre os movimentos sociais implica um retorno ao início da discussão, definindo o objeto em questão. Conforme sustentei, baseado nos teóricos contemporâneos da Teoria do Confronto, os movimentos sociais são definidos a partir das relações de poder da sociedade, que se dão nos mais diversos âmbitos, e surgem para organizar determinada força social e modificar as relações de poder estabelecidas. Eles envolvem ações sustentadas e podem ser localizados historicamente a partir do século XVIII, envolvendo “movimentos mais ou menos revolucionários, em torno do local de trabalho, do local de moradia, do local de estudo, em torno das mais diversas reivindicações”.

Cada uma das três teorias clássicas dos movimentos sociais teve uma abordagem diferenciada para o tratamento dos movimentos: a Teoria da Mobilização de Recursos enfatizou os processos organizacionais e a estratégia, por uma abordagem micro-política; a Teoria do Processo Político enfatizou o repertório do confronto a partir das oportunidades políticas, por uma abordagem macro-política; e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais enfatizou aspectos simbólicos e cognitivos. A partir das discussões entre essas três correntes, surge a Teoria do Confronto como ferramenta teórica

para estudos que englobam os movimentos sociais e cujos aspectos positivos envolvem mecanismos e processos.

A partir da definição de mecanismos e processos, busquei uma definição de burocracia e burocratização, a partir da qual defini os dois grandes processos de burocratização: 1.) *Divisão do trabalho e hierarquia* (envolvendo separação de funções e distintos níveis de autoridade – superiores e inferiores); 2.) *Falta de eficiência, desperdício de recursos, excesso de processos e de estruturas* (envolvendo objetivos e meios e, portanto, estratégia, tática e recursos – materiais, humanos e organizativos). Cada um desses processos desdobrou-se em alguns mecanismos. O primeiro, em dois: a.) *Separação entre base e direção* e b.) *Subordinação do movimento a instrumentos, instituições e/ou indivíduos externos*. O segundo, em quatro: a.) *Falta de perspectiva de longo prazo*, b.) *Utilização de meios inadequados para os fins que se quer atingir*, c.) *Transformação dos meios em fins*, d.) *Desperdício de força social*. Esse conjunto de mecanismos e processos, como tentei demonstrar, é responsável pela burocratização dos movimentos sociais, que envolve amplos problemas.

A partir dos mecanismos e processos de burocratização identificados e discutidos, discuto um programa antiburocrático, que possui como objetivo contrapor contra-mecanismos e contra-processos aos mecanismos e processos burocráticos, visando desburocratizar os movimentos sociais. Os dois contra-processos que identifiquei e busquei discutir são: 1. *Horizontalidade e conhecimento do processo de luta* (envolvendo tomadas de decisão coletivas e igualitárias, autogestão, federalismo, autonomia e ação direta); 2. *Eficiência por meio de bom aproveitamento de recursos e estruturas/processos adequados* (envolvendo conjunto estratégico e aproveitamento de recursos – materiais, humanos e organizativos –, estruturas e processos). Contra-processos esses que se desdobram em contra-mecanismos. O primeiro, em dois: a.) *Utilização da democracia direta*, b.) *Efetivação da autonomia e da ação direta*. O segundo, em três: a.)

*Estabelecimento dos objetivos de curto e longo prazo, b.) Coerência entre meios e fins, c.) Potencialização da força social.* O conjunto de contra-mecanismos e contra-processos que tentei discutir, constitui o programa antiburocrático para os movimentos sociais, que contribui com o que chamei de construção do poder popular.

Na discussão sobre o poder popular, discuti poder e classe, definindo poder popular como “a imposição da vontade das classes oprimidas, por meio da força social que elas conseguem mobilizar, a partir de sua capacidade de realização, aplicando-a na luta de classes, e superando as forças mobilizadas pelas classes dominantes”. Conceito que busquei aprofundar em 20 teses elaboradas em seguida.

Finalmente, coloco questões que surgem a partir da problemática das tentativas de aplicar esse programa antiburocrático e de fortalecer um projeto de poder popular dentro dos movimentos, a partir de seis eixos fundamentais: O envolvimento e a vontade da base, Relações e tomadas de decisão, Críticas e espírito construtivo, Resultados da luta, Recursos e motivação, Discursos e realidade; todos os quais envolvem sérios desafios.

Conforme coloquei, espero que esse artigo contribua nas discussões sobre o problema da burocratização dos movimentos sociais e das possíveis saídas.

## NOTAS:

1. Doug McAdam; Sidney Tarrow; Charles Tilly. “Para Mapear o Confronto Político”. In: *Lua Nova* 76, p. 21.
2. Sidney Tarrow. *Poder em Movimento*, p. 23
3. Charles Tilly e Lesley Wood. *Social Movements*, p. 3.
4. *Ibid.*, pp. 3-4.

5. Doug McAdam; Sidney Tarrow; Charles Tilly. *Op. Cit.*, pp. 15-16.
6. Angela Alonso. “As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate”. In: *Lua Nova* 76, p. 69.
7. *Ibid.*, p. 72.
8. *Ibid.*, p. 53.
9. Doug McAdam; Sidney Tarrow; Charles Tilly. *Dynamics of Contention*, pp. 312-313.
10. *Ibid.*, p. 24.
11. *Ibid.*
12. *Ibid.*, p. 27.
13. Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*, pp. 124-130.
14. Fábio López. *Poder e Domínio*, p. 62.
15. *Ibid.*
16. Bruno L. Rocha. “A Interdependência Estrutural das Três Esferas”.
17. Gilmar Mauro. “Construir o Poder Popular: o grande desafio do novo século”; Juan C. Mechoso. “A Estratégia do Especificismo”; Fábio López. *Op. Cit.*; FAU-FAG. “Wellington Gallarza e Malvina Tavares; FAU-FAG. “O Poder Popular desde a Concepção Anarquista”; Alexandre Samis. *Sindicalismo e Movimentos Sociais*; Felipe Corrêa. *Criar um Povo Forte*.

## BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Angela. “As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate”. In: *Lua Nova* 76. São Paulo: CEDEC, 2009.
- BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004.

- CORRÊA, Felipe. *Criar um Povo Forte*. São Paulo: Faísca, 2010.
- DE JONG, Rudolf. *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. São Paulo: Faísca/FARJ, 2008.
- FARJ. *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo/Rio de Janeiro: Faísca/FARJ, 2009.
- FAU/FAG. “Wellington Gallarza e Malvina Tavares: material de trabalho para formação teórica conjunta”, 2009.
- \_\_\_\_\_. “O Poder Popular desde a Concepção Anarquista”, 2010.
- LÓPEZ, Fabio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.
- MAURO, Gilmar. “Construir o Poder Popular: o grande desafio do novo século”, 2006.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. “Para Mapear o Confronto Político”. In: *Lua Nova* 76. São Paulo: CEDEC, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Dynamics of Contention*. New York: Cambridge University Press, 2001.
- MECHOSO, Juan Carlos. “A Estratégia do Especificismo: entrevista a Felipe Corrêa”, 2009. [<http://www.anarkismo.net/article/18368>]
- PASSA PALAVRA. “Entre o Fogo e a Panela: movimentos sociais e burocratização”, 2010. [<http://passapalavra.info/?p=27717>]
- ROCHA, Bruno Lima. “A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática”, UFRGS, tese de doutorado, 2009.
- RUGAI, Ricardo. “O Fetiche Anti-Burocrático e a Falta de Participação”, 2010.
- SAMIS, Alexandre. *Sindicalismo e Movimentos Sociais*. São Paulo: Faísca, 2010.

TARROW, Sidney. *Poder em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley. *Social Movements: 1768-2008*. Boulder: Paradigm Publishers, 2009.





Os três artigos que compõem *Ideologia e Estratégia* articulam-se em torno de dois eixos: ideologia e estratégia. No que diz respeito à ideologia, buscam pensar o anarquismo de maneira séria e honesta teoricamente, evidenciando teorias clássicas, trazendo discussões contemporâneas e refletindo criticamente sobre o material analisado. Buscam apresentar ao público em geral, e também àqueles com afinidades ideológicas, um anarquismo que seja digno de respeito no campo da esquerda e do socialismo; um anarquismo que possa retomar sua intensa e honrosa história de lutas que tiveram grande influência nos mais distintos movimentos populares em todo o mundo; um anarquismo que possa ter relevância política e, incidindo sobre a realidade, impulsioná-la no sentido desejado, mudando a correlação de forças que hoje compõe a sociedade e, passo por passo, entre conquistas de curto prazo, poder chegar aos objetivos revolucionários e socialistas de mais longo prazo. No que diz respeito à estratégia, proporcionar aos libertários – anarquistas ou não, organizados politicamente ou não – plataformas possíveis para intervenção nos distintos campos da luta de classes. Ou seja, elementos programáticos que possam potencializar hoje a construção da sociedade que queremos amanhã.

*Ideologia e Estratégia* é um livro saído do calor das lutas, buscando, em um movimento que se poderia chamar dialético, formalizar teoricamente uma série de conhecimentos que foram apreendidos tanto em teoria quanto em prática, de maneira que essa teoria agora produzida possa, em um futuro breve, retornar como contribuição às lutas e movimentos de nosso povo.

ISBN 978-85-60982-18-9



9 788560 982189